



Cadernos de Tradução
do Instituto de Letras

Número 40, jan/jun — 2017

Percursos Teóricos e Metodológicos da Dialektologia

Cléo Vilson Altenhofen
Cláudia Fernanda Pavan
(orgs.)



UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS — UFRGS

Direção

Sérgio de Moura Menuzzi (Diretor)

Beatriz Cerisara Gil (Vice-Diretora)

COMISSÃO EDITORIAL

Andrei Cunha

Sandra Dias Loguercio

ORGANIZAÇÃO DESTE NÚMERO

Cléo Vilson Altenhofen

Cláudia Fernanda Pavan

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Letras

Av. Bento Gonçalves, 9500 — CEP 91540-000 — Porto Alegre — RS

<http://www.ufrgs.br/letras/index.html>

Cadernos de Tradução

**Percursos Teóricos e
Metodológicos da
Dialetoлогия**

**Cléo Wilson Altenhofen
Cláudia Fernanda Pavan
(orgs.)**

Sumário

APRESENTAÇÃO / 5

Cléo Vilson Altenhofen e Cláudia Fernanda Pavan

Percursos Teóricos e Metodológicos da Dialectologia

“Língua histórica” e “dialeto” / 9

Eugenio Coseriu

Tradução: Carolina Falck Grimm

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan; Cléo V. Altenhofen; Erica Schultz

A língua alemã *standard*: uma variedade – três normas de oralização / 28

Jürgen Erich Schmidt

Tradução: Lucas Löff Machado

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan; Cléo V. Altenhofen

O velho e o novo na geolinguística / 59

Harald Thun

Tradução: Cláudia Fernanda Pavan; Gabriel Schmitt; Eduardo G. Nunes; Viktorya P. Zalewski dos Santos

Revisão: Cléo V. Altenhofen

Variação na interação entre informante e entrevistador / 82

Harald Thun

Tradução: Cléo V. Altenhofen; Filipe Neckel

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan

APRESENTAÇÃO

Cléo Vilson Altenhofen
Cláudia Fernanda Pavan

O presente volume dos Cadernos de Tradução surgiu a partir do fluxo de pesquisa e de ensino da língua alemã, em uma via de mão dupla bastante ativa no Instituto de Letras da UFRGS. Em uma direção, moveu-nos o desejo de proporcionar aos graduandos e pós-graduandos, em formação na área de germanística, experiências tradutórias da língua alemã para o português que atendessem a demandas reais de produção de conhecimento. No sentido oposto, da perspectiva de um retorno para a comunidade científica em foco, motivou-nos o interesse de preencher lacunas de textos do âmbito internacional para a área de Sociolinguística e Dialetoлогия que, a nosso ver, mereciam uma atenção especial. Constantemente, na prática diária das aulas na Pós-Graduação, especialmente em nossa linha de pesquisa de Sociolinguística, esses textos (assim como outros que infelizmente não conseguimos incluir aqui) vinham à tona, mas esbarravam na falta de uma tradução para serem devidamente “digeridos e absorvidos”.

Não se trata evidentemente de dois movimentos que se chocam mutuamente, e sim, pelo contrário, de diálogos e encontros, em uma troca que é inerente à tradução e que permite aproximar conhecimentos, onde a diferença de línguas ainda impede uma comunicação mais efetiva. Para nós, organizadores deste volume, que mediamos e circulamos nas duas vias desse processo, esses dois focos de atenção proporcionaram um aprendizado com o qual não havíamos contado e que já nos anima a novos debates e diálogos romanístico-germanísticos. Em outras palavras, a organização e revisão das traduções que compõem este volume, além da contribuição à área e à formação, proporcionou-nos uma experiência de pesquisa extremamente reveladora. Não seria, portanto, nenhum exagero falar de uma via de trabalho de mão tripla que, aliás, cumpre com louvor com a proposta destes Cadernos de Tradução: 1) formação em tradução, 2) disponibilização de conhecimento como contribuição ao desenvolvimento de uma área específica; e, no meio de tudo isso, 3) espaço de pesquisa, visando à produção de conhecimento novo. Pela oportunidade e confiança para que pudéssemos assumir este

número 40 dos Cadernos de Tradução, somos muito, muito gratos. E esperamos que, na continuidade do processo de leitura de conhecimento vindo de uma L2 por meio de uma L1, em grande parte também distinta de nossa bagagem linguística individual, os artigos contidos neste volume tenham amplo uso e ajudem a trazer novos impulsos à área de Sociolinguística e Dialetoлогия, em nossas universidades.

Há, certamente, entre a língua alemã e a portuguesa brasileira, tradições de escrita científico-acadêmica e recursos linguísticos bem distintos. O alemão conta, por exemplo, com uma facilidade muito grande de produzir *Komposita* e precisar, com uma simples partícula, um termo específico (cf. os diversos sentidos possíveis para *Aufnahme* em *Sprachaufnahme* ‘registro/gravação da língua’, *Momentaufnahme* ‘foto/registro/gravação momentânea’, *einzelne Aufnahmen* ‘foto/registro/gravação em particular, cada uma’ etc.). Além disso, dado o ineditismo dos textos selecionados, a tradução dos artigos que se seguem viu-se, muitas vezes, diante de decisões terminológicas, para as quais ainda não se possui um correlato em português (cf. *Standardsprechsprache* ‘língua *standard* falada’; também *Sprechlage* ‘estado de fala’), ou de termos que encontram determinado uso, porém sem um consenso quanto à tradução (cf. *Dialekttiefe* ‘literalmente, profundidade dialetal, porém mais moderna-mente o grau de dialetalidade [entre o *standard* e o dialeto-base, situado na base de um contínuo linguístico]’).

Todas essas questões nos criam a expectativa de que, também neste terreno, da construção da terminologia, este volume possa se tornar uma contribuição valiosa e uma referência de consulta [quase] obrigatória, para futuras traduções. Não é possível detalhar, aqui, a quantidade de aspectos que observamos. São muitos, apesar da amostra relativamente pequena de quatro textos. Valeria a pena, contudo, elaborar um glossário que orientasse futuras traduções de textos da área, no sentido de padronizar e consolidar a terminologia corrente. Fica, ao invés disso, a recomendação para que o leitor atente para esse cuidado terminológico, a fim de não confundir conceitos e de manter a uniformidade necessária e desejável.

O presente volume reúne quatro artigos inéditos, escolhidos a dedo e traduzidos, quase por encomenda, por um grupo de graduandos e pós-graduandos da nossa área de Alemão, na UFRGS. Pelas características e propósitos mencionados, não hesitamos em constituir, em um caso ou outro, verdadeiras equipes de tradução. A troca, em muitas decisões terminológicas foi um diferencial não apenas para a qualidade da tradução, como também para a formação dos participantes.

Os quatro artigos, provenientes da dialetologia, romanística e germanística alemã, têm como eixo comum percursos teóricos e metodológicos da área. Embora nasçam no interior da dialetologia, esses percursos não lhe são exclusivos, e sim se cruzam especialmente com os da sociolinguística, que de certo modo faz parte desses mesmos debates e inquietudes presentes no estudo comum da variação e mudança linguística.

O primeiro texto apresentado, de **Eugenio Coseriu**, propõe uma definição do conceito de “dialeto” como um conceito relacional ao de “língua histórica”. Trata-se de uma palestra proferida durante o Simpósio Internacional “*Zur Theorie des Dialekts*”,

realizado em Marburg/Lahn, em 1977, e publicada na ZDL (*Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*, 1980). Nessa palestra, Coseriu busca definir o que seria a tarefa e o objeto de estudo da dialetologia. Apesar de se tratar de um texto mais antigo, seu valor permanece incontestável e atual, sobretudo ao buscar desenvolver os conceitos de “dialeto” e de “língua histórica” sob uma base mais sólida e fundamentada, e “não meramente intuitiva”. O estilo do texto, além disso, mostra a genealidade e originalidade do pensamento de Coseriu, premiada, ao final, com considerações e perguntas de participantes bem conhecidos, como E. Haugen e H. Kloss, em um debate que, nos dias atuais, faz falta às nossas pesquisas. E embora o conteúdo do texto tenha sido publicado em moldes parecidos, logo depois, em 1982, e curiosamente na América (no México), o texto apresentado aqui serve para elucidar e enaltecer a importância teórica que Coseriu assume para a evolução da dialetologia do velho para o novo. Quando afirma que “a tarefa da dialetologia deve ser o estudo de toda a diferencialidade diatópica da língua histórica, incluindo os três tipos de dialeto e suas relações uns com os outros e levando em conta a diversidade diatópica dos níveis e dos estilos linguísticos” (v. p. 16), Coseriu dá um impulso decisivo para a renovação que irá levar seu aluno **Harald Thun** a ampliar ainda mais o escopo de análise da variação linguística, através do modelo teórico da dialetologia pluridimensional e relacional. O que Coseriu chega a prenciar, Thun não apenas amplia, como também comprova e testa empiricamente, em projetos de grande alcance.

Como “ciência ampla da variação, a dialetologia pluridimensional e relacional de Thun não pode ser resumida a um conjunto de dados ordenados e correlacionados por meio de uma bateria de dimensões de análise. Os dois textos que apresentamos neste volume – *O velho e o novo na geolinguística* (THUN, 2000) e *Variação na interação entre informante e entrevistador* (THUN, 2005) – mostram a complexidade de relações em jogo no contato linguístico de variedades distintas e a importância de um tratamento adequado para captar essas relações. Thun mostra de que modo a dialetologia foi incorporando não apenas “toda a diferenciação [diatópica, diastrática, diafásica]”, reclamada por Coseriu, mas também uma série de outras variáveis ou dimensões que as mudanças na sociedade foram tornando cada vez mais relevantes, como a religião, os grupos etários, o gênero/sexo, os contatos linguísticos, as migrações, entre outras. Enquanto Thun (2000) dá um panorama histórico da pesquisa geolinguística nas diferentes fases – revistas a partir de Tomás Navarro Tomás (1962), – desde Gilliéron até os dias atuais, nos atlas linguísticos da trilogia rio-platense de H. Thun, o segundo texto (THUN, 2005) analisa os procedimentos usados na coleta de dados, para abarcar não apenas a fala espontânea (não apenas o vernáculo), mas “todo o” espectro variacional e todo o repertório linguístico dos falantes, no ponto de pesquisa.

Por fim, apresentamos um artigo de **Jürgen Erich Schmidt** (2005), que aprofunda a questão da norma, de sua delimitação e percepção pelos falantes no contínuo variacional entre o *standard* e o *substandard* do alemão. A partir da teoria da dinâmica linguística e de resultados de estudos empíricos recentes, Schmidt traz evidências para explicar os processos de normatização (ou de fixação da norma) nos eixos da temporalidade e da

espacialidade, considerando o papel da escrita e da oralidade na constituição da língua *standard*. Diante dessas evidências, Schmidt busca oferecer, ao final, como ele mesmo acentua, “uma definição de língua *standard* e de suas normas de oralização que, por um lado, seja coerente com a temporalidade e espacialidade constitutivas de cada língua em particular e que, apesar disso, permita uma diferenciação clara entre variedade *standard* e estados de fala regionais (*regionalsprachliche Sprechlagen*)” (v. p. 26, neste volume).

Como se vê, o texto de Schmidt, que tem por foco a língua alemã *standard* e sua constituição/formação/variação no tempo e no espaço, entra como contraponto para completar o *puzzle* de fatores e variáveis que constituem a complexidade da variação linguística no contínuo *standard*-dialeto, ou, como Coseriu coloca, da língua “exemplar”, em contraposição aos desvios da norma, à língua comum e às variedades subordinadas à língua histórica.

Esperamos que os textos apresentados aqui sejam de fato de grande auxílio para o entendimento e a autocrítica na dialetologia. Pois é essa autocrítica – poderíamos dizer, essa indagação e vigília constantes para dar conta da complexidade da variação linguística e acompanhar as mudanças na sociedade – que têm servido de motor para as inovações na dialetologia. Mas, para isso, é preciso que os próprios dialetólogos, ou como se designe “uma ciência ampla da variação”, queiram rejuvenecer.

Boa leitura e muito obrigado à Comissão Editorial, aos colegas Sandra Loguercio e Andrei Cunha, por acolher a presente proposta.

“LÍNGUA HISTÓRICA” E “DIALETO”¹

Eugenio Coseriu²

Tradução: Carolina Falck Grimm³

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan⁴; Cléo Vilson Altenhofen⁵; Erica Schultz⁶

0.1 Em português, há a expressão “ensinar o padre a rezar missa”, que corresponde aproximadamente à expressão alemã e de outras línguas europeias, “levar corujas para Atenas”. No nosso caso, i.e., em se tratando de um congresso de dialetologia, também se pode dizer “ensinar a dialetólogos o que é um dialeto”. Eu não gostaria aqui “de ensinar o padre a rezar missa”, mas, sobretudo, questionar-me sobre o que os dialetólogos realmente pensam quando falam de “dialetos” e qual é o conceito de dialeto consagrado na atividade dialetológica. Não compartilho da opinião de que dialetólogos não sabem qual é o seu objeto de pesquisa. Na realidade, eles sabem muito bem. Contudo, a maioria dos dialetólogos sabe disso apenas intuitivamente, geralmente, não perguntando e não definindo e formulando explicitamente o conceito de “dialeto”. Por isso, o que eu proponho aqui é desenvolver, ou seja, apresentar explicitamente esse conceito implícito na própria atividade dialetológica. Além disso, penso que a tarefa primordial da teoria é exatamente esta: fazer com que o conhecido seja reconhecido. O conceito “dialeto” na pesquisa dialetológica é conhecido, trata-se, então, de torná-lo um conceito reconhecido.

0.2 Todos os dialetólogos sabem quais dificuldades surgem nas diversas tentativas de delimitar o conceito de “dialeto”, especialmente em relação à “língua”. Assim, a proposta de Georg von der Gabelentz, de determinar os dialetos como tais de acordo com o grau de compreensão mútua, não trouxe grandes benefícios. Isso significa algo como: se eu não

¹ Artigo baseado na palestra proferida por E. Coseriu por ocasião do Simpósio Internacional “Zur Theorie des Dialekts”, em Marburg/Lahn, 5-10 de setembro de 1977, e publicado originalmente em 1980 em *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH, pp. 106-122. Traduzido a partir do texto em alemão COSERIU, E. “Historische Sprache” und “Dialekt”. In: *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH, 1980, p. 106-122. Até onde temos conhecimento, trata-se de texto ainda não traduzido para o português.

² Eugenio Coseriu foi um renomado linguista, especializado em filologia românica. Nasceu na Romênia em 1921 e faleceu em Tübingen, na Alemanha, em 2002.

³ Aluna do Bacharelado em Letras Alemão, UFRGS.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

⁵ Professor do Instituto de Letras, UFRGS.

⁶ Professora do Instituto de Letras, UFRGS.

entendo o outro, meu interlocutor, então, ele fala outra língua; se eu entendo o outro com dificuldade, então, ele fala outro dialeto; se eu entendo o outro completamente ou quase completamente, mas penso “ele não é daqui”, então, ele fala um *patois*. Isso claramente não funciona, pois existem muitos casos nos quais falta a compreensão mútua e, mesmo assim, ainda falamos em “dialetos” da mesma língua, assim como em certas variedades orais do italiano. E há casos em que, ao contrário, há compreensão mútua mesmo que estejamos falando de “línguas” diferentes. Por exemplo, português-espanhol, ou dinamarquês-norueguês-sueco, ou diversas línguas semíticas – casos em que se pode conversar, sem grandes dificuldades, no próprio idioma com alguém que, por sua vez, também está usando sua própria língua. Do mesmo modo, sabe-se que o critério de Antonie Meillet – critério da consciência linguística do falante (por exemplo, falar de “língua” e “dialeto” nos casos em que isso é feito pelos próprios falantes) – muito frequentemente não pode ser aplicado (e assim como na linguística, respectivamente, na dialetologia também não é aplicado). Então, a consciência linguística do falante está frequentemente associada à sua “ideologia” e isso, por sua vez, depende de vários outros fatos e circunstâncias, não apenas do simples conhecimento da relação entre língua e dialeto. É só pensar em casos como os dos sérvios e croatas e, por exemplo, perguntar aos croatas se croata é uma língua ou um dialeto. Muitos croatas provavelmente responderiam que croata é um idioma completamente diferente do sérvio, ao passo que, em termos científicos, sabemos que se trata – ao menos na linguagem literária – não só da mesma língua, como também do mesmo dialeto. Na verdade, são duas variedades do mesmo dialeto. Então, em ambos os casos, trata-se, para nós, da língua “servo-croata” e, na linguagem literária, o dialeto “estocávico” é apenas a linguagem literária do “ijecávico” croata, e do “escávico” sérvio.

0.3 As mesmas dificuldades que enfrentamos hoje, os gregos já enfrentavam com ambos os conceitos de *γλώσσα* e *διάλεκτος*, o que não podemos constatar com base em discussões, pois nos faltam evidências, mas com base nas soluções apresentadas.⁷ Constatamos, por um lado, que os gregos equiparam frequentemente *γλώσσα* e *διάλεκτος*. O termo *διάλεκτος* é, afinal, derivado de *διαλέγομαι*, e *διαλέγομαι* significa o mesmo que “falar um com o outro”, mesmo porque tanto *διάλεκτος* quanto *γλώσσα* representam simplesmente uma forma de falar uns com os outros, um “modo de falar”, assim, não haveria sentido fazer alguma diferença. Na verdade, a língua grega comum também é chamada em grego de *κοινή διάλεκτος*, isto é, ela é um dialeto como qualquer outro, é apenas “o dialeto compartilhado”. Por outro lado, afirma-se (na dialetologia bizantina) que *διάλεκτος* é uma variedade de *γλώσσα*, mas, ao mesmo tempo, existem, em um *διάλεκτος*, diferentes *γλώσσα*; ou seja, em um momento, o conceito “guarda-chuva” parece ser *γλώσσα*, em outro, *διάλεκτος*.

⁷ Sobre as pesquisas dialetológicas do grego antigo e do bizantino, cf. THUMB, A.; KICKERS, E. *Handbuch der griechischen Dialekte*, I². Heidelberg, 1922, p. 20-24. BOLOGNESI, G. “*ΠΕΡΙ ΔΙΑΛΕΚΤΩΝ* di Gregorio di Corinto”. In: *Aevum* 27, 2 (a953), 97-120; “*Compendi inediti di dialettologia greca*”. In: *Bolletino del Comitato per la preparazione dell'Edizione Nazionale dei Classici Greci e Latini*. Nuova Serie, 2, 1953, p. 41-75.

1.1 Essas (e outras) dificuldades podem ser atribuídas, em primeiro lugar, ao fato de que a oposição língua – dialeto (língua em comparação com dialeto, língua ou dialeto) é inicialmente uma oposição da língua comum, isto é, uma oposição que encontramos nas próprias línguas e que, por isso, não pode ser uma oposição da linguagem técnica e não pode ocorrer simultaneamente com ela. As oposições da língua comum são muito frequentemente “inclusivas”, as oposições técnicas são, no entanto, “exclusivas”, e precisam ser assim⁸. Uma oposição da língua comum como “língua” – “dialeto” permite que “língua”, como elo inclusivo ou exclusivo, inclua também “dialeto” e até mesmo diferentes formas de um dialeto (por exemplo, “língua da cidade”, “língua do bairro”, “língua da criança”, “língua da mulher”, etc., no interior do mesmo dialeto), mas não que “dialeto” signifique também “língua”. Ou seja, a língua inclui o dialeto, mas não o contrário: todo dialeto é uma língua, mas nem todas as línguas são um dialeto. Para conseguir uma oposição técnica que justifique essa oposição comum, deve-se estabelecer, ao invés de “língua”, um novo conceito – o que farei em breve – para que tenhamos, da mesma forma, dois conceitos exclusivos.

1.2 Em segundo lugar, as dificuldades acima citadas podem ser atribuídas ao fato de que o conceito de “dialeto” é um conceito relacional. Isto é, “dialeto” recebe seu sentido enquanto conceito apenas em relação a uma língua: um dialeto é, enquanto tal, “dialeto de uma língua” (caso contrário é considerado também uma “língua”). Por outro lado, pode-se compreender “língua” em relação a “dialeto” ou também como um conceito “com caráter de substantivo”, ou seja, um conceito não relacional e, nesse sentido, um conceito autônomo, independente.

1.3 Em terceiro lugar, as dificuldades com as quais nos deparamos em relação à definição de “dialeto” estão relacionadas com o fato de que a oposição “língua” – “dialeto” não diz respeito a algum conteúdo do objeto correspondente, mas apenas ao *status* histórico desses objetos. Ou seja, se “língua” é um sistema linguístico, uma estrutura da tradição da fala, então, língua e dialeto designam objetos exatamente do mesmo tipo, pois um dialeto também é um sistema linguístico completo, uma estrutura completa de tradição oral. A diferença entre língua e dialeto não é “substancial”, dada pelos próprios objetos. E a questão sobre se um sistema linguístico seria uma língua ou um dialeto não diz respeito à natureza objetiva desse sistema linguístico: é uma questão relacionada a seu *status* histórico, ou seja, da relação desse sistema linguístico com uma *língua histórica*. Esse é o conceito que precisamos para a definição de dialeto e que eu desejo implementar.

1.4 Em última análise, a relação língua – dialeto configura um processo histórico.

⁸ Sobre isso, cf. Eugenio Coseriu, “*Structure lexicale e enseignement du vocabulaire*”, traduzido para o alemão como “*Einführung in die strukturelle Betrachtung des Wortschatzes*”. In: GECKELER, H. (org.), *Strukturelle Bedeutungslehre*. Darmstadt, 1978, p. 202-203.

Dialeto e língua histórica tornam-se históricos, de modo que talvez não se possa responder à pergunta “língua ou dialeto?” de modo definitivo, visto que o processo histórico correspondente ainda não está concluído. Um dialeto pode estar a caminho de se desenvolver em uma língua histórica independente; e, ao contrário, uma língua histórica pode estar a caminho de tornar-se um dialeto de outra língua histórica, embora isso ocorra raramente em nosso mundo europeu-ocidental.

2.1 O que se quer dizer com “língua histórica”? Novamente, não se trata de algo “substancial” (pois, nesse sentido, dialetos não são menos históricos que línguas, até porque se trata, nos dois casos, de sistemas linguísticos historicamente transformados), mas apenas de um *status* histórico.

Na estrutura da língua, em geral, pode-se diferenciar três níveis:

a) O nível universal da fala em geral, sem qualquer atribuição histórica (que se pode chamar também de “língua de modo geral” ou “*langage*”);

b) O nível histórico das línguas (no plural), ou seja, a tradição comum da fala historicamente transformada; e

c) O nível individual dos textos.

A língua histórica pertence, enquanto tal, ao nível histórico. E a língua histórica é, precisamente, uma estrutura de tradições históricas da fala, reconhecida como “língua” autônoma por seus próprios falantes e por falantes de outras línguas, o que normalmente é demonstrado pelo fato de que tal estrutura é designada através de um *adiectivum proprium*, como, por exemplo, “língua alemã”, “língua inglesa”, “língua francesa”. Uma língua histórica é, portanto, uma língua historicamente delimitada como tal por outras línguas, cujo *status* é reconhecido historicamente.

2.2 É, então, a língua histórica que está em oposição ao dialeto, não o conceito geral “língua”, que pode se referir a qualquer sistema linguístico. Quando se questiona se um sistema linguístico é um dialeto ou uma língua, pensa-se não no conceito geral de “língua” (=sistema linguístico), pois, nesse caso, a pergunta seria paradoxal (ela equivaleria a perguntar se um sistema linguístico é um sistema linguístico): pensa-se em “língua” no sentido de “língua histórica”, isto é, como estrutura historicamente autônoma de tradições linguísticas. E, nesse sentido, é também assim que se deve entender o que se aplica na dialetologia (e também corresponde ao uso habitual da língua): que um dialeto é especificamente uma língua (=sistema linguístico) subordinada a uma língua histórica, ou melhor, delimitada no interior de uma língua histórica.

2.3 Dessa forma, seria possível, basicamente, referir-se a um sistema linguístico (estrutura de tradições linguísticas) tanto como “língua” quanto como “dialeto”, língua ou dialeto, embora isso não corresponda ao uso da língua alemã (corresponde, em parte, ao uso da língua grega, pois os gregos, como já dito acima, referiam-se também à sua língua comum, embora em oposição a outros dialetos, como “dialeto”, κοινή διαλεκτός). Nesse

caso, não haveria “*aut*-disjunção”, mas uma “*vel*-disjunção”. Contudo, quando se considera a *aut*-disjunção – isto é, “ou língua ou dialeto” – significa que a unidade principal língua-*vel*-dialeto, língua-*sive*-dialeto não é considerada em si mesma, mas subordinada a outra unidade superior ou delimitada no interior dessa unidade. O dialeto existe como tal (e como algo diferente de uma “língua”) justamente por esse *status*, por essa subordinação, isto é, por sua delimitação no interior de uma língua histórica.

3.1 Como ocorre, então, essa subordinação? Ela pode ocorrer antes da presença de uma língua comum ou na presença de uma língua comum. A constituição de uma língua comum não causa, como é por vezes afirmado, a formação de dialetos, pois como sistemas linguísticos tradicionais, eles existem mesmo antes da língua comum: ela regula apenas a subordinação dos dialetos, o fato de que os dialetos são subordinados a uma determinada língua histórica.

3.2 A subordinação ocorre devido a critérios externos, como, por exemplo, a atitude do falante, ou seja, o fato de que o falante tem consciência de falar a mesma língua. Também pode ocorrer devido a critérios internos, convencionalmente escolhidos (semelhanças objetivas), desde que uma língua comum não esteja presente. E, por isso, tais subordinações são fundamentalmente convencionais e frequentemente distintas. Assim, tem-se, por exemplo, entre as línguas indígenas na América do Sul, de acordo com critérios determinados por linguistas, às vezes mais, às vezes menos línguas (e, da mesma forma, mais ou menos dialetos), pois, na maioria dos casos, não existe uma língua comum. Se, pelo contrário, existe uma língua comum (e isso é exatamente a tarefa da dialetologia e da linguística em geral, embora, na maioria das vezes, isso não seja afirmado explicitamente), todos os dialetos que se relacionam com essa língua comum, de forma mais estreita do que com qualquer outra, são subordinados, juntamente com a própria língua comum, à mesma língua histórica. Então, as variedades orais românicas, que se relacionam mais estreitamente com a língua comum italiana do que, por exemplo com a francesa ou a espanhola, são vistas como variedades orais do “italiano”. E as variedades que se relacionam estreitamente com a língua comum espanhola são subordinadas à língua (histórica) espanhola. Se tivesse surgido na Península Ibérica apenas uma língua comum, então, não falaríamos de três línguas históricas e, conseqüentemente, de três sistemas de dialetos, mas de apenas uma língua e subordinaríamos as variações orais do português, catalão e espanhol simplesmente a essa língua “hispanica”. Contudo, como nesse espaço surgiram três línguas comuns, falamos também de três línguas históricas e, conseqüentemente, de três grupos de variações orais, subordinando, por exemplo, o galego ao português, pois se relaciona mais estreitamente com a língua comum portuguesa do que com o castelhano (como língua comum) ou com o catalão.

3.3 Eu creio que esse critério possa resolver a maioria, ou – como espero – todos os “casos” difíceis da teoria dos dialetos e da distinção adequada entre língua e dialeto. O

galego, por exemplo, é um dialeto da língua histórica do português (ou no interior do sistema dialetal “português-galego”) e há tentativas de transformá-lo em uma língua histórica independente. O sardo, uma vez que não está relacionado mais estreitamente com nenhuma língua comum românica, permanece delimitado indiretamente (negativamente) a uma língua histórica autônoma e não é subordinado a nenhuma outra língua. O caso do neerlandês é diferente e mais complexo, à medida que ele também se torna mais complexo em função de um aspecto terminológico (mesmo que não seja muito diferente do caso do galego em relação ao português). O fato de existir uma língua comum neerlandesa (*Niederländisch*) (e de existirem também outras tentativas de constituição de línguas comuns), tem como consequência a distinção de uma língua histórica “baixo-alemã” (*Niederdeutsch*), que poderia chamar-se, como sistema de variedade oral, também “holandês” ou “*Platt*” ou também de outra forma. Hesitamos em simplesmente subordiná-la ao neerlandês, porque os falantes de baixo-alemão, em sentido restrito, são mais numerosos do que os falantes de neerlandês e porque eles utilizam outra língua como língua comum. Fato é, porém, que o neerlandês comum é, até agora, a língua historicamente mais bem sucedida no interior da língua histórica “baixo-alemã”.

4.1 Contudo, em uma língua histórica, não é determinada apenas a diversidade que normalmente chamamos de “dialeto” ou relativa à “variedade oral”. Existem, na verdade, em uma língua histórica, ao menos três tipos de diversidade interna: diferenças *diatópicas* (isto é, diferenças no espaço), diferenças *diastráticas* (diferenças entre grupos socioculturais) e diferenças *diafásicas*, ou seja, diferenças entre as modalidades de fala de acordo com a situação das mesmas (incluindo a participação na conversa). Talvez não seja inadequado nesse contexto, em vista do que ultimamente se lê na literatura (ou não se lê), ressaltar o fato de que os termos *diatópico* e *diastrático*, por exemplo, *diatopia* e *diastratia* (e os termos a eles contrapostos *sinatópico* e *sinstrático*, ou *sintopia* e *sintratia*) foram introduzidos primeiramente pelo romanista norueguês Leiv Flydal⁹. Pouco depois (já em 1957), foram utilizados em publicações em Montevideu. Eu mesmo, então, acrescento esses termos, em 1958¹⁰, *diafásico* e *sinfásico* (inicialmente na forma *diafática* e *sinfática*), ou, *diafasia* e *sinfasia*.

4.2 Às variações diatópicas, diastráticas e diafásicas nas línguas históricas correspondem, em suas respectivas direções opostas – ou seja, no que se refere à

⁹ Leiv Flydal. “*Remarques sur certains rapports entre le style et l'état de langue*”. In: *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap* 1, 1951, p. 240-257. Em certas publicações, esses termos são atribuídos a mim ou a meu ex-aluno Rona; em outras publicações, eles são apropriados por outros linguistas e em outras, ainda - provavelmente por já se terem naturalizado - aparecem sem qualquer indicação de fonte. Apenas um linguista, conhecido por sua fragilidade teórica, protestou contra esses termos: ao que parece, ele gostaria de referir-se aos meus conceitos sem os termos - o que é, naturalmente, pouco conveniente, mas não é, por si só, inadmissível (desde que os conceitos sejam claros).

¹⁰ Eugenio Coseriu. “*Los conceptos de 'dialeto' 'nivel' y 'estilo de lengua' y el sentido propio de la dialectología*”, apresentado no *I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia* em Porto Alegre, 1958.

homogeneidade, às características linguísticas comuns – tradições linguísticas mais ou menos uniformes: unidades *sintópicas*, *sinstráticas* e *sinfásicas*. As unidades sintópicas são aquelas que se referem normalmente a dialeto ou variedade oral. As unidades sinstráticas podem ser chamadas de níveis linguísticos e as unidades sinfásicas, de estilo linguísticos.¹¹

4.3.1 Uma vez que um “dialeto”, tanto na sua origem quanto na sua etimologia, representa algum tipo homogêneo do falar um com o outro, uma “maneira de falar”, certamente seria possível chamar todas essas unidades de “dialetos” e, conseqüentemente, seria possível falar de dialetos “sociais” ou, ainda, de dialetos “socioculturais” e “estilísticos”. Contudo, em minha opinião, isso não é aconselhável. É aconselhável, de acordo com uma já longa tradição¹², continuar empregando o termo “dialeto” apenas para unidades sintópicas. Pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, um dialeto, nesse sentido – como uma língua que apresenta traços “substanciais” similares –, é um sistema de língua completo. Um nível linguístico ou um estilo linguístico, ao contrário, nunca serão um sistema completo, autossuficiente, mas sempre um sistema parcial, a menos que o nível linguístico ou o estilo linguístico sejam, ao mesmo tempo, um dialeto (isto é, que um dialeto específico funcione como nível linguístico ou como estilo linguístico). Em segundo lugar, porque a relação entre dialeto, nível linguístico e estilo linguístico é uma relação orientada: dialeto → nível linguístico → estilo linguístico. Isto é, um dialeto pode eventualmente funcionar como nível linguístico e um nível linguístico, como estilo linguístico, mas não o contrário. Então, por exemplo, uma forma regional da língua histórica, um dialeto, pode funcionar, em uma dada área, simultaneamente como “nível popular” (em relação, por exemplo, à língua comum dos níveis restantes); e um nível linguístico popular, sob o ponto de vista diastrático, pode funcionar simultaneamente, sob o ponto de vista diafásico, como “estilo familiar”, por exemplo. Em contrapartida, um estilo linguístico não pode funcionar como nível linguístico, e um nível linguístico não como dialeto, a menos que todos os estilos linguísticos e todos os níveis linguísticos restantes desapareçam. Contudo, em tal caso, o nível linguístico em questão coincidiria com o dialeto correspondente, justamente porque os outros níveis linguísticos não estariam mais presentes, e o mesmo se aplica a outros estilos linguísticos.

4.3.2 Nesse sentido, o dialeto, conforme o seu *status*, é a forma da língua histórica que mais se aproxima da própria língua histórica. Isto é, os dialetos correspondem a uma primeira divisão direta da língua histórica. Assim, um dialeto também pode tornar-se independente e vir a constituir uma nova língua histórica; o mesmo não ocorre com um nível linguístico ou um estilo linguístico, a não ser que reste de um dialeto apenas um nível linguístico e, respectivamente, apenas um estilo linguístico (e conseqüentemente tanto esse,

¹¹ Sobre “estilos linguísticos” bem como sobre a história desse conceito, cf. a perspectiva de V. P. Murat. *Ob osnovnykh problemach stilistiki*, Moscou, 1957, p. 7ss.

¹² Gregor von Corinth (Séc. 12-13) já se refere aos dialetos de *ποδιαίρέοιςτοπικάί*.

quanto aquele ocorram com o dialeto correspondente). Dessa forma, um dialeto único, reduzido ao nível popular, pode desenvolver-se em uma língua histórica autônoma, mas sempre como dialeto, não na sua capacidade de nível linguístico.

4.3.3 Uma língua histórica também pode se comportar, em uma comunidade linguística, da mesma forma que um dialeto. Isto é, também uma língua histórica pode funcionar em (outra) comunidade linguística como nível linguístico ou mesmo como estilo linguístico e também pode ser reduzida, como um dialeto é reduzido, a um único estilo linguístico. Assim, o latim funcionou, durante um longo tempo, como nível linguístico ou como estilo linguístico em diversas comunidades linguísticas europeias, enquanto o copto, como língua da igreja copta no Egito, foi reduzido a praticamente um único estilo linguístico. Há, então, com relação ao tipo de funcionamento de um dialeto e de uma língua histórica, um paralelismo completo.

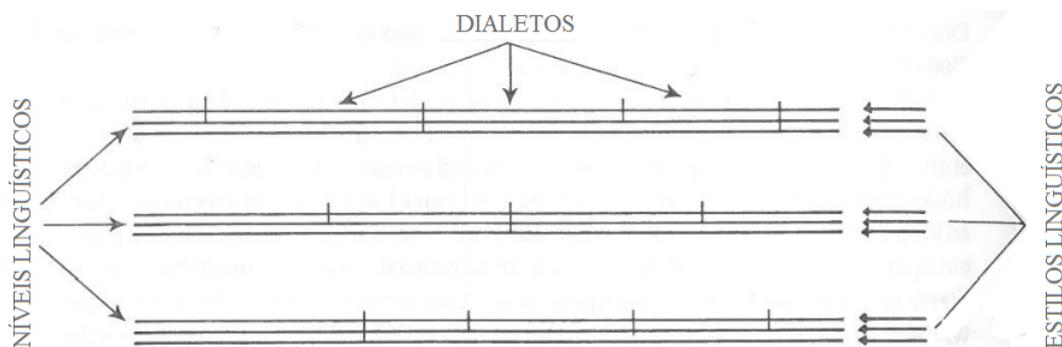
5.1 Os dialetos, dos quais se falou até agora, são aqueles dialetos tão antigos (ou podem ser) quanto a própria língua comum, ou seja, como aquele dialeto que constitui a base da língua comum. Isto é, são dialetos que já existem como tais antes da formação da língua comum. Tais dialetos podem ser denominados dialetos primários. Dessa forma, no caso do espanhol, teríamos o asturiano-leonês, o navarro-aragonês e o castelhano – que se transformou em língua comum espanhola – como dialetos primários.

5.2 Então, novos dialetos podem surgir através da diferenciação diatópica da própria língua comum e podem ser denominados dialetos secundários. Tais dialetos seriam, por exemplo, no caso do espanhol, o andaluz e o canário, assim como as diversas formas do espanhol-americano, sendo que todos remontam ao castelhano como língua comum. Essas variações diatópicas não são, portanto, dialetos imediatos (primários) da língua histórica espanhola, mas dialetos secundários da língua comum espanhola, isto é, do castelhano como língua comum. Esse também é o caso nos dialetos do grego moderno, que, em sua grande maioria, não remontam aos dialetos do grego antigo, mas sim à coíné.

5.3 Em uma língua comum, pode-se distinguir, ainda, um nível que constitui sua norma sociocultural, a “língua padrão”, que eu intitulo de o “exemplar” de uma língua. Esse nível exemplar pode, por sua vez, chegar a uma diferenciação, ou seja, o exemplar pode ser realizado distintamente em lugares variados, o que leva a novas diferenças diatópicas e, ao mesmo tempo, a novas unidades sintópicas – que podem ser chamadas de *dialetos terciários*. Esse conceito – no caso do espanhol, por exemplo – não corresponderia mais ao andaluz, como forma do castelhano, mas à forma andaluz do espanhol exemplar, à língua espanhola padrão. Visto que também o espanhol exemplar realiza-se na Andaluzia, pelo menos em parte, de forma diferente do que por exemplo, em Madri.

6. Se sintetizarmos, pois, tudo que foi exposto até o momento, chegamos ao

seguinte esquema da língua histórica:



Note-se, contudo, que todas essas divisões da língua histórica aparecem separadas umas das outras apenas na representação esquemática. Na própria língua, elas representam antes um *continuum*. Ou seja, tem-se diversos níveis complementares, em cada nível há, em parte, estilos linguísticos concomitantes e, tanto nos níveis quanto nos estilos linguísticos, há diferenças no espaço e há também unidades sintópicas complementares, ou seja, dialetos, mais precisamente de três tipos: dialetos primários, secundários e terciários. Nos últimos, independentemente do fato de certos dialetos primários já estarem extintos ou todos se extinguírem, os dialetos secundários tornam-se, então, primários por meio deles (como acontece, quase sem exceção, no caso do grego moderno).

7.1 Qual é, então, a tarefa da dialetologia? André Martinet notou que a dialetologia, como é compreendida normalmente (também na geolinguística), limita-se, em geral, a um único nível estilístico ou reduz os diversos níveis a um único e não constata, por exemplo, se na mesma localidade também são usados outros níveis linguísticos (Martinet referiu-se apenas à língua comum e ao “dialeto”) ou se, além do “dialeto”, emprega-se também a língua comum ou não – pois a situação linguística de uma diglossia interna ou de um bilinguismo interno é completamente diferente da situação de uma monoglossia ou de um bilinguismo¹³. Eu creio que é preciso ir além. A partir do exposto até o momento e do esquema que apresentamos, a tarefa da dialetologia deve ser o estudo de toda a diferencialidade diatópica da língua histórica, incluindo os três tipos de dialetos e suas relações uns com os outros e levando em conta a diversidade diatópica dos níveis e dos estilos linguísticos. O que realmente se deseja descobrir é como se fala em um determinado ponto de uma língua histórica no espaço. O “como” da fala pode apresentar, a princípio, essa total diversidade interna em qualquer lugar e, na dialetologia, ela deveria ser determinada como diferencialidade diatópica. Além disso, deseja-se descobrir, através da dialetologia, a extensão e os limites desses fatos pontualmente observados em uma localidade.

¹³ André Martinet. “Dialect”. In: *Romance Philology* 8 (1954), 1-11. Ele não chega a usar os termos “nível linguístico”, “diglossia” e “monoglossia”, mas certamente refere-se a eles em seu artigo.

Não se trata, porém, de limites em um único nível ou em um único estilo linguístico, mas, na medida do possível, em todos os níveis e em todos os estilos linguísticos.

7.2 Isso significa que a dialetologia, dentro da descrição linguística sincrônica, é, em certos aspectos, o contrário da linguística estruturalista, em sentido estrito, e da linguística funcionalista. Pois a linguística funcionalista, na verdade, refere-se sempre a uma língua não apenas sincrônica, mas também sintópica, sinstrática e sinfásica enquanto sistema homogêneo (“língua funcional”). A dialetologia, por sua vez, descreve justamente a diferencialidade diatópica, em princípio, para cada nível linguístico e para cada estilo linguístico, para cada forma de uma língua histórica (incluindo a língua comum e sua “exemplaridade”), embora, evidentemente, possa (e deva) considerar também a diferencialidade estrutural enquanto tal.

SÍNTESE

1. As dificuldades encontradas na diferenciação terminológica de “língua” e “dialeto” relacionam-se, por um lado, ao fato de que a *aut*-disjunção – “língua” ou “dialeto” – refere-se a uma oposição da língua primária, que não pode coincidir com a diferenciação na linguagem técnica, e, por outro lado, ao fato de que, nessa disjunção, “dialeto” é um conceito relacional, enquanto “língua” é, ao mesmo tempo, um conceito relacional e substancial. Além disso, a relação que surge aí não diz respeito à “substância”, mas apenas ao *status* histórico dos objetos correspondentes. Em função do primeiro aspecto, todo dialeto é, simultaneamente, uma língua, ao passo que nem toda língua é, também, um dialeto. Em função do segundo aspecto, “dialeto” só é definível em relação à “língua”, enquanto “língua”, por sua vez, também é definível independentemente dessa relação.

2. “Língua” deve ser, então, substituída, na oposição “língua” – “dialeto”, por “língua histórica”. Uma língua histórica é, por sua vez, uma estrutura histórica da língua reconhecida como tal, uma estrutura que normalmente é designada por um *adiectivum proprium* (língua alemã, língua francesa, etc.).

3. O dialeto é uma língua (equivalente a “sistema linguístico”), subordinada a uma língua histórica ou delimitada no interior de uma língua histórica.

4. Língua comum e dialeto. A língua comum não diz respeito à formação, mas à subordinação dos dialetos. A subordinação ocorre baseada em critérios externos (por exemplo, devido à atitude do falante) ou baseada em critérios internos convencionalmente selecionados quando nenhuma língua comum está presente. Se uma língua comum está presente, todos os dialetos, que se relacionam com essa língua comum mais estreitamente do que com alguma outra língua comum, são subordinados, juntamente com a própria língua comum, à mesma língua histórica. Isso esclarece todos os “difíceis” casos da teoria

do dialeto (galego, neerlandês, sardo, etc.).

5. Diferenças *diatópicas*, *diafásicas* e *diastráticas*; unidades *sintópicas*, *sinstráticas* e *sinfásicas* no interior da língua histórica. Por que é aconselhável restringir o termo *dialeto* à unidade sintópica? Por causa do *status* do dialeto em relação aos níveis linguísticos e aos estilos linguísticos.

6. Dialectos secundários e terciários. Os dialectos de uma língua histórica, existentes antes da constituição da língua comum, podem ser chamados de “dialetos primários” (por exemplo, no caso do espanhol: asturiano-leonês, o castelhano e o navarro-aragonês). Através da diferenciação da própria língua comum, poderiam surgir “dialetos secundários” (por exemplo, andaluz e canário) e, através da diferenciação da norma exemplar da língua comum, “dialetos terciários” (por exemplo, a forma andaluz do espanhol “exemplar”).

7. A tarefa da dialetologia daí resultante: o estudo de toda a diferencialidade diatópica da língua histórica, inclusive dos três tipos de dialectos e da diversidade diatópica dos níveis e estilos linguísticos.

DISCUSSÃO

E. Haugen: E. Coseriu nos apresentou aqui uma perspectiva abrangente e extremamente impressionante das tarefas da dialetologia. No entanto, acredito que algumas colocações, questões, possivelmente objeções podem ser levantadas. Primeiramente, ele nos disse que a distinção entre “língua” e “dialeto” é uma questão de *status* histórico. Um dialeto não é uma língua histórica. Como ele mesmo apontou, dialectos também são históricos, na verdade, normalmente são mais antigos do que as línguas padrão. A palavra “histórico” ou até “tradicional”, como podemos interpretar o termo que ele utiliza, não representa, portanto, um critério suficientemente satisfatório. Não é necessário, como sugerido aqui, que dialectos estejam em oposição à língua, como foi mostrado num estudo por Fourquet, na coleção de ensaios que temos, e como declarado por Kloss no seu termo “*roofless dialects*” (dialetos sem teto). Para mim, não fica muito claro como Coseriu desloca-se, no começo de sua discussão, de *língua histórica* para *língua comum*. Eu prefiro o último termo, considero-o mais exato, pois descreve uma qualidade específica da língua padrão para além do fato de ser histórica, a saber, que é supralocal e que é comum a uma comunidade maior. Parece que Coseriu deseja tornar esse conceito equivalente ao que é chamado de “língua nacional”, já que ele inclui elementos sinstráticos, sintópicos e sinfásicos na sua definição. Ele afirmou que um estrato social não é uma forma sinstrática, não é um sistema completo, o que sugere que sua forma de defini-lo é um pouco diferente da minha, ou seja, um dialeto estratificado no interior de uma sociedade maior. Dialectos locais não são sistemas completos, como é mostrado pelo fato de que não são claramente separados uns dos outros, e eu, portanto, ficaria um pouco hesitante em

aceitar essa noção de sinstrático e sinfásico.

Por fim, eu poderia mencionar que fiquei satisfeito ao descobrir que havíamos chegado, cada um por conta própria, à terminologia de dialeto primário, secundário e terciário. Utilizei esses termos em um artigo que E. Coseriu certamente não viu, publicado em 1975. Contudo, como mencionei hoje mais cedo, utilizei-o em um sentido muito mais diastrático, ou seja, no sentido de que os dialetos primários constituem uma base histórica da qual todos os outros dialetos, de alguma forma, surgiram, assim como todos os outros tipos de língua. É bem possível que exista uma sociedade apenas com dialetos, mas nosso conhecimento sobre isso refere-se normalmente a comunidades rurais, que preservaram formas antigas de linguagem ou se desenvolveram de forma independente. Além desses, podemos ter dialetos secundários que são menos numerosos, mas que, hoje em dia, correspondem normalmente às concentrações urbanas, onde tanto pessoas dos arredores como de outras áreas rurais se juntaram e tiveram de lidar com novos problemas ao depararem-se com dialetos diferentes dos seus. Por outro lado, podemos, ainda, ter uma variedade de dialetos terciários, cada um deles refletindo, via de regra, a existência de um tipo de elite. Trata-se, claramente, de um tipo de estrutura europeia e, se observarmos a África, a Ásia e outros lugares, é possível encontrar tipos de determinações sociais bem diferentes. Podemos pensar em uma *coiné*, ao invés de em um dialeto terciário, criado por pessoas que são mercadores, viajantes ou algo desse tipo. Nesse caso, pode-se pensar nisso tanto como algo secundário quanto como algo terciário. Em suma, eu afirmo simplesmente que estamos expandindo aqui o sentido de “dialeto”, enquanto mantemos o sentido de dialetologia como o estudo de dialetos.

W. Möhlig: Em função da minha experiência na área das línguas bantu, fico muito satisfeito com a tese de E. Coseriu, segundo a qual “dialeto” é um termo relacional. Eu certamente tenho dificuldades, em razão da ausência de línguas comuns no bantu, em utilizar, como ponto de referência para minhas relações dialetais, o conceito de “língua histórica”. Esse conceito mostrou, especificamente no estudo das línguas bantu, que uma hipótese de desenvolvimento de língua muito especial é pré-programada *a priori*, uma hipótese que eu, um tanto depreciativamente, identifico como teoria do *big bang* (*Urknall-hypothese*). Em vez disso, tentei partir das condições reais das línguas bantu e utilizar, como ponto de relação, o sistema dialetal real de todas as línguas bantu. Trata-se aqui – vou desenvolver mais esse assunto em minha palestra – de um sistema estrutural hierárquico que os dialetos constroem entre si em função de sua proximidade linguística, que não se realiza necessariamente através do parentesco linguístico ou condicionado pelo parentesco linguístico. Eu talvez possa oferecer isso como sugestão.

K. Heger Na verdade, depois do que W. Möhlig acaba de colocar, posso abrir mão da minha intervenção. Porém gostaria muito de pedir a Coseriu que respondesse a pergunta de W. Möhlig de como, a partir das possibilidades resultantes de sua apresentação, pode-se falar em linguística de “dialetos” vs. “língua histórica”, aplicadas em

situações fora da Europa e dos Estados Unidos.

D. Stellmacher: A distinção da questão: “dialeto” – “língua” ou “dialeto”, como uma oposição entre língua primária e língua técnica deve ser acolhida com louvor. No entanto, tenho um problema aqui – não sei, talvez eu simplesmente tenha entendido mal: você afirmou que se deve substituir, nessa oposição, “língua” por “língua histórica”. A questão que surge a meu ver – tenho sempre em mente as condições do norte da Alemanha – é: o conceito de “língua histórica” também deve ser compreendido como um conceito primário? Ouve-se constantemente de falantes do baixo-alemão: “Nossa variedade *Platt* é uma língua, não um dialeto”. Isso é um fenômeno da língua primária ou como você definiria “língua histórica” aqui?

P. Ivić: Em minha opinião, os dialetos são certamente relacionais, mas eu não tenho certeza se eles devem sempre ser relacionais em relação à língua escrita; eles são relacionais entre si. A existência de pelo menos um tipo de variação binária é elementar para o conceito de dialeto. Em segundo lugar, parece-me que a língua histórica é um fenômeno sociolinguístico e, quando Coseriu aplica-o posteriormente, ele não utiliza critérios sociolinguísticos, mas puramente linguísticos. Nesse ponto, eu vejo uma contradição que se faz muito significativa especialmente nos casos do neerlandês e do baixo-alemão.

J. Goossens: E. Coseriu discutiu amplamente o exemplo dos dialetos da Península Ibérica, utilizando repetidamente a expressão que dialetos “relacionam-se estreitamente com uma língua A ou uma língua B”, valendo-se dela como critério de classificação. Dessa forma, questiono o que se entende a respeito desse conceito de “relacionar-se estreitamente”. Não me interessa saber de que maneira esse conceito pode ser operacionalizado, mas eu gostaria de uma definição um pouco mais precisa em relação a isso. Eu tinha ainda uma segunda questão, mas P. Ivić já a antecipou.

H. Kloss: Minha pergunta, na verdade, já foi antecipada por J. Goossens. Interessame se “relação estreita” diz respeito apenas à relação genética ou também à relação sociolinguística que surge justamente do fato de um determinado dialeto, que se encontra entre o francês e o italiano, estar efetivamente sob a influência de uma ou de outra língua. Além disso, eu também gostaria de pedir que a expressão “língua histórica” seja ainda mais uma vez considerada, pois é dessa maneira que, por exemplo, surgem atualmente novas línguas-padrão, novas *Hochsprachen*. Procura-se hoje pelo frisão do norte ou pelo corso. Uma nova língua padrão surgiu em apenas 100 anos, a partir dos dialetos oeste-noruegueses, na região de Bergen. Essas não são exatamente línguas históricas, mas línguas jovens – línguas jovens do ponto de vista histórico. O termo “histórico” pode apenas ser usado verdadeiramente pelas línguas no sentido, como se pode dizer, de que elas são fortemente históricas em comparação ao dialeto, isto é, são tão desenvolvidas que poderiam influenciar a história de seus falantes de outra forma, de modo diferente de como é possível pelos dialetos.

J. Chloupek: Sobre a interessante ideia e explicação de E. Coseriu, eu gostaria de fazer apenas um comentário: na fronteira tcheco-polonesa, há aldeias cujos habitantes falam o mesmo dialeto, embora algumas dessas pessoas se considerem tchecas e outras, polonesas, e elas classificam sua língua materna como tcheco ou como polonês. É essencial nesses casos, como J. Belie várias vezes salientou, o desenvolvimento econômico, cultural e – principalmente em épocas passadas – religioso de qualquer família, de qualquer grupo social. Devemos, então, pressupor que esses dialetos desenvolvem-se juntos com a língua escrita tcheca ou polonesa, desenvolvem-se com características diferentes do tcheco ou do polonês e acreditamos que pesquisá-los é, então, a tarefa da linguística tchecoslovaca como também da polonesa.

H. Lüdtke: Seria interessante examinar se existe ainda o caso da sobreposição, se também há falantes que falam um dialeto A e falantes que falam um dialeto B em que o dialeto A se aproxima da língua escrita B e o dialeto B da língua escrita A.

A. Weijnen: Em geral, parece-me bastante aceitável a concepção de que se deva restringir o termo *dialeto* a circunstâncias sintópicas, ainda assim eu me pergunto se é, então, em princípio, impossível falar que uma determinada estrutura sinstrática tenha se transformado em uma língua histórica. É possível imaginar que, em uma determinada sociedade, uma população de barqueiros; em outra, uma população rural; em outra, por sua vez, uma população de comerciantes consigam atingir um prestígio tal a ponto de definir a língua padrão. Então, o conceito “dialeto” pode restringir-se apenas à sintopia.

T. Hill: O parágrafo seis estimulou bastante minha imaginação com essa noção de primário, secundário e terciário – a ponto de eu não acreditar que consiga fazer nada além de alguns comentários provisórios. Vale a pena enfatizar que há um uso alternativo do sistema numérico de línguas indianas primárias e secundárias e no uso de “primário” e “secundário” de Martinet, que também acompanhei e que, em princípio, poderia seguir infinitamente. Seria possível haver “quartenário”, “quintenário” e assim por diante, se a história dessa língua fosse extensa o suficiente para que sucessivas divisões ocorressem. Creio que aqui se trata de outra coisa: utilizando a terminologia do próprio E. Coseriu, parece-me mais substancial do que relacional. Ele está criando uma hipótese e eu acredito que seja isso que E. Haugen tinha em mente: um tipo específico de sociedade, na qual coisas historicamente específicas aconteceram. Em outra parte do mundo, talvez esses mesmos termos não tenham aplicação.

A meu ver, vale apenas fazer duas declarações sobre isso: no caso normal, nós esperamos ter dialetos primários em qualquer lugar em que as pessoas tenham vivido em uma área desde, bem, a Idade Média... O dialeto secundário me parece ser um fenômeno que alguém atribuiria estritamente a casos como o espanhol, no qual se deu um recomeço por certas razões históricas específicas, fazendo com que, o que nós agora chamamos de

dialetos do espanhol, fossem difundidos para além da península em dois estágios em função das situações da *conquista*. Contudo, não aplicaríamos esse termo, penso eu, por exemplo, para os dialetos do francês e certamente não para os dialetos do inglês.

Parece-me que o estágio terciário envolve, de certo modo, outro eixo. Pela primeira vez, nós temos a natureza qualitativa das diferenças mencionadas, ou seja, uma concretização da norma da língua padrão. O que eu gostaria de sugerir nesse ponto é: trata-se de um eixo completamente diferente, representado, por exemplo, pelo tipo de terminologia através da qual expressamos “dialeto”, “variedade”, “sotaque”. Seria normalmente esperado que dialetos primários e secundários, de acordo com esse esquema, fossem dialetos no sentido desse eixo de três pontas que acabei de introduzir, nisso eles se diferenciariam uns dos outros em todos os aspectos. Mas quando nós pensamos sobre a língua exemplar, como tem sido feito, ou língua padrão, como, por exemplo, o inglês, há, então, duas possibilidades de variação: uma delas é a que verificamos entre os Estados Unidos e a Inglaterra, Inglaterra e Escócia e assim por diante, na qual a mesma língua está sujeita a pequenas variações na fonologia, no léxico etc. Em segundo lugar, entre diferentes partes desses países, podem ser usados sistemas fonológicos diferentes – esse, contudo, pode ser o único modo através do qual seja possível diferenciar a concretização da língua padrão. Em terceiro lugar, seria interessante ter uma terceira categoria, na qual o sistema é o mesmo, mas a concretização fonética é diferente. Por exemplo, o sotaque padrão (*Received Pronunciation*) do inglês e do inglês australiano têm praticamente o mesmo sistema fonológico – se não exatamente o mesmo – mas soa muito diferente, e seria interessante afirmar que se trata de uma variedade com dois sotaques, enquanto o sotaque padrão e o inglês de Edimburgo são claramente duas variedades. E, então, o dialeto de *Aberdeenshire* e o dialeto de *Devonshire*, como falados há cem anos, antes das escolas se estabelecerem, são dois dialetos. Esse tipo de classificação já foi discutido por outras pessoas e por mim mesmo. Parece-me que se encaixaria muito bem em um esquema assim, como um tipo de subeixo relacionado, por um lado, ao contraste do estágio primário e secundário, que corresponderia ao estágio terciário do dialeto que, por sua vez, corresponderia, às vezes, ao que chamei de variedade e, às vezes, ao sotaque. Você vai perceber que isso significa que agora estamos usando a palavra *dialeto* duas vezes seguidas e, já que esse encontro teve a preocupação de desfazer as ambiguidades da terminologia, provavelmente significa que precisaríamos ter dois termos diferentes para a categoria que está operando em cada eixo.

P. Seidensticker: Minha pergunta é: se você conhece um caso, em que a subordinação intuitiva de um dialeto a uma língua histórica A deva ser revista devido a pesquisas mais precisas a favor da língua B. E gostaria, ainda, de acrescentar uma segunda pergunta, relacionada à pergunta de A. Weijnen: você consideraria presunçoso se eu fizesse o papel de advogado do diabo e perguntasse se não houve um caso como esse, como no saxão antigo, em que uma língua diastrática tenha se transformado em uma língua histórica?

RESPOSTAS DE E. COSERIU

Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer sinceramente a todos os participantes da discussão por terem demonstrado tanto interesse nesta palestra.

Eu também estou de acordo com a maioria dos comentários e das objeções. Em parte, trata-se de questões terminológicas ou de conceitos não definidos por mim com mais precisão devido ao pouco tempo disponível.

Início sobre o que afirmou E. Haugen em relação ao *status* histórico, e acredito que, dessa forma, responderei também a outros colegas: faço uma diferença entre a natureza histórica e o *status* histórico. Quando declaro que um dialeto tornou-se histórico e uma língua histórica tornou-se igualmente histórica, refiro-me à natureza histórica desses fatos. Quando falo de *status* histórico, refiro-me a como eles se relacionam, um dialeto em relação a uma língua histórica (isto é, não mais o fato de que se trata de um objeto histórico), mas qual sua condição histórica específica. Por isso, acredito que podemos continuar falando de *status* histórico, quando entendemos com isso precisamente essa relação. Isso, no entanto, significa que não posso, ao menos não completamente, estar de acordo com a existência de um dialeto sem também a oposição a uma língua histórica, como E. Haugen e também P. Ivić mencionaram. Pois, quando P. Ivić menciona, por exemplo, a existência de duas variedades, são variedades no interior do quê? Quando variedades, encontram-se, então, no interior de algo, são diferenciadas no interior de algo, e isso é precisamente uma língua abrangente. Quando não se considera essa oposição, “dialeto” e “língua” são sinônimos e eu reconheceria isso prontamente. Afirmei, então, que “dialeto” e “sistema linguístico” são substancialmente iguais, isto é, é possível chamar todas as línguas de dialetos e todos os dialetos de línguas – os gregos, inclusive, também chamaram a língua comum de *diálektos*.

Quando não aceitamos essa disjunção, a que eu me refiro como *vel*-disjunção, mas, ao contrário, adotamos uma disjunção do tipo “ou isso – ou aquilo”, isto é, uma *aut*-disjunção, não podemos mais afirmar que “dialeto” e “língua” são sinônimos, mas precisamos, de alguma forma, justificar essa oposição – e ela só tem sentido, também no uso habitual da língua, quando não se quer dizer o mesmo, quando se pensa que um dialeto ou está subordinado a uma língua, e precisamente por isso é um dialeto dessa língua, ou não está subordinado e, por isso mesmo, é uma língua histórica. Um dialeto, como sistema linguístico, pode facilmente constituir uma língua histórica completa. Contudo, isso não eliminaria a diferença conceitual, significaria apenas que essa língua histórica é composta por um único dialeto, assim como uma família pode, eventualmente, ser composta por um único membro e, mesmo assim, o conceito “família” não é o mesmo que “indivíduo”, que “membro de uma família”. Em relação à língua comum, existem, acredito eu, diferenças terminológicas. Eu utilizo “língua comum” no sentido de *langue commune* e, muito frequentemente, no sentido alemão de “*Gemeinsprache*” (língua comum), como o seguinte (esboço no quadro): inicialmente tem-se o dialeto primário, então, um dialeto transforma-

se em língua comum e dessa forma, ele é considerado (tendencialmente) “coextensivo” a toda a língua histórica. A língua comum fica, de certa maneira, acima e ao lado dos dialetos primários. Essa língua comum tem, por sua vez, um padrão que eu chamo de exemplaridade. Essa exemplaridade é, por sua vez, tendencialmente coextensiva a toda a língua comum e, por isso, a toda a língua histórica. Eu diferencio os dialetos primários e secundários de acordo com esses níveis: aqueles que coincidem cronologicamente com a língua comum, pois a língua comum também representa um determinado dialeto, eu chamo de nível primário; quando ocorrem diferenças nesse espaço, eu o chamo de nível secundário; e quando surgem diferenças na exemplaridade, chamo esse nível de terciário. Acredito que a visão de E. Haugen corresponde também a essa visão, ele apenas acrescenta outra questão, a saber, onde, normalmente, são encontrados esses dialetos. Certamente alguns são encontrados, sobretudo, como dialetos populares; outros podem ser encontrados em espaços onde a língua comum normalmente é falada, por exemplo nas cidades; e pode-se encontrar aqueles que falam a variedade exemplar (explicações no quadro). Acredito que não há aqui nenhuma contradição, apenas outro ponto de vista. Eu apresentei minha visão sobre o que são esses dialetos, E. Haugen vai muito além e mostra onde se pode, de fato, encontrá-los.

Quanto à sugestão de T. Hill, de utilizar os conceitos de “primário”, “secundário” e “terciário” para outra coisa – a terminologia é naturalmente uma convenção, pode-se encontrar uma terminologia melhor. Contudo, é interessante que, mesmo sem conhecimento mútuo, E. Haugen e eu tenhamos chegado à mesma terminologia e quase aos mesmos conceitos. Devo admitir que pensei na condição específica do espanhol e que não posso simplesmente utilizar o termo *variedade*, pois o andaluz (que não é uma forma da variedade oral primária nem alguma forma do castelhano, mas uma forma da língua comum do castelhano) é precisamente a única variedade oral existente na Andaluzia. Por isso, não posso simplesmente chamá-la de *variedade*, pois as outras línguas, que antigamente eram faladas lá, não estão mais presentes.

No caso do bantu e em geral – isso W. Möhlig e K. Herger também afirmaram – o que se faz com as línguas fora da Europa? Como afirmei, uma língua é histórica quando é reconhecida como tal por seus próprios falantes ou por falantes de outras línguas (ou por ambos) e esse reconhecimento se demonstra pelo fato de que essas línguas têm, então, um nome próprio, isto é, um *adiectivum proprium* para sua designação, como, por exemplo, *língua alemã*, *língua inglesa* e assim por diante. Nas línguas em que esse não é o caso (na verdade, muitas vezes é o caso nessas línguas, mesmo quando não existe uma língua comum, já que isso não representa uma condição para a existência de uma língua histórica), deve-se proceder, é claro, de forma convencional. Não era meu propósito dizer o que devemos ou precisamos fazer, mas o que fazemos como linguistas. O que fazem os linguistas no caso dessas línguas? No caso dessas línguas, eles mesmos frequentemente determinam que essas variedades, esses sistemas linguísticos, devem ser considerados como dialetos, pois eles mesmos definem uma língua histórica (que não foi definida pelo próprio falante) a partir de vários critérios internos ou – e isso se encontra constantemente, por

exemplo, nos estudos de línguas sul-americanas – também através do que os próprios falantes dizem. É claro que essas classificações são apenas provisórias, e são convencionais, pois precisamente as línguas históricas desse caso não aparecem delimitadas enquanto tais. Mas também em nossos países, não se tem línguas históricas já precisamente delimitadas. Pois, como eu disse, uma língua histórica constitui-se historicamente e pode-se afirmar que, sem dúvida, certas variedades orais estão a caminho de se tornarem línguas históricas.

H. Kloss fala de “dialetos em construção”, mas também se pode falar de línguas históricas em construção. “Histórico” não se entende aqui por “existente há longo tempo”, mas “historicamente existente”, por isso, não acredito que se tenha de renunciar ao termo “histórico”.

A pergunta de P. Ivić já respondi parcialmente. Em relação ao sociológico, não sei muito bem o que “sociológico” significa nesse contexto. O histórico não é apenas sociológico e, nesse caso, não se trata de camadas sociais, trata-se antes de formação, de nacionalidade ou de povos e, exatamente por essa razão, eu chamaria isso de “histórico” e não de “sociológico”.

Em relação à pergunta de J. Chloupek: Que a mesma variedade oral possa ser considerada por diversos falantes ora como tcheca, ora como polonesa não representa uma dificuldade para a língua histórica, mas precisamente uma confirmação. Isto é, língua histórica é uma língua reconhecida como tal. Dessa forma, tem-se uma língua histórica tcheca e uma língua histórica polonesa. Trata-se de uma tarefa totalmente diferente, e essa não é mais tarefa dos falantes, definir também as línguas históricas. Eles apenas nos dizem que há línguas históricas e que algo é considerado como língua histórica, mas eles próprios não delimitam as línguas históricas e também não determinam, que, por exemplo, isso é ao mesmo tempo polonês e tcheco ou nem tcheco nem polonês, mas outra coisa. Poderia ser eventualmente uma terceira língua histórica, indiretamente delimitada pela delimitação das outras. Assim como, na delimitação dos casos das línguas latinas, por exemplo, do francês, do italiano, entre outros, pode-se também delimitar o sardo (que inicialmente não pode ser delimitado), exatamente como resultado da delimitação de outras línguas.

J. Goossens e H. Kloss perguntaram, então, se com “relações mais estreitas” refiro-me ao aspecto histórico ou sociológico. Refiro-me ao aspecto estrutural e, portanto, puramente linguístico. Como transformar isso em um conceito operacional ou em uma operação – a determinação da semelhança é um problema que afeta toda a linguística e não apenas a dialetologia. Em todo caso, diz respeito à semelhança estrutural, à semelhança puramente linguística, através da qual associamos dialetos, que são vistos pelos falantes eventualmente como unidades autônomas, a uma língua histórica, como no caso do galego.

Ainda perguntou-se, de diversas formas, se uma estrutura sinstrática não pode se transformar em uma língua. Creio que me expressei claramente a respeito disso. Eu disse: “a não ser que esse nível ou esse estilo linguístico represente sozinho o dialeto”. Nesse caso,

o nível ou estilo linguístico pode transformar-se em uma nova língua. Um nível linguístico é apenas uma diferenciação no interior da variedade oral e, quando temos apenas um nível linguístico e apenas um estilo linguístico, então, nível e estilo linguístico coincidem com a variedade oral e, por isso, podem naturalmente evoluir e transformar-se em uma nova língua.

Em relação à pergunta de P. Seidensticker: e, por fim, se eu conheço um caso – sim, justamente o caso do galego. Diversos falantes associam o galego ao espanhol, outros o consideram uma estrutura autônoma. Os linguistas associaram o galego ao português, ao português-galego, antes devido a essa relação com o português do que com alguma outra língua românica da Península Ibérica. Não conheço outros casos, mas eu posso imaginar que isso aconteça nas línguas eslavas e que também, por exemplo, nessas línguas híbridas, como o tcheco-polonês, os linguistas eventualmente possam determinar se essas variedades orais pertencem ao tcheco ou ao polonês, isto é, na contramão da associação intuitiva feita pelos próprios falantes.

A LÍNGUA ALEMÃ STANDARD: UMA VARIEDADE – TRÊS NORMAS DE ORALIZAÇÃO¹

Jürgen Erich Schmidt²

Tradução: Lucas Löff Machado³

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan⁴; Cléo Vilson Altenhofen⁵

Resumo: *A pergunta central do simpósio sobre “quanta variação suporta a língua alemã standard?” é tratada aqui a partir de duas perguntas básicas. A primeira diz o seguinte: “No âmbito linguístico, onde deve ser estabelecido o limite para reconhecer a língua standard falada (Standardsprache)?”. A segunda: “Quanto de desvio da norma codificada os ouvintes leigos julgam ser necessário para variantes regionais serem aceitas como standard?”*

A primeira pergunta é explicitada e respondida no âmbito da teoria da dinâmica linguística. Para o sistema interativo-cognitivo ‘língua’, são constitutivas as dimensões ‘temporalidade’ e ‘espacialidade’. Toda interação linguística realiza-se no tempo. Temporalmente determinados, são os reflexos cognitivos das interações linguísticas e a sincronização interindividual do saber e convenções linguísticas. O estado correspondente de uma determinada língua e de sua variedade standard resulta da disposição lado a lado de mesossincronizações espacialmente determinadas, nas quais os indivíduos sincronizam seu saber linguístico em situações de contato pessoal, e de macrossincronizações, através das quais os membros de uma comunidade linguística se alinham a uma norma comum independentemente do contato pessoal. As normas de oralização de grandes áreas, (surgidas por volta de 1700) em torno de uma variedade standard literal, estão, há cerca de setenta anos, submetidas a um processo massivo de resignificação. Na medida em que as novas normas de oralização nacionais do alemão, difundidas oralmente por mídias de massa, obtiveram presencialidade comunicacional⁶, os antigos estados de fala (Sprechlagen)⁷

¹ Traduzido com a permissão do autor para a publicação nos Cadernos de Tradução do IL, a partir do texto em alemão “Die deutsche Standardsprache: eine Varietät – drei Oralisierungsnormen”. In: EICHINGER, L.; KALLMEIER, W. *Standardvariation: Wie viel Variation verträgt die deutsche Sprache?* Walter de Gruyter, 2005.

² O Prof. Dr. Jürgen Erich Schmidt é, desde 2000, Diretor do Forschungszentrum Deutscher Sprachatlas (Centro de Pesquisas do Atlas Linguístico da Alemanha) e professor da área de Germanística, na Phillips-Universität de Marburg.

³ Aluno egresso da Graduação em Letras Alemão e do Mestrado em Letras, UFRGS. Atualmente, é Doutorando em Germanística, na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, Alemanha.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

⁵ Professor do Instituto de Letras, UFRGS.

⁶ N.T.: A noção de *kommunikative Präsenz* é recorrente no texto. Optamos por traduzi-la como *presencialidade comunicacional* por exprimir mais claramente a ideia de uso potencial da respectiva variedade na comunicação.

anteriormente de prestígio passaram a ser vistos como estritamente regionais e foram cada vez mais depreciados em um processo que decorreu de forma muito diversa, conforme cada região. No atual contínuo dos diferentes estados de fala orientados pela norma literal, é possível estabelecer, com base no conceito cognitivamente fundamentado de “variedade plena”, uma clara distinção entre estados de fala *standard* e não-*standard*.

Para responder à segunda pergunta, são apresentados estudos empíricos recentes, cuja base de dados se constitui de enunciados em que falantes de pouca escolaridade intencionam o uso do *standard* em situações de fala autênticas. Os regionalismos observados nas respectivas gravações de fala foram 1) analisados empírica e linguisticamente e 2) avaliados por ouvintes leigos em testes de percepção, para medir sua equivalência com a língua *standard*. O resultado surpreendente é: as avaliações dos ouvintes nas diferentes regiões de língua alemã coincidem amplamente com a delimitação proveniente da teoria.

No final do artigo, pretende-se uma definição de língua *standard* e de suas normas de oralização que, por um lado, seja coerente com a temporalidade e espacialidade constitutivas de cada língua em particular e que, apesar disso, permita uma diferenciação clara entre variedade *standard* e estados de fala regionais (*regionalsprachliche Sprechlagen*).

1. Introdução

O questionamento central do simpósio anual “quanta variação suporta a variedade *standard* do alemão?” comporta um conjunto de indagações mais específicas. As duas perguntas mais importantes seriam: uma teórico-linguística, que indaga até qual grau de heterogeneidade ainda faz sentido falar de uma única variedade, isto é, de uma única variedade *standard*; a segunda está relacionada à percepção da língua pelos falantes e ouvintes leigos: até qual grau de desvio da norma codificada esses falantes e ouvintes leigos julgam variantes ainda como *standard*. É objetivo deste artigo mostrar que o resultado surpreendente das perguntas formuladas desta maneira se deve ao fato de que a delimitação teórico-linguística da variedade *standard* coincide amplamente com a delimitação da língua *standard* falada que, empiricamente, falantes ouvintes apontaram em suas avaliações.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a definição de “língua *standard*” ou “variedade *standard*” pressupõe o conhecimento de dois conceitos fundamentais da teoria da dinâmica linguística, o conceito de sincronização e o conceito de variedade plena. Eles serão, portanto, introduzidos brevemente no capítulo 2; não é possível aqui discorrer sobre o contexto teórico⁸. Além disso, uma delimitação da variedade

⁷ N.T. e Rev.: O termo *Sprechlage* refere-se à “língua falada comumente em uso”, ou seja, “o que é o hábito comum de uso da língua na oralidade”. Propomos traduzi-lo como “estado de fala” (não confundir com “situação de fala”, al. *Sprechsituation* (*Sprachlage*), restrita ao uso efetivo em um momento específico de uso da língua).

⁸ Joachim Herrgen e eu estamos tentando, há algum tempo, desenvolver uma teoria que coloque a temporalidade constitutiva da língua e de suas variedades e, deste modo, a heterogeneidade, no centro. Essa

standard do alemão só pode ser adequada teoricamente ao objeto, se estiver também historicamente adequada. Assim, no capítulo 3, serão reconstruídos esquematicamente os mais importantes estágios de desenvolvimento das normas de oralização da variedade *standard*: serão abordados seu surgimento por volta de 1700, sua estrutura linguística primordial, a respectiva abrangência e, finalmente, a ressignificação das normas de oralização regionais, decisiva para a atual situação linguística, desde os anos 30 do século XX. Como se deu esse processo de ressignificação nos últimos quarenta anos e qual mudança linguística ela impulsionou, será mostrado no capítulo 4 através de uma seleção de uns poucos estudos empíricos recentemente trazidos à tona. A conclusão do artigo (capítulo 5) constitui, então, uma tentativa de análise teórica concisa, que culmina com uma definição de variedade *standard*, de suas normas de oralização nacionais, até uma proposta de distinção entre língua *standard* e língua regional.

2. Conceitos básicos selecionados da teoria da dinâmica linguística

2.1 O conceito de sincronização

A pergunta "até qual grau de heterogeneidade faz sentido falar de *uma* variedade ou de uma *única variedade standard*", conduz diretamente ao centro da teoria linguística atual. Está cada vez mais claro que os conceitos linguísticos clássicos, o conceito de sincronia ou o postulado da homogeneidade, representam idealizações teórico-metodológicas que neste ponto, enfim, impedem qualquer solução satisfatória (cf. nota de rodapé 8). No centro da teoria da dinâmica linguística, encontra-se, assim, no lugar de um conceito de sistema independente do falante e da temporalidade, um conceito interacionista-cognitivo de sincronização.

A ideia central pode ser resumida da seguinte forma:

A comunicação linguística funciona, não porque existem comunidades linguísticas parciais, cujos membros dispõem de uma competência linguística (quase) idêntica – ainda que a temporalidade, em um primeiro momento, seja irrelevante –, mas porque os falantes sincronizam, no tempo, seu saber linguístico de forma interativa, baseado no princípio da cooperação. Essa sincronização implica que os falantes estabilizam ao mesmo tempo aspectos em comum existentes no saber linguístico individual e que, em caso de diferenças, modifiquem esse saber linguístico individual.

Elucido a seguir, bem rapidamente, como se deve imaginar essa situação.

Com base em estratégias de aprendizagem inatas, os indivíduos adquirem saber linguístico e desenvolvem estratégias de otimização que durante a vida – todavia, por

teoria será descrita e fundamentada em Herrgen & Schmidt, no prelo ("*Sprachdynamik*", cf. HERRGEN & SCHMIDT, 2011). Uma explicação mais detalhada do conceito de sincronização encontra-se em Schmidt [2005] ("*Sprachdynamik*"); uma fundamentação mais detalhada do conceito de variedade plena, em Schmidt [2005] ("*Varietätenbegriff*").

etapas com diferentes intensidades – conduzem a uma reestruturação desse saber linguístico. O saber linguístico individual (isto é, a competência individual) adquirido até certo período (consciente ou inconsciente) é empregado em cada ato de produção e compreensão linguística de acordo com as possibilidades de compreensão e expectativas de comunicação do respectivo interlocutor. O retorno interacional dado pelo parceiro ocasiona ou uma estabilização ou uma modificação do saber linguístico individual. Os retornos através do interlocutor da interação são responsáveis por estratégias individuais de otimização entre membros de uma comunidade comunicativa levarem a resultados de otimização equivalentes.

Para a questão do *status* linguístico de variedades, não são determinantes apenas os atos de sincronização pontuais e realizados em interações individuais – nós os chamamos microssincronizações –, e sim meso- e macrossincronizações.

Quando os indivíduos têm parte, por um longo período de tempo, em situações de grande importância para cada um dos participantes, isso leva a uma sequência de atos de sincronização orientadas para o mesmo fim. As implicações cognitivo-linguísticas de tal sequência de microssincronizações dependem da duração do período em que os interlocutores interagiram em uma situação comum, da “densidade da comunicação”, da relevância individual e especialmente da fase da vida. Com duração mais longa, alta densidade comunicativa e alto valor individual, os membros da interação desenvolvem estratégias de otimização similares.

Tal sequência de atos de sincronização orientados para o mesmo fim, que indivíduos em situações de contato pessoal realizam, e que conduz à formação de saber linguístico comum em situações específicas, chamamos de mesossincronização.

Determinante para a integração linguística como um todo, porém, são as macrossincronizações.

Por macrossincronização entendemos atos de sincronização através dos quais os membros de uma comunidade linguística se alinham a uma norma comum.

Macrossincronizações têm por tendência prever todos os membros de uma comunidade linguística ou de um grupo maior, entre os quais não é necessário haver contato pessoal. Um papel de destaque é atribuído naturalmente à aquisição da norma literal. A longo prazo, as fronteiras de macrossincronizações comuns definem as fronteiras do sistema dinâmico de cada língua.

2.2 O conceito de variedade plena

Como resultado das constantes mesossincronizações, subsiste, a todo e qualquer momento, um complexo sistema global de cada língua, que externamente não permite cesuras mais claras. Não é possível reconhecer nem uma disjunção entre conjuntos de variantes e grupos de falantes, nem um ordenamento discreto de variantes a situações (cf. SCHMIDT [em vias de publicação] “conceito de variedade”, seção 3). A esse sistema, contudo, contrapõe-se, linguisticamente e na consciência do falante, uma clara gradação. Os falantes têm consciência de que determinadas diferenças linguísticas entre indivíduos e grupos de falantes podem, em princípio, ser facilmente superadas e implicam uma modificação permanente e sem problemas do saber linguístico individual. Isso diz respeito principalmente às diferenças lexicais. Porém, os falantes têm consciência também de que outras diferenças linguísticas marcam uma fronteira cognitiva – por vezes, experienciada como problemática ao longo da vida –, a qual pode ser, do ponto de vista sociolinguístico, especialmente significativa. Estratégias de recusa, hipercorreções e sanções são indicadores dessa fronteira. A gradação da competência linguística, da qual os falantes têm consciência intuitivamente e que utilizam para marcar sua posição sociolinguística, é a diferença entre o campo fundamental da competência individual, por um lado, e a ampliação setorial desse campo fundamental, por outro. Por campo fundamental da competência individual entendemos as regras geradoras de signos básicos e regras de combinação de signos; portanto, linguisticamente falando, dos subsistemas prosódico-fonológico e morfossintático. Sua aquisição ocorre essencialmente nas duas primeiras fases de aquisição da língua.

Essa gradação da competência linguística constitui a base para o conceito de variedade plena. Recorrendo à terminologia linguística clássica, o conceito pode ser definido da seguinte maneira:

Do ponto de vista *cognitivo-individual*, variedades plenas são determinadas através de estruturas prosódico-fonológicas e morfossintáticas independentes e com recortes do saber linguístico associados a tipos de situações sociais.

Do ponto de vista *sociolinguístico*, variedades plenas são diferentes recortes parcialmente sistêmicos do complexo sistema total da língua particular, com o qual grupos de falantes interagem em determinadas situações.

Distintas das variedades plenas, têm-se ainda as variedades setoriais, isto é, aqueles recortes do saber linguístico, nos quais, sobre a base de uma variedade plena, a competência linguístico-situacional é adquirida, e isto por meio de uma sequência de atos de microsincronização que, meramente setoriais – em geral de ordem lexical –, conduzem a ampliações de inventário, bem como diferenciações ou substituições de inventário.

Variedades setoriais sobre a base da variedade *standard* são, por exemplo, as linguagens especializadas e técnicas; variedades setoriais sobre uma base dialetal equivalem a terminologias tradicionais relativas ao trabalho manual.

3. O desenvolvimento das normas de oralização do alemão: um esboço

Com o auxílio dos conceitos teóricos introduzidos acima, pode-se reconstruir o desenvolvimento de normas orais da variedade *standard* do alemão.

3.1 Primeiras normas de oralização do Hochdeutsch escrito: quando e onde elas adquiriram ampla presencialidade comunicacional?

Nós não temos provas diretas de quando e onde as primeiras normas de oralização da nova variedade nivelada do *Hochdeutsch* escrito obtiveram uma presencialidade comunicacional mais ampla, mas podemos deduzi-lo de forma relativamente precisa. Trata-se do período, em que o *dialeto* começou a se constituir como variedade autônoma e no qual, pela primeira vez, a mudança das antigas variedades regionais do alemão passou a ser percebida. Somente quando o uso de uma nova “variedade” oral, associada à língua escrita do moderno alto-alemão, não mais se restringiu a uma pequena elite intelectual (cf. MATTHEIER, 2003, p. 219), mas sim passou a englobar grupos maiores de falantes⁹, colocou-se à disposição um contraponto às antigas variedades regionais (“*lantsprachen*”), que permitiu reconhecer sua mudança, que há tempos já existia. Isso levou, por fim, à constituição do dialeto como variedade relacional.

⁹ Sobre o estabelecimento da língua escrita do moderno alto-alemão nas diferentes regiões, cf. Besch (2003a) e Mattheier (2003). Como “língua nivelada” (*Ausgleichssprache*) escrita, ela se estabeleceu, segundo Wiesinger (2000, p. 1932s.), na Alemanha protestante da região central e do norte, por volta de 1650, na Suíça em torno de 1730, na Áustria em 1750 e, por fim, na Baviera (1760). Para as primeiras comprovações da oralidade das novas variedades em formação, no âmbito das elites sociais e intelectuais, há documentos fora do domínio de uso religioso no médio-alemão a partir de 1603, na área do baixo-alemão desde a segunda metade do séc. XVII (cf. WIESINGER, 2000, p. 1934-1941). Na Suíça, ainda em 1819 parecem não desempenhar papel mais relevante (cf. STALDER, 1819, p. 9). Relativo às influências muito antigas do “*Hochdeutsch*” sobre o registro especializado da mineração, cf. Werner (1999, p. 56).

Para melhor avaliar a tese de Mihm (2003), de que, muito mais do que no âmbito da escrita, os processos de nivelamento, na oralidade (acroletais), é que se impuseram com mais prioridade, parece-me necessário distinguir, de um lado, registros da estratificação vertical do alemão atestada desde o médio alto-alemão e de um “*vlaemen*” individual do discurso e, de outro, indícios da existência de uma variedade oral nivelada (do moderno alto-alemão). Se, por exemplo, um indivíduo de Schwerin é convidado, cerca de vinte anos após a mudança local da língua escrita de 1572, para ir a Meißen aprender a língua (cf. MIHM, 2003, p. 90, e BESCH, 2003a, p. 8), isso argumenta justamente contra uma presença consistente de uma oralidade em *Hochdeutsch*, na área do baixo-alemão. Existem, além disso, registros de que o antigo acroleto (do médio-alemão) da variedade recém nivelada tinham um acesso mais restrito do que os estados de fala das “pessoas comuns da burguesia” (“*des gemeine[n] Volk[s] der Bürgerschaft*”) (cf. WIESINGER, 2000, p. 1937).

O exemplo mais antigo para essa percepção da mudança dialetal, que logo foi interpretada como um início de perda dialetal, encontra-se em 1720, em uma descrição de Johann Michael Weinreich (1720, p. e4s.). Ele constata, em relação à “língua e ao dialeto [*Mund-Art*] dos Henneberguenses”,

que, naquelas cidades, onde havia ou ainda podem ser encontradas residências principescas, governos ou escolas melhoradas, não se ouve, ou ao menos não tanto [ainda um pouco], o dialeto Hennebergisch rudimentar” e “que o dialeto no Hennebergisch era há quarenta anos ainda mais rudimentar do que hoje na maioria das cidades.¹⁰

É significativo que essa primeira observação de uma mudança dialetal, no interior da cidade, seja logo acompanhada da percepção de diferenças dialetais em aldeias menores:

“pois, acima de tudo, é admirável [...] que aldeias localizadas próximas daquelas cidades, participem mais do dialeto da cidade do que outras”.¹¹

Trinta anos mais tarde, comprova-se a presencialidade comunicacional mais ampla da nova variedade oral na área de Hamburg, portanto, em um contexto do baixo-alemão, de modo que também aqui se nota uma “irradiação” (mesossincronização) sobre cidades do entorno (RICHEY, 1754, p. XLIIs.).

“Nosso dialeto [*Mund=Art*] diminui dia após dia, na medida em que o *Hochdeutsch* há muito tempo não participa mais apenas de interações públicas e de escritos, e sim passou a fazer parte também das interações do dia-a-dia, tanto que o simples agricultor, mesmo com meias palavras em *Hochdeutsch* [“*halb=Hoch=Teutschen Worte*”], já se faz passar por pessoa mais culta. Consequentemente, pode-se supor que a verdadeira língua local, propriamente dita, [“*Landes=Sprache*”], na qual ninguém mais fala ou escreve

¹⁰ No original: “*dass in denen Städten, wo Fürstl. Residenzen, Regierungen, oder verbesserte Schulen entweder gewesen sind, oder noch gefunden werden, der große Hennebergische Dialectus sich nicht, oder doch nicht vielmehr [,kaum noch; JS] hören lasse“ und „daß der Dialectus im Hennebergischen noch vor 40 Jahren größer auch in denen meisten Städten gewesen, als jetzo“.*

¹¹ No original: “*Denn vor allen Dingen ist Wunderbahr, [...] daß die Dörffer, welche nahe denen Städten liegen, mehr von dem Stadt-Dialecto participieren, als andere“.*

publicamente, com o tempo irá não apenas se misturar ou alterar, mas até mesmo se perder gradualmente.”¹²

Como “limite temporal” geral para essa primeira fase da formação da variedade *standard*, Klaus Mattheier (2000, p. 1955) fixa o período entre 1770 e 1800.

É essencial para a pergunta sobre quando e onde as novas normas de oralização da variedade escrita ampliaram sua presencialidade comunicacional, ter em mente que 1º) a observação mais antiga ocorre no espaço linguístico do médio-alemão (*Mitteldeutsch*), que configura portanto um espaço linguístico determinante para o desenvolvimento da nova variedade, 2º) diz respeito à variabilidade *intraurbana* e 3º) precisa ser relacionada com uma formação escolar, em processo de ampliação.

3.2 Reconstrução das normas ou convenções de oralização pré-modernas

Como se deve imaginar essas normas de oralização iniciais, surgidas por volta de 1700, inicialmente relevantes sobretudo na área do médio-alemão?

Está absolutamente claro que não se tratava de uma norma de oralização “nacional” no sentido que se tem hoje. As primeiras normas de oralização não codificadas foram naturalmente de ordem regional (*landschaftliche*). Quando uma pequena elite intelectual começou a falar a variedade literal em formação, inicialmente ao menos como tentativa, não teve outra alternativa, senão relacionar cada forma em particular (palavras escritas) e segmentos de formas (letras e grafemas complexos) ao campo dialetal básico de sua competência linguística. Em virtude da grande variação grafêmica ao longo de todo século, sua associação a fonemas e alofones necessitou de relativa flexibilidade. Assim, se os dialetos da Alta Saxônia não tinham nenhum fonema /t/, a grafia <t> da língua escrita era associada ao fonema mais próximo /d/. O grafema usado nas formas *Teer* e *der* foi por exemplo, em ambos os casos, oralizado como /d/. Inversamente, distinções fonológicas do *Pfälzisch*,¹³ como, por exemplo, a distinção fonêmica entre /o/ breve fechado e /ɔ/ aberto, foram mantidas sem nenhum problema, embora a norma literal,¹⁴ nesse caso, colocasse somente um grafema à disposição. Em contatos pessoais entre membros da elite intelectual nos diversos centros, os atos de oralização eram igualmente direcionados (à língua escrita)

¹² No original: „Unsere Mund=Art geräth ja von Tage zu Tage in Abnahme, indem das Hoch=Teutsche schon längst nicht allein in öffentlichen Handlungen und Schriften, sondern auch im gemeinen Umgange Besitz genommen, daß auch der Bauer selbst mit einem halb=Hoch=Teutschen Worte sich schon vornehmer dünket; folglich zu vermuthen ist, daß die wahre und eigentliche Landes=Sprache, in welcher niemand mehr öffentlich redet oder schreibt, mit der Zeit sich nicht allein vermischen und verstellen, sondern allmählig gar verlieren werde.“

¹³ N.T. e Rev.: Não existe, até onde temos conhecimento, uma tradução para o português para essa variedade do Palatinado (*Pfalz*), como existe para a região “Palatinado”, a não ser que se parafraseie para “dialeto do Palatinado”.

¹⁴ N.T. e Rev.: Não confundir *literal* (relativo à letra, à escrita) com *literário* (relativo à literatura). A noção de “norma literal”, ou “variedade literal”, é recorrente no texto.

e tinham uma base dialetal semelhante, de modo que se formaram rapidamente *convenções* relativamente estáveis. Embora nós não tenhamos nenhuma comprovação direta sobre esse processo decisivo, surpreendentemente sabemos como essas mesossincronizações inicialmente se desenvolveram: elas se desenvolveram de modo análogo ao processo de gênese da variedade escrita, para o qual elas estavam destinadas. Foi princípio de seleção de unidades para a língua escrita seu máximo alcance no espaço germanófono de comunicação escrita. Porém, em que condições estava o máximo alcance de mesossincronizações orais? Elas somente poderiam entrar em conformidade até o ponto de poderem ser reportadas a domínios essenciais de competência estruturados de modos a garantir conformidade. Sabemos, contudo, muito bem até onde vão essas equivalências: foram as antigas fronteiras dos dialetais tradicionais supra-regionais como o alto-saxão (*Obersächsisch*), francônio-renano (*Rheinfränkisch*), médio-bávaro (*Mittelbairisch*). Um dos mais importantes resultados da dialetologia tradicional foi mostrar que os sistemas fonológico-prosódico e morfossintático dos dialetos locais no interior desses feixes dialetais coincidem em sua essência.

As primeiras convenções tornaram-se *normas* de oralização de áreas maiores, na mesma proporção em que foram sendo difundidas por “agências de normatização”, na proporção, portanto, em que membros de grupos maiores interligaram suas mesossincronizações, ou seja, independentemente do contato pessoal. Essas “agências normativas” foram, em um primeiro momento, as igrejas. O fator comunicativamente mais importante, entretanto, – que se impôs mais tarde – deve ter sido a transmissão da norma através das escolas.¹⁵ Do ponto de vista da dinâmica linguística, a aula de leitura, especialmente também a pronúncia de coral usada na escola, representam práticas de uso de normas de oralização não codificadas.

3.3 Mudança do valor das antigas normas de oralização

As normas de oralização difundidas respectivamente na igreja e na escola tiveram, não apenas na consciência dos falantes, valor como “*Hochdeutsch*”. Elas o eram de fato, pois eram os únicos “modos de falar” possíveis da nova variedade. Surgia, com isso, uma língua comum complexa, cuja segunda variedade abarcava, além dos dialetos, uma norma literal (relativamente) unificada e tantas normas orais quantos fossem os feixes dialetais de áreas maiores com centros urbanos.

Em termos modernos, a resignificação da diglossia dialeto-*Hochdeutsch* com normas de oralização suprarregionais deu-se apenas cerca de duzentos anos após seu surgimento, quando por volta de 1930 novas normas de oralização suprarregionais começaram a se difundir através dos meios de comunicação de massa, tornando-se deste modo, pela primeira vez, de fato, acessíveis comunicativamente. Na mesma proporção em que as novas normas nacionais da oralidade alcançaram presencialidade comunicacional

¹⁵ Ver Löffler (2000, p. 1974).

como oralizações da variedade *standard* “correta”, “pura”, os antigos estados de fala de prestígio em áreas maiores foram percebidos como sendo restritos a uma região. Quase ao mesmo tempo, iniciou-se um processo demorado e de modo algum uniforme de ressignificação, na maioria das vezes de depreciação. Como será demonstrado na próxima seção, essa ressignificação é parte da competência variacional de praticamente de qualquerfalante. Esse processo de ressignificação manifesta-se, no uso geral da língua, com a denominação *língua coloquial* (*Umgangssprache* – no Duden, normalmente um termo pejorativo) e, linguisticamente, na designação *substandard*. Trata-se, aqui, do antigo “*Hochdeutsch*” suprarregional (*großlandschaftliches “Hochdeutsch”*), o qual aparece, hoje, motivado pelo novo parâmetro de uma norma de oralização nacional da língua escrita, como regionalmente marcado. A significação suprarregional do estado de fala de prestígio regional, que denomino a seguir como *acento regional* (*Regionalakzent*), depende da significação que os dialetos a ele subordinados assumem (por exemplo, *saxão*), da consciência linguística de seus falantes e de sua difusão em meios de comunicação de massa regionais (por exemplo, rádio da Baviera).

4. *Standard e substandard* na consciência dos falantes e na percepção dos ouvintes: estudos empíricos recentes

Os estudos empíricos de maior alcance em relação às normas de oralização nacionais do alemão dizem respeito à pronúncia de leitura da antiga Alemanha Ocidental (KÖNIG, 1989), da pronúncia de leitura (complementada por conversas escolares) da Suíça germanófono (HOVE, 2002) e da pronúncia de leitura de sílabas átonas segundo a norma de oralização austríaca (BÜRKLE, 1995).¹⁶ Em relação ao problema da delimitação vertical da variedade *standard*, que está no centro deste artigo, encontram-se apenas alguns poucos estudos empíricos recentes que tratam todos da norma de oralização e do *substandard* na República Federativa da Alemanha. Eles serão apresentados a seguir. Neles, fica evidente, 1º) como se pode compreender linguisticamente a ressignificação das normas de oralização que acabamos de esboçar, 2º) como as mesmas se manifestam na consciência dos falantes e 3º) como são identificados o *standard* e o *substandard* na percepção de falantes e ouvintes leigos.

4.1 A ressignificação inicial de antigas normas de oralização regionais (LENZ, 2003)

Em seu estudo sobre a estrutura e dinâmica do *substandard* na região de Wittlich (Eifel), uma pequena cidade linguisticamente conservadora e seu entorno na área do médio-alemão ocidental (francônio-moselano), Alexandra Lenz registrou restos de uma fase antiga de ressignificação da variedade de prestígio regional, presente no passado. Em

¹⁶ Cf. também as visões gerais em Ammon (1995) e Takahashi (1996).

1998, Lenz realizou gravações com 50 informantes nascidos na localidade, os quais se diferenciavam consideravelmente uns dos outros por características sociais, competência variável e socialização linguística. As situações de coleta eram 1) tradução de frases da língua *standard* para o dialeto, 2) conversas entre amigos, 3) entrevista com uma pessoa desconhecida falante da língua *standard* e 4) tradução de frases dialetais para a língua *standard*. Como métodos de análise, foram aplicados procedimentos variados, tais como análise de variáveis, análise de cluster, testes de percepção auditiva e análises de conteúdo de entrevistas com biografias linguísticas.

Os resultados mais significativos para o propósito deste artigo foram os seguintes: a análise das 19 variáveis fonológicas e morfológicas mais importantes para todos os informantes em todas as situações de coleta mostra 1º) que nenhum dos informantes que se criaram na região domina o que Lenz chama de “língua *standard* livre de interferências” (*interferenzfreie Standardsprache*). 2º) Com a ajuda da análise estatística de clusters, Lenz pôde comprovar a existência, no espectro de variação do *substandard*, de cinco “níveis de adensamento”, ou seja, cinco estados de fala típicos que a autora denomina como segue:

Traços quinário (inclusive casos especiais)	[língua <i>standard</i> livre de interferências (LS)] acento regional (AR)
quaternário	<i>substandard regional superior</i> (SRsuperior)
terciário	<i>substandard regional inferior</i> (SRinferior)
secundário	dialeto regional (DR)
primário	dialeto-base locais (DB)

Fig. 1: Níveis de adensamento do *substandard* de Wittlich, segundo Lenz (2003, p. 252)

Não é possível pormenorizar aqui, quais traços regionais se escondem atrás dessa configuração. É suficiente citar que o acento regional se distingue fundamentalmente da “língua *standard* livre de interferências” através das variantes *substandard* [j, ɛ] (“coronalização”) no lugar da variante *standard* [ç], [x] no lugar de [g] e [R] (“fricatização”) e [f] para [pf], enquanto o “*substandard regional superior*” se diferencia do acento regional adicionalmente por meio das variantes *dat, wat, et e nit* no lugar de *das, was, es e nicht* (cf. LENZ, 2003, p. 188). Nenhum falante domina plenamente o espectro variacional da região. Como a expansão da variação se distribui inicialmente nos diferentes protótipos de falantes, isto é, o raio de espraiamento da variação vertical individual, pode ser depreendido da exposição a seguir.

A pergunta linguisticamente determinante é a que se refere ao *status* das variedades dos diferentes níveis de adensamento ou estados de fala, de domínio individual muito díspar. Para o julgamento linguístico, como foi exposto acima, assumem um significado

essencial os firmes limites cognitivo-linguísticos, os limites firmes do campo fundamental da competência individual que formam a base do conceito de variedade plena. Tais limites fixos marcados pela ocorrência de hiperformas, Lenz pôde comprovar em apenas duas posições do amplo espectro variacional dessa pequena região (2003, p. 207-214, 392):

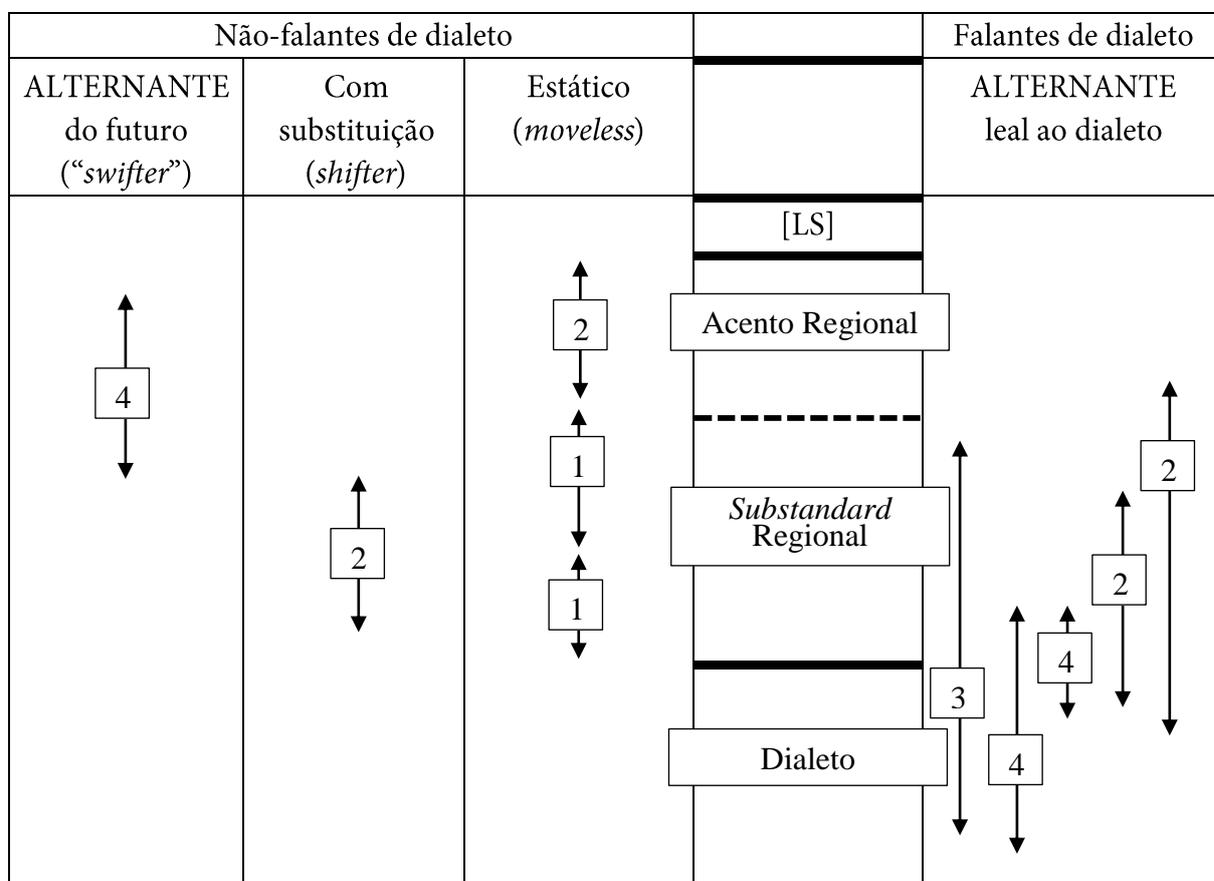


Fig. 2: Espectro variacional individual de falantes prototípicos na região de Wittlich, segundo Lenz (2003, p. 397).

O primeiro limite localiza-se entre a “língua *standard* livre de interferências” e o “acento regional” e é marcado por hipercorreções como *Fich* ‘peixe’ (al. *Fisch*), *Tich* ‘mesa’ (al. *Tisch*) etc. Nesse limite, costumam “falhar”, em profissões orientadas para a comunicação, todos os informantes, inclusive os mais jovens com mobilidade. A segunda delimitação cognitivo-linguística ocorre entre o “*substandard regional*” e o dialeto. Ela é marcada por hiperdialectalismos. Desse modo, lexemas que apresentam o fonema /i/ na língua *standard* são realizados com vogais breves desviantes do *standard*, mesmo quando não remontam historicamente ao germânico ocidental /i/², como em *Wanter* ‘inverno’ (al. *Winter*) ou *Kont* ‘criança’ (al. *Kind*). *Linguisticamente, portanto, identificam-se na região apenas duas variedades plenas: o dialeto e o substandard regional, o qual inclui o acento regional.* A estrutura linguística e a competência (de produção) ativa dos falantes correspondem, nesse sentido, amplamente ao antigo estado de língua, antes de as novas

normas nacionais de oralização terem conquistado presencialidade comunicacional. Uma única segunda variedade oral se contrapõe ao dialeto, essa é a antiga variedade de prestígio suprarregional (= norma de oralização da língua escrita). O resultado talvez mais surpreendente do estudo é como o julgamento subjetivo do espectro das variedades regionais por parte dos falantes converge exatamente com essa delimitação linguística. O resultado da análise de conteúdo das entrevistas aponta que existem três tipos de grupos de falantes que se comportam diferentemente em relação aos seus julgamentos perceptivos e que Lenz interpreta como “estágios” do processo de ressignificação das variedades.

Estruturação linguística	Estruturação subjetiva		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Acento Regional	“Hochdeutsch”	“Hochdeutsch melhor”	“Hochdeutsch melhor possível”
<i>Substandard</i> Regional Superior		“Hochdeutsch normal”	“Língua coloquial”
<i>Substandard</i> Regional Inferior			

Fig. 3: Estágios do processo de ressignificação de variedades, segundo Lenz (2003, p. 393)

A valoração subjetiva dos falantes fixos mais velhos (= estágio 1) corresponde exatamente à estrutura linguística. Esses falantes dispõem de apenas duas categorias de classificação subjetiva para variedades que são “Hochdeutsch” e “dialeto” ou “Platt”. No conceito de “Hochdeutsch”, estão integrados, sem diferenciação, todos os estados de fala do *substandard* regional situados acima do dialeto.

A fase inicial de ressignificação da antiga variedade de prestígio regional mostra-se no julgamento perceptivo dos estados de fala pelos falantes mais jovens (= estágio 2). Ela já se faz presente em 47% dos informantes mais jovens: eles distinguem entre o acento regional, o qual enquadram como *Hochdeutsch* “melhor”, e os demais estados de fala *substandard*, os quais veem como *Hochdeutsch* “normal” ou, em parte, também “mais ruim”. Essa diferença aparentemente insignificante da classificação subjetiva de estados de fala *no interior de uma variedade plena* é, linguisticamente, extremamente reveladora. No sentido linguisticamente “objetivo”, os estados de fala do *substandard* regional “superior” e “inferior” se diferenciam do acento regional, sobretudo, porque apresentam, sob a base do mesmo campo fundamental de competência, desvios adicionais de lemas específicos da norma *standard* altamente salientes e conscientes dos falantes: *dat* ‘isto’ (al. *das*), *wat* ‘que’ (al. *was*), *et* ‘isso’ (al. *es*) e *nit* ‘não’ (al. *nicht*) (= *substandard* regional superior) ou, além disso, também *uf* ‘sobre’ (al. *auf*) e *och* ‘também’ (al. *auch*) (= *substandard* regional inferior). Como mostra o exemplo da tabela 1 (cf. SCHMIDT “dinâmica linguística”

[*Sprachdynamik*]) relativo à variável *wat/was*, essas variantes lematícas regionais são, em princípio, bem controláveis para os falantes (quase todos os informantes dominam basicamente as duas variantes, cf. linhas 1 e 5), que *podem* ser usadas em uma situação específica (cf. linhas 2 e 4).

Linha	Situação de coleta	% Variantes	Grupo de falantes
(1)	Tradução para o dialeto	99 % <i>wat</i>	Todos os informantes
(2)	Conversa livre entre amigos	91 % <i>wat</i>	Todos os informantes
(3)	Entrevista com um estranho	89 % <i>wat</i>	Geração mais velha
(4)	Entrevista com um estranho	39 % <i>wat</i>	Geração mais jovem
(5)	Tradução para a língua <i>standard</i>	10 % <i>wat</i>	Todos os informantes

Tab. 1: Variável *wat/was* na área de Wittlich, segundo Lenz (2003) (excerto)¹⁷

Por esse viés, fica evidente como a antiga variedade regional de prestígio era de fato estruturada linguisticamente e como se pode analisar o processo de ressignificação que estava se iniciando: a antiga variedade regional de prestígio englobava adicionalmente, além do campo fundamental da competência desviante do *standard*, “marcadores de identidade” de lemas particulares regionais, que quase todos os informantes até hoje usam na comunicação intrarregional (cf. linha 2). Os informantes mais velhos (estágio 1) designam essa variedade, ainda hoje, como “*Hochdeutsch*”. Sob influência da norma de oralização nacional alemã difundida há décadas pelas mídias de massa, os informantes mais jovens passam a evitar esses “marcadores de identidade” regionais na *comunicação suprarregional* (cf. linha 4) e julgam como “bom *Hochdeutsch*” apenas aqueles estados de fala que evitam os traços regionais salientes e bem controláveis para todos (sobre o conceito de “saliência”, cf. seção 5).

O estágio 3, na fig. 3, sintetiza as classificações dos jovens urbanos com profissões medianas ou elevadas, os quais dispõem frequentemente também de experiências comunicativas além do âmbito regional. Eles estão por formar uma classificação subjetiva de três variedades. O *substandard* regional é classificado por eles como “língua coloquial”, portanto depreciado. O próprio acento regional, contrariamente, é avaliado como tentativa de falar o “melhor *Hochdeutsch* possível”. Esse seria, sem dúvida, um *Hochdeutsch* aceito na região, porém não o “verdadeiramente bom” ou “puro *Hochdeutsch*”, que esses informantes almejam adquirir, para poder interagir sem atritos também com parceiros de comunicação que passaram por processo de socialização não na língua regional (cf. LENZ 2003, p. 393). Linguisticamente, isso significa que os informantes estão desenvolvendo uma

¹⁷Cf. Lenz (2003, p. 136, 137 e 140); as informações das linhas 3 e 4 são retiradas dos dados brutos.

Os grupos de cada coluna contêm, respectivamente, bem à direita, a apreciação das amostras de fala dialetal (= DL) e, bem à esquerda, a apreciação da fala de um apresentador de notícias. As “colunas” à esquerda são minimamente identificáveis (= LS), visto que os ouvintes atribuíram a elas um grau subjetivo de dialetalidade igual a zero (= *Hochdeutsch* puro). Esse resultado é relevante para o problema do presente estudo sobretudo por dois motivos: 1) fora e dentro da região, o grau dialetal das amostras são avaliados de maneira semelhante; 2) ambos os exemplos de acento regional contidos no teste de percepção (= AR (1) e AR (2), equivalentes, respectivamente, à segunda e terceira coluna a partir da esquerda), são avaliados dentro e fora da região claramente como desvios linguísticos regionais da norma de oralização da língua *standard*. Isso significa, novamente, que a competência passiva de todos os falantes ouvintes alemães inclui a norma de oralização alemã nacional como critério amplamente idêntico para a valoração de desvios linguísticos regionais e que os critérios de valoração intra- e suprarregionais coincidem.

Que, aqui, não se trata da valoração de estados de fala específicos do médio-alemão, pôde entrementes ser demonstrado em uma dissertação elaborada em Marburg, na qual as mesmas amostras de fala de Wittlich foram apresentadas a falantes ouvintes leigos também da Baviera (Freising) e do norte da Alemanha (Itzehoe)

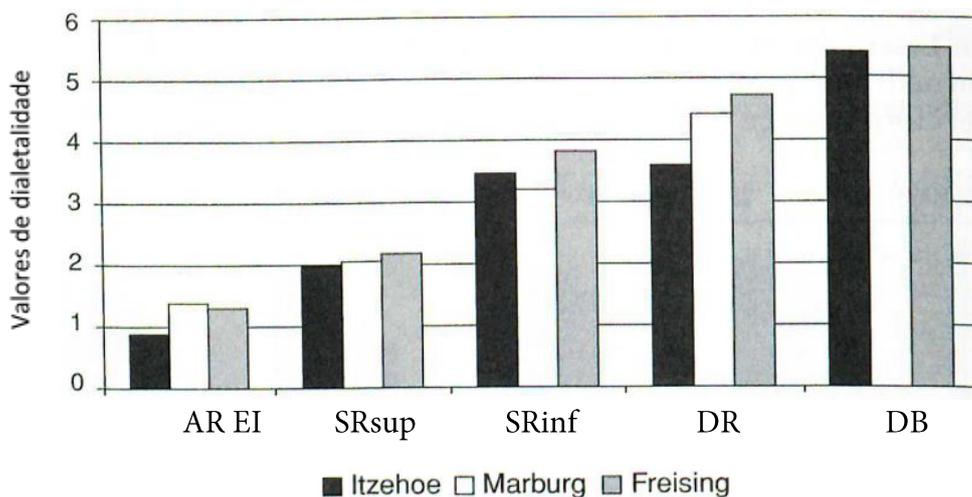


Fig. 6: Comparação regional dos valores de dialetalidade subjetivos para amostras de Wittlich (cf. PURSCHKE, 2003, p. 79)

As abreviações na Fig. 6 são analisadas como “acento regional de Eifel” (= AR EI), “*substandard* regional superior de Eifel” (SR sup.) etc. O resultado do gráfico torna visível que as avaliações subjetivas da dialetalidade valem para além das áreas linguísticas em particular. Estatisticamente, as percepções dos falantes se correlacionam de forma altamente significativa (cf. PURSCHKE, 2003, p. 78). Purschke pôde ainda demonstrar que essa constância observada para além de cada área também se aplica na “direção oposta”, ou

seja, para amostras de fala da “língua coloquial” do médio-bávaro e do acento regional do baixo-alemão do norte (cf. 2003, p. 81), que aqui, contudo, não é passível de detalhamento.

4.2 *Mudança e constância das antigas normas de oralização (LAMELI, 2004)*

O estudo de Alfred Lameli sobre “*standard e substandard no eixo diacrônico*” (2004, orig. *Standard und Substandard im diachronen Längsschnitt*) amplia, de modo quase ideal, nosso conhecimento sobre o desenvolvimento das normas de oralização na totalidade da Alemanha, na segunda metade do século XX. Enquanto no estudo de Lenz se pode observar a nova valoração inicial das antigas normas orais regionais em um espaço geográfica- e linguisticamente conservador, Lameli documenta e analisa não apenas a mudança de fato das normas de oralização em uma área metropolitana do médio-alemão (ocidental) (Região entre os Rios Reno e Meno), mas aponta, além disso, que o desenvolvimento na área linguística do norte da Alemanha ocorreu de forma completamente diferente nas últimas décadas. Lameli analisou 170 horas de gravação recortadas de reuniões das câmaras municipais de duas grandes cidades (Mainz e Neumünster), referentes aos anos 50 e 90 do século XX, e analisou, adicionalmente, com um verdadeiro arsenal de métodos da linguística da variação (medição do grau de dialetalidade, análise de variáveis, análise de implicação, testes de percepção, coleta com questionário de valorações subjetivas) discursos recolhidos em 46 câmaras municipais.

O que torna o estudo especialmente valioso para nosso problema de pesquisa é 1) o fato de que a situação de reunião da câmara municipal exige, segundo os depoimentos convergentes de todos os participantes da pesquisa, um *modo de falar em conformidade com o standard*, 2) que se trata de uma situação autêntica, na qual os efeitos do paradoxo do observador são anulados, uma vez que a gravação das sessões, para fins de ata, corre paralela e 3) que podemos acompanhar aqui a mudança natural da língua *standard* falada, por um período de tempo de quarenta anos.

Dentre os resultados muito diversos e esclarecedores, serão apresentados aqui, em princípio, apenas “os mais elementares”, por seguirem métodos de análise quantitativa, tendo em vista elucidarem os pontos determinantes com mais clareza. Trata-se da medição do grau de dialetalidade e novamente de testes de percepção. A melhor síntese depreende-se de medições de dialetalidade. Neste sentido, aprimorou-se o procedimento desenvolvido por Herrgen & Schmidt (1989) para quantificar a distância fonética em relação à pronúncia *standard* codificada, de modos a incluir adequadamente na análise também as reduções silábicas que, na fala livre em alemão, aparecem inevitavelmente condicionadas ao ritmo de fala, isto é, não medindo a variação realizada fonologicamente, típica da linguagem, como desvio regional da língua *standard* falada. O procedimento de análise completo é bem complicado e não pode ser devidamente apresentado aqui (cf. LAMELI, 2004, p. 64-84). Em tese, esse procedimento mede (conta) os traços fonético-segmentais desviantes da língua *standard* moderada como é codificada nos dicionários de pronúncia (Duden, GWdA). Os valores de medição podem, por isso, ser interpretados, mais ou menos, como

segue: um ponto D (“ponto de dialetalidade”), na escala de medição, corresponde, em média, a um traço regional desviante da norma de pronúncia por palavra do discurso “medido”.

Como valor de comparação para os resultados apresentados a seguir, podem servir os valores de medição da dialetalidade relativos a apresentadores de noticiários do canal televisivo ARD, nos anos 1960 e 2001:

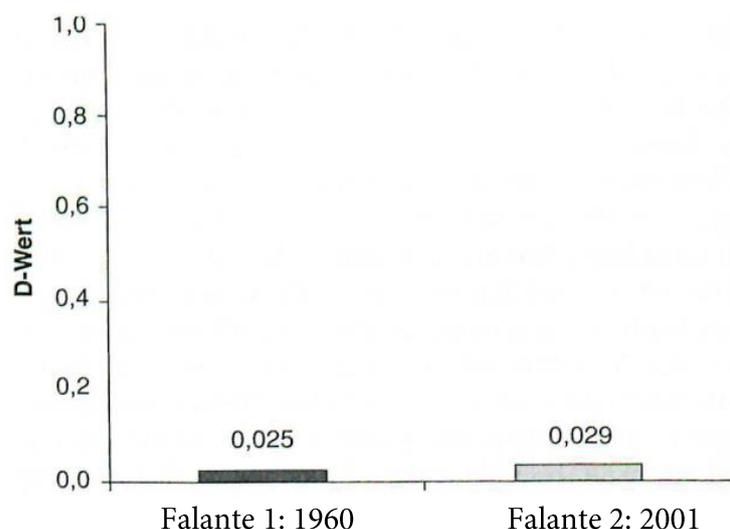


Fig. 7: Valores médios de apresentadores de noticiários da ARD (cf. LAMELI, 2004, p. 87)

Os valores de dialetalidade de 0,025-0,03 mediram, ou seja, deduziram, que os apresentadores realizam, em média, apenas um traço regional a cada 35-40 palavras. Esse resultado é importante em triplo sentido: 1) o procedimento de medição garante validação. Ele não mede nenhum dialetalismo, se não há nenhum. 2) Para falantes com instrução, é de fato possível alcançar a norma de pronúncia (pronúncia *standard* moderada), na forma em que se encontra codificada em dicionários de pronúncia. Lameli (2004, p. 135) designou esse estado de fala como *standard de falantes instruídos*¹⁹. 3) Este “*standard de falantes instruídos*” não sofreu modificações nos últimos quarenta anos.

Como se mostram, entretanto, os resultados para falantes não instruídos de Mainz e Neumünster, que sabidamente se esforçam para se conformar ao *standard*?

¹⁹ Hove (2002, p. 4) denomina esse estado de fala como *alemão da mídia*.

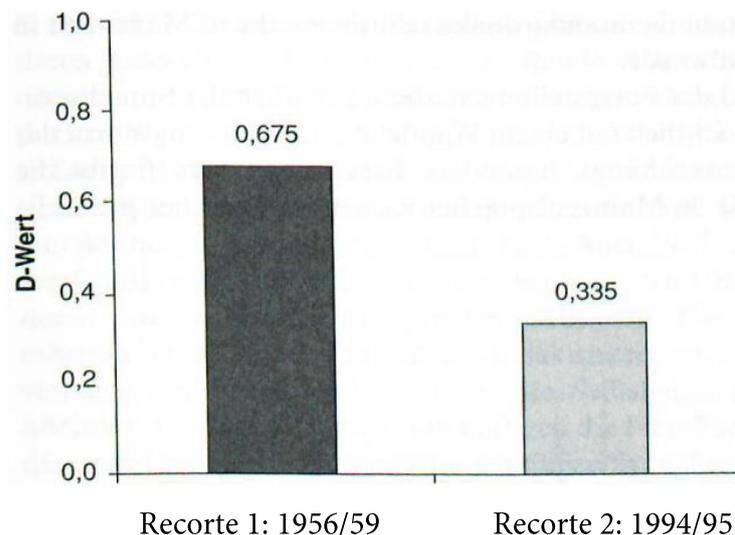


Fig. 8: Valores médios para Mainz nos anos 50 e 90 (cf. LAMELI, 2004, p. 93)

Os vereadores de Mainz atingem, nos anos 50, um grau de dialetalidade médio de 0,7. Nos anos 90, esse valor se reduziu a 0,35, ou seja, quase exatamente a metade. Portanto, os políticos de Mainz realizam nos anos 90 somente mais um traço regional a cada três palavras. A diferença de valores entre ambos os períodos é, em termos estatísticos, altamente significativa. O resultado mais surpreendente do estudo, em termos de sua clareza, provém da comparação entre Mainz, no centro da Alemanha, e Neumünster, localizada no norte do estado de Schleswig-Holstein:

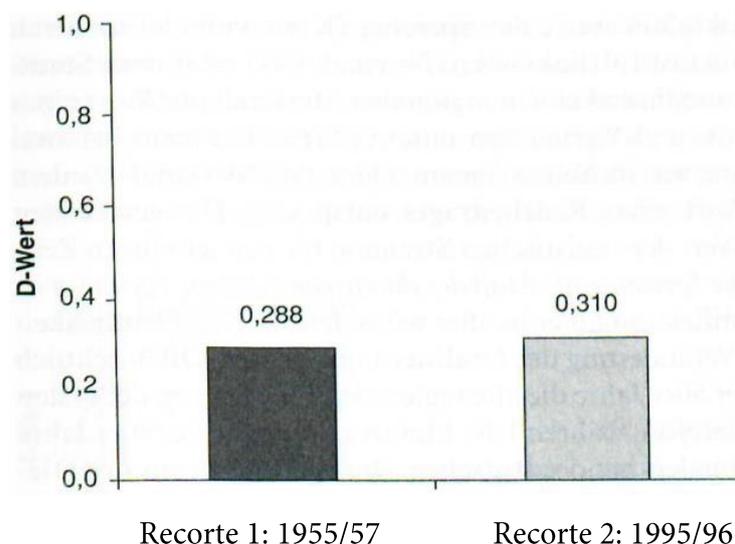


Fig. 9: Valores médios para Neumünster nos anos 50 e 90 (cf. LAMELI, 2004, p. 212)

O grau de dialetalidade médio dos vereadores de Neumünster não se modificou nos últimos quarenta anos. Ainda mais relevante, no entanto, do que isso é que, há quarenta

anos, os falantes do norte da Alemanha realizam, em uma situação, na qual é exigida conformidade com o *standard*, continuamente essa aproximação ao *standard*, que em Mainz recém foi alcançada nos anos 90.

À luz do presente tema, a mudança linguística em Mainz, que declaradamente está associada à mudança da norma de oralização da variedade *standard*, merece atenção especial. A Fig. 10 oferece os resultados individuais para todos os 36 falantes de Mainz (18 falantes por período):

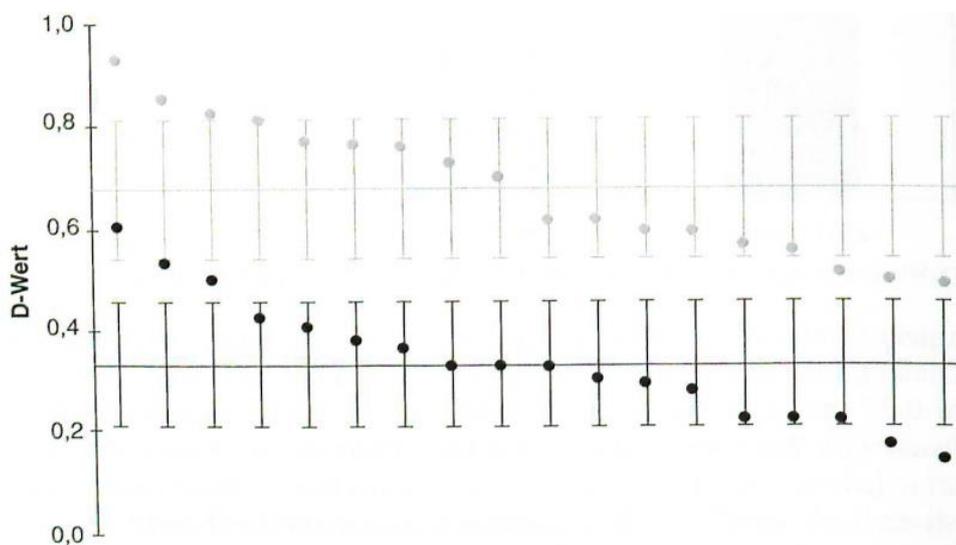


Fig. 10: Estados de fala médios em Mainz nos recortes de tempo 1 e 2 (cf. LAMELI, 2004, p. 95)

Os valores de dialetalidade individuais dos falantes (símbolos esféricos) variam entre valores de quase 1,0 (à esquerda acima), para um vereador nos anos 50, nascido em 1909 – o que corresponde aproximadamente a um traço regional por palavra em um pronunciamento – e valores abaixo de 0,2 (à direita embaixo), para dois vereadores nos anos 90 – o que, de modo geral, corresponde a um traço regional em cada seis ou sete palavras de um pronunciamento. As linhas abertas marcam o valor da dispersão estatística para o respectivo período de tempo. *Essa dispersão estatística como critério da variação média é disjuntiva*. O que a quantificação torna visível com toda nitidez desejável é a mudança das normas de oralização. Aparentemente, os falantes dos anos 50 buscaram a antiga norma regional de prestígio da primeira metade do século XX, enquanto os vereadores de Mainz dos anos 90 se orientaram pela nova norma de oralização nacional da Alemanha. Sumamente esclarecedor é o fator social com o qual a mudança de orientação da norma está associada. Lameli testou as correlações dos valores médios com todos os fatores sócio-demográficos possíveis. O resultado inequívoco foi: a correlação absolutamente mais clara advém do ano de nascimento. A cisão estatisticamente significativa se inicia com o ano de nascimento 1928 (cf. LAMELI, 2004, p. 108-112). A norma de oralização modificada vale, portanto, para os informantes, cuja *infância e*

juventude já ocorreram na época das transmissões de rádio e para os quais se apresentou pela primeira vez a possibilidade de basear suas macrossincronizações na norma de pronúncia moldada pelo alemão do norte.

A pergunta linguisticamente determinante é: como se pode avaliar as produções de fala dos anos 90 orientadas pelo *standard*? Estamos diante de um novo “*standard regional*” (cf. AUER, 1997, e KNIPF-KOMLÓSI/BEREND, 2001) ou estamos observando o início de uma transição para a norma de pronúncia, como a realizam apresentadores de noticiário? A resposta provavelmente é nem uma nem outra. Para uma resposta confiável à pergunta, contribuem, por um lado, auto-avaliações dos falantes como sendo extremamente esclarecedoras. O mesmo vale, por outro lado, para avaliações externas em testes de percepção auditiva, realizados dentro e fora das respectivas áreas linguísticas. Passo, primeiramente, às avaliações de estranhos. Como vimos, a aproximação individual à norma *standard* codificada varia, nos anos 90, significativamente tanto em Mainz como em Neumünster (valores individuais entre 0,6 e abaixo de 0,2). Por isso, Lameli disponibilizou para avaliação amostras de fala de sessões municipais em ambos as localidades de pesquisa através de testes de percepção (= dialetalidade de avaliação dos falantes ouvintes), servindo-se de escalas de valoração similares àquelas que foram apresentadas no âmbito do estudo de Lenz. Os grupos de avaliadores para as amostras de fala das duas cidades foram compostos de falantes ouvintes de Kiel e de Marburg. O resultado foi o seguinte: *existe uma fronteira perceptiva das marcas de normatividade* (LAMELI, 2004, p. 240-242). D-valores em 0,2 e menos, isto é, estritamente quantitativos com menos do que um traço regional em um corte de 5-7 palavras, são avaliados pelos participantes ouvintes sem restrições como sendo da língua *standard*. Lameli denomina esse estado de fala como “*standard colloquial*”. D-Valores a partir de 0,4, pelo contrário, são valorados como claros desvios regionais da língua *standard*. Lameli chama esse estado de fala de “*acento regional*” (cf. LAMELI, 2004, p.134). A Fig. 11 ilustra esse resultado com base nos valores de dialetalidade dos vereadores de Mainz, nos anos 90:

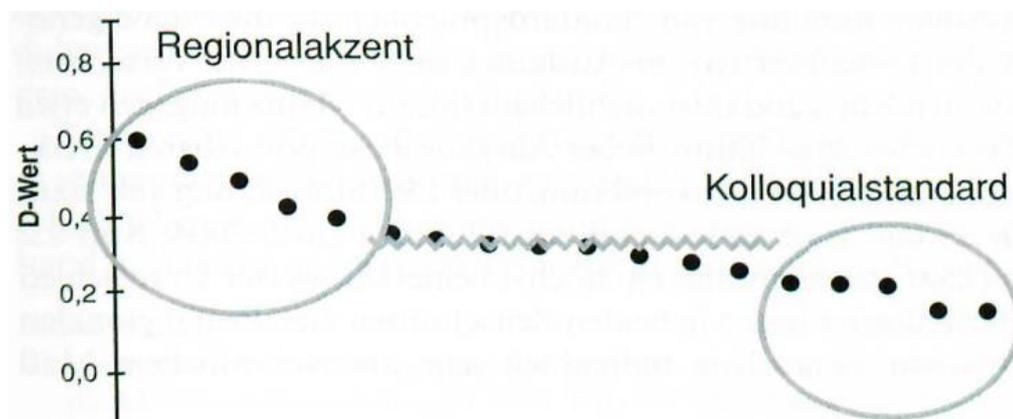


Fig. 11: Limite perceptivo das marcas do *standard* em relação aos valores médios individuais

Para oferecer aos leitores também aqui a possibilidade de avaliarem pessoalmente os exemplos de fala e comparar seu desempenho com as apreciações de ouvintes leigos, estão disponíveis na internet quatro amostras de fala (respectivamente do *standard* coloquial e do acento regional de Mainz e Neumünster)²⁰.

Assim como na região de Wittlich, as auto-avaliações dos falantes que Lameli (2004, p. 136) coletou, de forma simplificada e com o auxílio de questionários, junto aos vereadores de Mainz, nos anos 90, convergem, curiosamente também nesse estudo, de forma bem saliente, com as avaliações de pessoas estranhas em testes de percepção. Os falantes com os valores médios relativamente mais altos (0,4 ou mais) afirmam ambicionar e realizar uma aproximação ao *Hochdeutsch*, enquanto os falantes com os valores médios abaixo da linha de percepção dizem almejar e falar o *Hochdeutsch* correto. Os falantes do último grupo criticam, inclusive, uma parcela dos seus colegas pelos traços restantes de dialetalidade em seus pronunciamentos na câmara municipal, sem a devida adequação à situação. Parece estar bastante claro que, para os falantes, é intuitivamente conhecido, o que se tratou aqui como limiar perceptivo das marcas de normatividade. Em ambos os pontos de pesquisa, estamos, neste sentido, diante de, no mínimo, dois grupos de falantes. Um grupo se esforça por realizar o *Hochdeutsch* aceito *suprarregionalmente*. Esse grupo busca apoderar-se da norma de oralização atual de toda a Alemanha e também a alcança (= *standard* coloquial). Um segundo grupo, porém, que se encontra há 40 anos em Neumünster inalterável, considera em situações de conformidade com *standard* um estado de fala de prestígio como adequado (=acento regional).

Especial atenção merece o terceiro grupo de falantes, cujos valores de dialetalidade permanecem em torno de 0,3 e que, nessa forma, é observável apenas em Mainz. Para compreender o comportamento linguístico desse grupo em situações de conformidade com o *standard*, é necessário, ao menos brevemente, recorrer ao aspecto qualitativo, não considerado até o momento. Os traços areais desviantes do *standard*, que todos os falantes pesquisados nas duas localidades de pesquisa realizam também nos anos 90 – mesmo que individualmente em proporções muito distintas –, são naturalmente aqueles típicos para a região: para Neumünster, por exemplo, tem-se, como traços esperados para uma base de partida histórico-linguística do baixo-alemão, o arredondamento do /ɪ/ *standard*, a qualidade elevada aberta do -er- vocalizado em final de palavra ou a oclusão oral de /ɲ/ *standard* em fim de sílaba; para Mainz, por outro lado, são traços esperados para uma base de partida histórico-linguística do francônio-renano, por exemplo a nasalização vocal, a síncope do schwa ou a desonorização do /z/ *standard*, entre outros (cf. detalhado em LAMELI, 2004, cap. 7.2 e 8.3). Desse modo, pode-se constatar, entretanto, uma diferença que chama bastante atenção. Em Neumünster, ocorrem em ambos os períodos os mesmos traços regionais, ainda que individualmente de maneira muito distinta, enquanto em Mainz uma parte dos traços regionais realizados nos anos 50 não se encontra ou quase não

²⁰ Cf. *homepage* de J.E. Schmidt em <<http://sprachatlas.de>>

se encontra mais nos anos 90. Assim, as diferenças do *standard* no vocalismo de sílabas rizomáticas e laterais, ainda muito frequentes nos anos 50, estão amplamente apagadas nos anos 90, enquanto determinados traços consonantais, não todos, mostram-se, em grande medida, “resistentes ao apagamento”. Curioso é que, justamente com as variáveis, nas quais há contraste fonológico entre o *substandard* francônio-renano e a variedade *standard* (por exemplo, a coronalização do /ç/ *standard* ou a sonorização desviante e desonorização do *standard* /s/ vs. /z/; cf. LAMELI, 2004, p.156s. e 162), a redução de traços desviantes da norma *standard* ocorre em menor quantidade. Com relação ao terceiro grupo de falantes, pode-se constatar diante dessas considerações, que eles se esforçam para alcançar a norma de oralização nacional, o que conseguem apenas parcialmente. Formulado de maneira placativa e metafórica, pode-se afirmar que esses falantes se digladiam na fronteira linguístico-cognitiva da variedade plena.

5. Resultado final e definição

Como resultado do que foi exposto até aqui, vale acrescentar duas perguntas: 1) o que significa “norma comum”, por quais parâmetros exatamente se orientam as macrossincronizações? E 2) qual papel desempenha a arealidade²¹ no âmbito de validade de uma norma?

Em relação à pergunta 1), existe para o conjunto da língua alemã **uma norma literal**.²² Ela é codificada (regras ortográficas oficiais supra-estatais, gramáticas) para o campo fundamental literal (ortografia, morfologia e sintaxe) e tolera, nesse caso, apenas de forma restrita variação. A dinâmica desse campo fundamental normalmente não é percebida. Modificações que se tornam conscientes são resolvidas – como mostram os debates em torno da última reforma ortográfica – de modo controverso. O vocabulário, pelo contrário, sofre modificações rápidas, sendo, por isso, percebido por todos. Ele é normatizável apenas em âmbito restrito. Um número reduzido de lexemas não comuns à toda a língua (*Matura* vs. *Abitur* ‘exame nacional ao término do período escolar’; *Fahrerlaubnis* vs. *Führerschein* ‘carteira de motorista’ etc.) não é, por este motivo, percebido pela maior parte dos membros falantes da língua como prejuízo da unidade principal.²³

Com relação à norma literal da variedade *standard* do alemão, sempre houve **mais de uma norma de oralização** com alternância de prestígio e diferentes âmbitos de validade comunicativa. Antes do séc. XIX, a norma de oralização da área de uso da língua, na qual a norma literal surgiu (médio-alemão, especialmente do leste), tinha o prestígio mais

²¹ N.T. e Rev.: Embora não usual no português, optamos por traduzir como arealidade, por ser um termo recorrente na dialetologia alemã (*Arealität*), também usado em oposição a socialidade (*Sozialität*).

²² Se isso ocorrer, como no luxemburguês, e estabelecer uma própria norma literal como ponto de referência para as macrossincronizações de uma parte da comunidade de fala, isso conduz, a longo prazo, ao desenvolvimento de uma língua própria.

²³ Sobre a relevância distinta de regionalismos na língua *standard* falada e escrita, cf. também Hove (2002, p. 4).

elevado.²⁴ A partir do século XIX, a norma de oralização do norte da Alemanha, “próxima à grafia”, alcançou reconhecimento especial.²⁵ Ela foi (com uma base empírica estreita) fundamento para uma primeira “codificação”, quando Theodor Siebs, em 1898, normatizou a “língua falada no teatro” (*Bühnenaussprache* ‘pronúncia de palco’).²⁶ Trata-se de um construto (um “ideal”), o qual tinha por objetivo a formação especial de um determinado grupo (falantes profissionais), e que representa uma forma especial de mesossincronização. A aproximação a esse ideal de pronúncia, que era possível a falantes treinados no exercício diário de sua profissão (“língua do rádio [*Rundfunksprache*] nas Alemanhas Ocidental e Oriental”), tornou-se, por conseguinte, base (mais ampla) realmente empírica de uma segunda codificação como “*Hochdeutsch* moderado”.²⁷

Para o contexto tratado aqui, é determinante que sempre apenas parcelas dos falantes de alemão orientam seus atos de macrossincronização por essa norma codificada (atual República Federativa da Alemanha). Na área do alto-alemão, haviam se desenvolvido outras normas próprias de oralização da variedade *standard*, não codificadas, das quais duas estão, há sete décadas, presentes nas mídias de massa e tornaram-se cada vez mais o foco de macrossincronizações para grupos extensos: as normas de oralização da Áustria e da Suíça.²⁸ O fato de que territórios nacionais inteiros puderam tornar-se medida relevante para a oralidade da variedade *standard* está naturalmente relacionado com o fato de que o alcance de comunicação das principais “agências normativas”, assim como institutos de televisão e rádio parcialmente estatais, por mais de décadas coincidiram com as fronteiras nacionais.²⁹

Com relação à pergunta 2 – sobre o papel é desempenhado pela arealidade nas normas de oralização da variedade *standard* – eu tentei mostrar a partir de estudos empíricos desenvolvidos em relação à norma de oralização do alemão na Alemanha (ocidental). A aquisição natural da língua implica inevitavelmente que a língua de cada indivíduo apresente traços regionais, isto é, traços cuja área de difusão é menor do que a de normas de oralização. Pôde-se demonstrar que é possível, a falantes profissionais, eliminar

²⁴ Cf. Josten (1976, p. 22-33). Cf. resumo dos principais estudos em Wiesinger (2000, p. 1933).

²⁵ Cf. Mattheier (2003, p. 237) e Löffler (2000, p. 1967); cf. também Ludwig (1998, p. 162), deve-se observar, contudo, que a pronúncia codificada “do norte da Alemanha” pode ter entrado apenas de modo restrito em conformidade com as convenções de pronúncia do século XIX, no norte da Alemanha. O quão complexas podem ter sido essas relações, foi demonstrado por Mihm (2004), tomando por base o exemplo recente de desvozeamento de fonemas em coda silábica.

²⁶ Cf. resumo em Besch (2003b).

²⁷ Primeiramente codificado em GWdA (Grande Dicionário de Pronúncia da Língua Alemã). Em seguida, no dicionário de pronúncia do Duden e, finalmente, contemplado também em “Siebs”. Cf. também König (2000).

²⁸ Sobre o desenvolvimento da norma oral suíço-alemã, da “convenção linguística do alto-alemão suíço” do séc. XIX até as diretrizes do “alemão falado no rádio” (1993), cf. Hove (2002, p. 6-8 e 32-39). Sobre a bibliografia de pesquisa, incluindo os diferentes esforços pela codificação, cf. Hove (2002, p. 14-17). Um resumo dos principais estudos em relação à norma oral austríaca encontra-se em Scheuringer (2001, p. 113-115).

²⁹ Sobre a relevância inicial das fronteiras nacionais, cf. a síntese de pesquisa em Ammon (1995, p. 35-73). Sobre a relação empírica entre a distribuição areal de traços fonéticos e a fronteira nacional suíça, cf. Hove (2002, p. 11 e 151).

quase perfeitamente autênticos traços regionais. Para esse estado de fala, foi sugerida a denominação *standard de falantes instruídos* (*Standard geschulter Sprecher*). O resultado para falantes não treinados se coloca de forma totalmente diferente: até mesmo falantes do norte da Alemanha realizam individualmente, em situações de adequação ao *standard*, uma quantidade distinta de “resquícios de regionalidade” em situações de adequação ao *standard*.

Especialmente esclarecedor do ponto de vista teórico, porém, é como falantes e ouvintes manipulam comunicativamente esse “resquício de regionalidade”. Se o número e qualidade dos regionalismos não excedem um determinado limite, então, esses regionalismos (“resquícios de regionalidade”) já não são mais percebidos. Para esse estado de fala, foi sugerida a denominação *standard colloquial*. Ultrapassa-se, porém, essa fronteira perceptiva da normatividade linguística, falamos, então, de *acento regional*. Os falantes possuem, neste caso, um conhecimento intuitivo desse limite: já é de conhecimento geral que existem determinados traços areais que definitivamente não são notados por ouvintes leigos, enquanto outros, até com uma frequência muito baixa, são avaliados como desvios altamente salientes (cf. HERRGEN & SCHMIDT, 1985). Nas macrossincronizações orientadas pela norma de oralização nacional, os falantes e ouvintes adquirem um conhecimento intuitivo sobre a qualidade de traços areais, que, em termos linguísticos, é apenas parcialmente dedutível. Para o comportamento linguístico natural em situações formais pôde-se demonstrar que justamente essa qualidade conduz à mudança a longo prazo. Nós denominamos essa qualidade como a **saliência de um traço regional**.³⁰ Teoricamente, todas as valorações de saliência na área de validade de uma norma de oralização deveriam ser idênticas. Empiricamente, pôde-se demonstrar que esse é de fato o caso: com que força e se de fato uma amostra de fala desvia da norma de oralização no *standard*, são questões que grupos de falantes ouvintes da Baviera, do centro e do norte da Alemanha manifestam geralmente de modo idêntico. Em que medida e se de fato regionalismos salientes realmente sofrem mudança linguística, depende de outras características linguísticas: enquanto marcadores de identidade regionais e alternâncias em determinadas palavras, para as quais os alofones adequados ao *standard* possuem equivalentes regionais em quaisquer posições do sistema prosódico-fonológico, podem ser controlados fundamentalmente com base na apreciação que fazem indivíduos ou grupos específicos da adequação situacional, apresentam-se outros regionalismos em grande medida como remanescentes. Esses últimos equivalem àqueles que se baseiam em diferenças no campo fundamental da competência linguística (= delimitação da variedade plena) e que são, por isso, subjetivamente difíceis de controlar (por exemplo, a coronalização). E, por outro lado, estão em jogo regionalismos, em que classes de sons regionais e *standard* apresentam tipos de produção alternativos, os quais são modificáveis para “aptidões normais” na língua somente no âmbito de treinamentos de fala (por exemplo, a centralização no saxão ou determinados alofones de /r/).

³⁰ Cf. Trudgill (1986, p. 11) e uma visão geral dos estudos em Lenz (2003, p. 26-28).

A título de resumo do que foi exposto aqui, sugere-se, por fim, delimitar linguisticamente a variedade *standard* exatamente como se apresenta na consciência das variedades por falantes/ouvintes leigos, ou seja, com base nos conceitos de *variedade plena* e de *saliência linguística*:

língua *standard* corresponde à variedade plena, cuja norma de literalização é alvo das macrossincronizações dos membros de uma comunidade linguística. As normas de oralização nacionais dessa variedade plena são marcadas pela flexibilidade nos regionalismos (comunicativos) salientes.

O que vale para as demais variedades plenas da língua alemã, vale naturalmente, sobretudo, para a variedade *standard*. Ela é, de múltiplas formas, complexa. Ela abrange (no alemão) uma norma de literalização para toda a língua [no âmbito da escrita, literalidade], três normas de oralização nacionais, distintos estados de fala no interior das normas de oralização e uma série de variedades setoriais (“linguagens técnicas”, “linguagens especiais”, etc.).

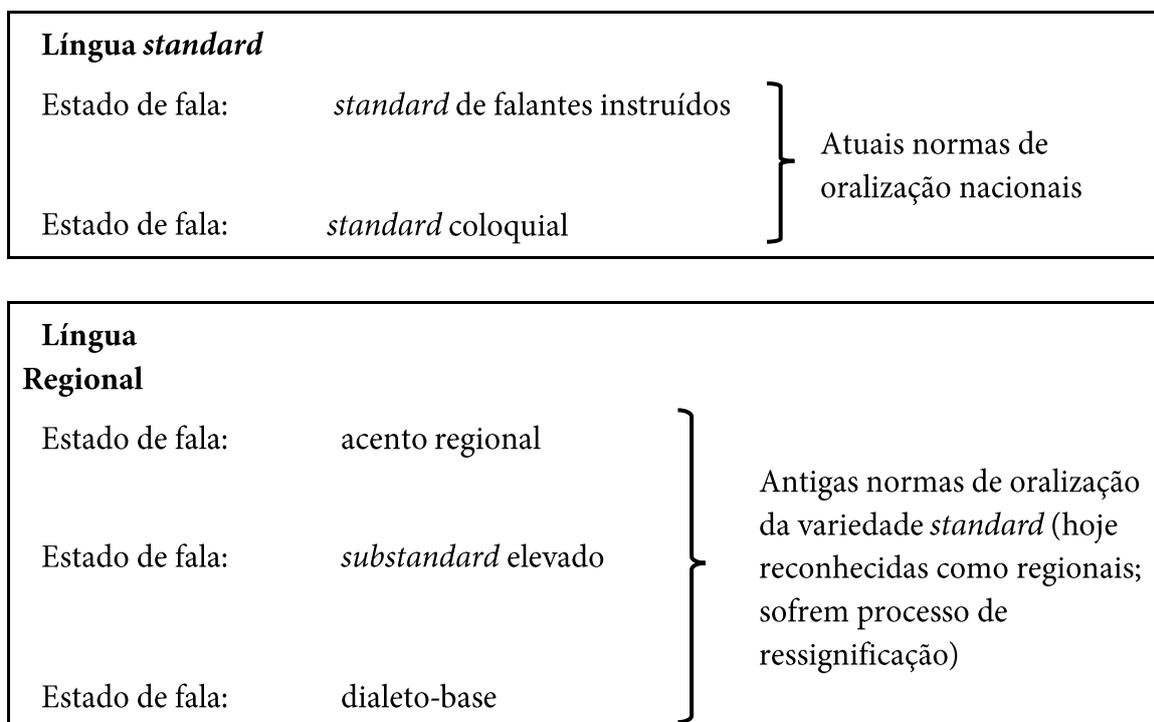


Fig. 12: Delimitação da língua *standard* e da língua regional

As normas de oralização nacionais formam hoje o limite vertical das diferentes línguas regionais do alemão, cujos estados de fala mais próximos ao *standard* correspondem aos respectivos acentos regionais. Neles, sobrevivem as antigas normas de

oralização da variedade *standard*. Essas normas são, hoje, vistas como regionalmente restritas e estão expostas a constantes processos de resignificação.

Bibliografia

AMMON, Ulrich. *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz: das Problem der nationalen Varietäten*. Berlin: de Gruyter, 1995.

AUER, Peter. *Führt Dialektabbau zur Stärkung oder Schwächung der Standardvarietät? Zwei phonologische Fallstudien*. In: MATTHEIER, Klaus & RADTKE, Edgar (eds.), 1997, p. 129-161.

BEREND, Nina. "Regionale Gebrauchsstandards – Gibt es sie und wie kann man sie beschreiben?" In: EICHINGER, L.; KALLMEIER, W. (eds.). *Standardvariation: Wie viel Variation verträgt die deutsche Sprache?* Berlin: de Gruyter, 2005, p. 143-170.

BERTHELE, Raphael et al. (eds.). *Die deutsche Schriftsprache und die Regionen: entstehungsgeschichtliche Fragen in neuer Sicht*. *Studia Linguistica Germanica*, n. 65, 2003.

BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte: Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. *Handbooks zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft* 2.2, Berlin/New York, v. 2, 2. ed. completamente rev. e ampl., 1998.

BESCH, Werner. *Die Regionen und die deutsche Schriftsprache. Konvergenzfördernde und konvergenzverhindernde Faktoren. Versuch einer forschungsgeschichtlichen Zwischenbilanz*. In: BERTHELE, Raphael et al. (eds.), 2003a, p. 5-27.

_____. "Aussprache-Standardisierung am grünen Tisch? Der 'Siebs' nach 100 Jahren". In: ANDROUTSOPOULOS, Jannis K. & ZIEGLER, Evelyn (eds.). „Standardfragen“. *Soziolinguistische Perspektiven auf Sprachgeschichte, Sprachkontakt und Sprachvariation*. Frankfurt, 2003b, p. 15-26. (VarioLingua, 18)

BÜRKLE, Michael. *Zur Aussprache des österreichischen Standarddeutschen: die unbetonten Silben*. *Schriften zur deutschen Sprache in Österreich*, Frankfurt am Main, v. 17, 1995.

CHRISTEN, Helen. "Die regionalen Besonderheiten der deutschen Standardsprache in der Schweiz". In: KNIPF-KOMLÓSI, Elisabeth & BEREND, Nina (eds.). *Regionale Standards: Sprachvariationen in den deutschsprachigen Ländern*. Budapest/Pécs, 2001. p. 120-159.

DICIONÁRIO de pronúncia, Duden; MANGOLD, MAX. *Wörterbuch der deutschen Standardaussprache*. 4. ed.rev. e atualiz. Contribuição de Max Mangold em colaboração com Dudenredaktion. Mannheim, 2002. (Duden, 6)

GWdA = EVA-MARIA, Krech et al. *Großes Wörterbuch der deutschen Aussprache*, Leipzig, 1982.

HERRGEN, Joachim & SCHMIDT, Jürgen E. *Systemkontrast und Hörerurteil. Zwei Dialektalitätsbegriffe und die ihnen entsprechenden Meßverfahren*. *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*, n. 52, 1985, p. 20-42.

_____. *Dialektalitätsareale und Dialektabbau. Dialektgeographie und Dialektologie*. Günter Bellmann zum 60. Geburtstag von seinen Schülern und Freunden. Marburg: 1989, p. 304-346. (Deutsche Dialektgeographie, 90)

_____. *Sprachdynamik. Eine Einführung in die moderne Regionalsprachenforschung*. Berlin: Erich Schmidt, 2011. (Grundlagen der Germanistik)

HOVE, Ingrid. *Die Aussprache der Standardsprache in der deutschen Schweiz*. Tübingen, 2002. (Phonai, 47)

JOSTEN, Dirk. *Sprachvorbild und Sprachnorm im Urteil des 16. und 17. Jahrhunderts. Sprachlandschaftliche Prioritäten, Sprachautoritäten, sprachimmanente Argumentation*. Bern/Frankfurt am Main, 1976.

KNIPF-KOMLÓSI, Elisabett & BEREND, Nina (eds.). *Regionale Standards: Sprachvariationen in den deutschsprachigen Ländern*. Budapest/Pécs, 2001. (Studia Linguistica)

KÖNIG, Werner. *Atlas zur Aussprache des Schriftdeutschen in der Bundesrepublik Deutschland*. Ismaning, 1989. v. I: Text; v. II: tabelas e mapas.

_____. "Wenn sich Theorien ihre Wirklichkeit selbst schaffen: zu einigen Normen deutscher Aussprachewörterbücher". In: HÄCKI BUHOFER, Annelies (ed.). *Vom Umgang mit sprachlicher Variation: Soziolinguistik, Dialektologie, Methoden und Wissenschaftsgeschichte: Festschrift für Heinrich Löffler zum 60. Geburtstag*. Colab. de Lorenz Hofer et al. Tübingen/Basel, 2000, p. 87-98. (Basler Studien zur deutschen Sprache und Literatur, 80)

LAMELI, Alfred. *Standard und Substandard: Regionalismen im diachronen Längsschnitt*. Stuttgart, 2004. (*Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*. Apêndice, 128).

LENZ, Alexandra N. *Struktur und Dynamik des Substandards: Eine Studie zum Westmitteldeutschen (Wittlich/Eifel)*. Stuttgart, 2003. (Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik. Apêndice, 125).

LÖFFLER, Heinrich. "Gesprochenes und geschriebenes Deutsch bis zur Mitte des 20. Jahrhunderts". In: BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*, 2000, v. 2, p. 1967-1980.

LUDWIG, Otto. "Alphabetisierung und Volksschulunterricht im 19. Jahrhundert. Der Beitrag der Schreib- und Stilübungen". In: CHERUBIM, Dieter et al. (eds.). *Sprache und bürgerliche Nation. Beiträge zur deutschen und europäischen Sprachgeschichte des 19. Jahrhunderts*. Berlin, New York, v. 19, 1998, p. 148-166.

MATTHEIER, Klaus J. "Die Durchsetzung der deutschen Hochsprache im 19. und beginnenden 20. Jahrhundert: sprachgeographisch, sprachsoziologisch". In: BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte*, 2000, p. 1951-1967.

MATTHEIER, Klaus J. "German". In: DEUMERT, Ana & VANDENBUSSCHE, Wim (eds.). *German Standardizations. Past to Present*. Amsterdam/Philadelphia, *Benjamins impact studies in language and society*, 2003, p. 211-244.

MATTHEIER, Klaus J & RADTKE, Edgar (eds.). *Standardisierung und Destandardisierung europäischer Nationalsprachen*. Frankfurt am Main, 1997. (VarioLingua, 1).

MIHM, Arend. "Schreibsprachliche und akrolektale Ausgleichsprozesse bei der frühneuzeitlichen Standardisierung". In: BERTHELE, Raphael et al. (eds.). *Die deutsche Schriftsprache und die Regionen. Entstehungsgeschichtliche Fragen in neuer Sicht*. Berlin/New York, de Gruyter, 2003, p. 79-110.

MIHM, Arend. "Zur Geschichte der Auslautverhärtung und ihrer Erforschung". In: *Sprachwissenschaft*, v. 29, n. 2, 2004, p. 133-206.

OTTERSACH, Lene. *Verdichtungsbereiche im Wittlicher Substandard. Zum Zusammenhang von Variablenanalyse und Dialektalitätsmessung*. Diss. Mestrado. Marburg, 2002.

PURSCHE, Christoph. *Hörerurteil-Dialektalität. Versuch einer methodischen Validierung des Tests zur Hörerurteil-Dialektalität im Hinblick auf die empirische Untersuchung regionaler Bewertungsdifferenzen im Hörerurteil*. Diss. Mestrado. Marburg, 2003.

RICHEY, Michael. *Idioticon Hamburgense oder Wörter=Buch zur Erklärung der eigenen, in und um Hamburg gebräuchlichen, Nieder=Sächsischen Mund=Art. Jetzo vielfältig*

vermehret, und mit Anmerckungen und Zusätzen Zweener berühmten Männer, nebst einem Vierfachen Anhang. Hamburg, 1754.

SCHEURINGER, Hermann. "Die deutsche Sprache in Österreich". In: KNIPF-KOMLÓSI, Elisabeh & BEREND, Nina (eds.). *Regionale Standards. Sprachvariationen in den deutschsprachigen Ländern.* Budapest: Dialóg Campus Kiadó, 2001, p. 95-119.

SCHMIDT, Jürgen Erich. "Sprachdynamik". In: EGGERS, Eckhard; SCHMIDT, Jürgen Erich; STELLMACHER, Dieter (eds.). *Moderne Dialekte, Neue Dialektologie: Akten des 1. Kongresses der Internationalen Gesellschaft für Dialektologie des Deutschen (IGDD) em Marburg de 5 a 8 de março de 2003.* Franz Steiner Verlag, 2005.

SCHMIDT, Jürgen Erich. "Versuch zum Varietätenbegriff". In: LENZ, Alexandra & MATTHEIER, Klaus J. (eds.). *Varietätentheorie.* Frankfurt am Main et al., 2005. (VarioLingua).

SIEBS, Theodor. *Reine und gemäßigte Hochlautung mit Aussprachewörterbuch.* 19. ed. rev. por Helmut de Boor et al. Berlin, 1969.

SOCIN, Adolf. *Schriftsprache und Dialekte im Deutschen nach Zeugnissen alter und neuer Zeit: Beiträge zur Geschichte der deutschen Sprache.* Heilbronn, 1888. (Reimpressão: Hildesheim, New York).

SPIEKERMANN, Helmut. "Regionale Standardisierung, nationale Destandardisierung". In: EICHINGER, L. & KALLMEIER, W. (eds.). *Standardvariation: Wie viel Variation verträgt die deutsche Sprache?* Walter de Gruyter, 2005, p. 100-125.

STALDER, Franz Joseph. *Die Landessprachen der Schweiz oder Schweizerische Dialektologie, mit kritischen Sprachbemerkungen beleuchtet.* Aarau, 1819.

TAKAHASHI, Hideaki. *Die richtige Aussprache des Deutschen in Deutschland, Österreich und der Schweiz nach Maßgabe der kodifizierten Normen.* Frankfurt am Main, 1996. (Duisburger Arbeiten zur Sprach- und Kulturwissenschaft, 27).

TRUDGILL, Peter. *Dialects in contact.* Oxford: Blackwell, 1986. (Language in Society, 10).

WEINRICH, Johann Michael. *Kirchen-und Schulen-Staat des Fürstenthums Henneberg alter und mitlerer Zeiten.* Martini, Leipzig, 1720.

WERNER, Elvira. *Mundart im Erzgebirge.* Imprensa e editoração Marienberg, 1999.

WIESINGER, Peter (ed.). *Das österreichische Deutsch.* Wien, 1988. (Schriften zur deutschen Sprache in Österreich, 12)

WIESINGER, Peter. *Die Diagliederung des Neuhochdeutschen bis zur Mitte des 20. Jahrhunderts*. In: BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. Berlin/New York: de Gruyter, v. 2, 2000, p. 1932-1951.

O VELHO E O NOVO NA GEOLINGUÍSTICA¹

Harald Thun²

Tradução: Cláudia Fernanda Pavan³; Gabriel Schmitt; Eduardo Gonçalves Nunes; Viktorya Pitsch Zalewski dos Santos⁴
Revisão: Cléo Vilson Altenhofen⁵

0. Homenagem e objetivo

Horst Geckeler é um mestre da síntese. Seja sobre o desenvolvimento da Teoria do Campo Semântico, seja sobre o saber que um estudante de linguística italiana, espanhola ou francesa necessita ou ainda sobre a questão da romanidade do inglês⁶ – encontra-se em sua obra o mais equilibrado julgamento, a mais simpática interpretação, a mais amigável admoestação e as mais claras linhas. Quero ousar seguir seus passos e resumir, em algumas páginas, o que a geolinguística moderna pode herdar da mais velha e o que deve fazer diferente. Contudo, não pretendo produzir nenhuma documentação exaustiva, mas sim um esboço de reflexões.

A partir de seu objeto de estudo, a variação na língua de grandes grupos, pode-se dividir o desenvolvimento da geolinguística, de forma simplificada, em quatro fases: uma fase histórica anterior, que durou pouco mais de um século; uma fase da geolinguística monodimensional, que também durou cerca de um século; uma fase da geolinguística pluridimensional, que, há algumas décadas, corre paralelamente às fases anteriores; e, por fim, uma fase da geolinguística das redes de comunicação complexas, que recém está dando seus primeiros passos.

1. A história paralela das heranças

A ideia elementar de registrar outras informações além das informações geofísicas em um mapa não é nova nem foi desenvolvida pela geolinguística. Até hoje, paralelamente às quatro fases já citadas, utiliza-se, na geolinguística, a herança de ideias e técnicas

¹ Traduzido com a permissão do autor para a publicação nos Cadernos de Tradução do IL, a partir do texto em alemão THUN, Harald. "Altes und Neues in der Sprachgeographie". In: DIETRICH, W.; HOINKES, U. *Romanistica se movet...*: Festgabe für Horst Geckeler zu seinem 65. Geburtstag. Münster: Nodus-Publ., 2000.

² Professor Doutor da Universidade de Kiel, na Alemanha.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

⁴ Graduandos em Letras Alemão, UFRGS.

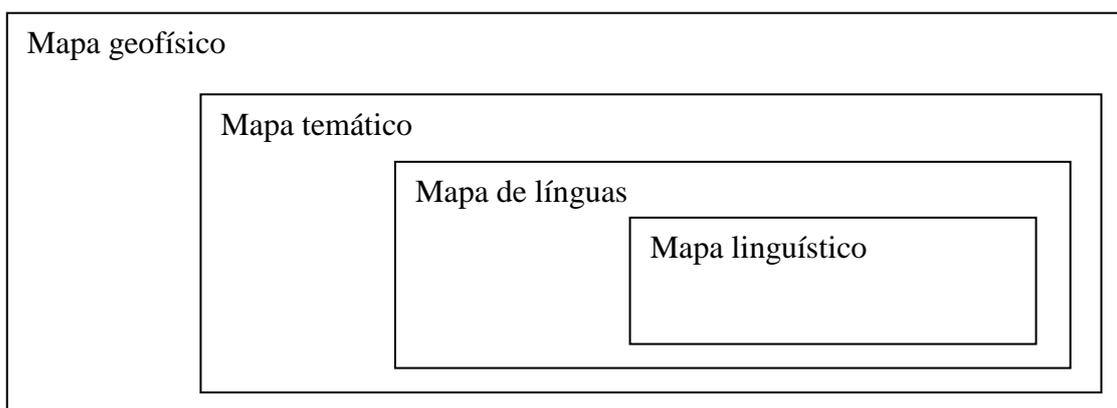
⁵ Professor do Instituto de Letras, UFRGS.

⁶ Seu artigo *Britanien zwischen 'Romania perduta' und 'Romani nuova'* será publicado em breve (GECKELER, no prelo).

desenvolvidas em outros lugares. Nesse sentido, muito do que foi introduzido como sendo novo na geolinguística já está bastante defasado ou é realmente antigo na história científica.

Mapas⁷ que expõem conteúdo linguístico pertencem aos chamados *mapas temáticos* ou *técnicos*. Segundo uma observação cronológica, tendo em vista o vasto volume de representações, os *mapas de línguas* precedem os *mapas linguísticos*.⁸ É importante diferenciar claramente os dois tipos.

Enquanto o primeiro reflete a difusão das línguas, o último representa a difusão de formas linguísticas específicas. Para o mapa linguístico, utiliza-se geralmente uma forma simplificada do mapa geofísico comum. Através do registro de formas linguísticas, forma-se o mapa temático. Como a configuração geofísica, mesmo que de forma bastante abstrata, está sempre presente, aplica-se o seguinte esquema:



O mapa linguístico se insere tardiamente na história da cartografia temática.⁹ O mapa de línguas, ao contrário, é antigo. Já há muito tempo, em parte há séculos, existiram os mais variados tipos de mapas temáticos, mas só no final do século XIX surgiu o primeiro mapa linguístico. Os mapas temáticos se originam de mapas históricos autônomos, que Abraham Ortelius, a partir de 1579, associa ao seu *Theatrum Orbis Terrarum*, e de mapas de rotas do correio, que surgem também nesse período, por volta da segunda metade do século XVI. Desde o início do século XVIII, existem mapas meteorológicos e os populares mapas de batalha, que tinham a função de dar conta do problema da representação de movimentos. A partir da segunda metade do mesmo século, inicia-se o mapeamento da difusão de produtos econômicos e, a partir do começo do século XIX, são cartografados os mais diversos temas, de interesse da Ciência, da Economia, da Igreja, do Estado, da

⁷ N.T. e Rev.: Apesar da distinção corrente entre as noções de *carta* e *mapa*, optamos pelo uso generalizado do termo *mapa*, para evitar ambiguidade e ser de entendimento mais fácil para leitores de diferentes áreas.

⁸ Terminologicamente seria melhor o termo *mapa de fenômenos linguísticos*, mas este seria muito prolixo.

⁹ Possivelmente, por isso, eles não são mencionados na apresentação geral sistemática de Wilhelmy (1966) e na apresentação geral histórica de Wolff (1995).

Administração e da Burguesia. Contudo, é preciso esperar até o final do século XIX para o surgimento dos mapas linguísticos.

Também os formatos que a geolinguística adota para dividir sua área de estudo já haviam sido definidos anteriormente pela geofísica e pela cartografia temática. Desde o início, existem os macromapas e macroatlas, isto é, mapas globais e continentais, mapas de regiões e de países específicos, que são modelos para os atlas nacionais e supranacionais e para os atlas microlinguísticos.

Até mesmo o repertório de sinais que a geolinguística utiliza foi inteiramente retirado da geofísica e das áreas vizinhas à cartografia temática. Os nomes geográficos são padrinhos das formas linguísticas nos chamados mapas ponto-analíticos. A icônica estilização utilizada para cidades, burgos, igrejas e etc. nos primeiros mapas geográficos fornece os modelos para os chamados mapas de símbolos da geolinguística. As isolinhas (isógonos – linhas magnéticas), que Edmund Halley desenhou em 1701 em Londres, e as isotermas, de A. von Humboldt, são modelos de linhas com os quais as áreas de expansão de formas linguísticas são inscritas em mapas geolinguísticos e que, desde Johann Gottfried August Bielenstein (1892), são chamadas de isoglossas. É possível visualizar uma pré-forma dos conhecidos mapas de polígonos da moderna geolinguística no esquema de mapas meteorológicos, de 1822, de L. F. Richardson, que dispõem uma rede quadriculada em formato de tabuleiro de xadrez sobre a Europa Setentrional e Ocidental, e sobre a qual estão inscritas unidades de observação.¹⁰ O processo dos polígonos retangulares desuniformes, introduzido pelo *Atlas Linguistique et Ethnographique de la Gascogne (ALG)*¹¹, ampliado por Hans Goebel e adotado pelo nosso *Atlas Lingüístico del Uruguay*, origina-se da Matemática (“Polígono de Thiessen”) e leva em conta, de forma mais adequada do que o sistema de grade, a distância desigual entre os pontos de pesquisa.

O mapa de línguas antecede muito o mapa linguístico. É um dos primeiros mapas temáticos, embora até pouco antes do século XIX ainda não se concentrasse no tema linguístico. Um mapa de línguas – associado por muito tempo aos mapas de populações (*Völkerkarte*) – é o mais antigo mapa impresso do hemisfério oeste, encontrado na edição de Augsburg da *Etymologiae*, de Isidorus von Sevilla, do ano de 1472. Se, nesse assim chamado *Mapa T em O*, cada um dos filhos de Noé ocupa uma área específica – Sem, a Ásia; Jafé, a Europa; e Cam, a África –, tem-se, conforme uma concepção medieval e pré-moderna, em função dos descendentes nela subentendidos, simultaneamente um mapa de população e de línguas.

¹⁰ (Imagem da capa) Cf. Körber, 1987, p. 199.

¹¹ Cf. Séguy (1973).

2. Primeira fase: dos mapas de línguas aos mapas linguísticos (origens)

Ao final do século XVIII, o mapa linguístico começa a se desligar lentamente e ainda sem um contraste muito definido do mapa de línguas. Ao mesmo tempo, tenta-se estabelecer, com mais exatidão, as fronteiras das línguas para os mapas linguísticos.¹²

Quem foi o primeiro a pensar em mapas linguísticos – e não em mapas de línguas – não está claro. Não parece ter sido G. W. Leibniz.¹³

Contudo, uma das primeiras aparições – talvez a primeira – de um mapa linguístico pode ser encontrada no primeiro dos cinco volumes que tratam das línguas da sua *Idea dell'Universo*, de Hervás, 1784. Nessa obra, Hervás desenvolve a ideia de uma “*carta glotto-gráfica*” como continuação e aperfeiçoamento de sua descrição das línguas, em um texto contínuo:

599. L'Idée, quantunque poco esatta, che delle lingue si da in quest'Opera, potrà servire per mettere sotto la vista la discendenza, correlazione, e diversità delle nazioni in una carta geografica, che chiameremo piuttosto **glotto-gráfica**: ed essa riuscirà perfetta, allorchè si abbia cura di raccogliere, e stampare elementi, e dizionarij di tutte le lingue conosciute [...] (HERVÁS Y PANDURO, 1784, p. 259).

Com “*elementi*”, ele se refere aos componentes da gramática, e “*dizionarij*” não faz menção aos dicionários, mas sim ao inventário de palavras da língua.¹⁴

¹² Os mapas de línguas são característicos de regiões ou períodos pouco conhecidos. Tais mapas foram confeccionados em grande quantidade pelos jesuítas na América do Sul, por exemplo.

¹³ Coseriu não descarta o pioneirismo de Leibniz, quando escreve em 1954: “Já Leibniz – que por tantas razões merece um lugar de destaque na história da linguística – havia pensado na confecção de mapas linguístico-etnográficos” (1977, p. 115). Coseriu encontra-se, aqui, no final de uma sequência de citações que, a propósito, tem um início desconhecido. Ele faz referência a Schwyzer (s.l. e s.d.); talvez a edição também utilizada por mim (1939, p. 1-17). Schwyzer, contudo, cita Benfey (1869, p. 253) e, segundo ele, Leibniz reivindicava a criação de “mapas linguístico-etnográficos”. Benfey, entretanto, faz uma declaração mais precisa sobre Leibniz (1869, p. 253s.): “Ele já pensava em mapas **de línguas**” (grifos meus) e documenta isso com uma citação de “G. W. Leibnitii desiderata circa linguas populorum ad Dn. Podesta interpretem et professoren linguae turciae transmissa”, no qual Leibniz mostra claramente seu desejo por mapas **de línguas**: “Ego velim regiones dividi per linguas et has notari in cartis”. Benfey remete a “Leibniz, Opera, ed. Dutens VI, 2.301”. É aqui que começam os problemas: a consulta que Leibniz faz a Podesta aparece impressa nas páginas 228-30; a resposta de Podesta aparece nas páginas 230-231. A citação de Benfey não se encontra aí e, até onde vejo, em nenhum outro lugar. De onde Benfey poderia tê-la retirado? (A citação se encontra no v. 6.1, p. 302 = Leibniz, 1768c. – nota do editor).

¹⁴ Isso resulta da longa lista comparativa de palavras, organizada por Hervás (1785), no volume 18, com o objetivo de realizar uma comparação linguística. No segmento onde a palavra italiana inicia a lista, seguida

Certamente, Hervás não idealizou um único mapa para todas as línguas do mundo, representadas por um número suficiente de fenômenos linguísticos. Seu método consiste, sobretudo, em investigar as línguas dividindo-as em grupos. Assim, conclui-se que ele pensou nos mapas linguísticos não a nível global, mas sim a nível supranacional, como aparece no *Atlas Linguistique Roman*. Não é discutido se deveria haver um mapa para cada fenômeno linguístico.

Exatamente isso é proposto em *Vocabulaire rustique et populaire du Jura*, de 1823, no qual o autor Désiré Monnier sugere pensar numa linha de separação semelhante a uma isoglossa:

on pourrait, d'une manière assez précise, marquer sur une carte géographique l'étendue du pays où domine l' *a*, celle où la plupart des mots ont leur dèsinence en *o*, celle où l'*an* se change en *in*; celle enfin où la même syllabe se prononce *on*. (MONNIER, 1823 apud POP, 1950, p. 252).

Com isso, surgiu a ideia do mapa linguístico fonético, baseada, aparentemente, nos mapas de relevo.

Essa ideia só foi executada – independentemente da influência de Monnier – duas gerações depois. Entretanto, no trabalho pioneiro de J. A. Schmeller, *Die Mundarten Bayerns* (“Os dialetos da Baviera”, Munique, 1821), já surge, com o mapa em anexo, um mapa linguístico potencial. Por conta dos caracteres inscritos, que se referem ao dialeto bávaro, o mapa ainda é considerado um mapa de línguas. Contudo, ao se substituir cada um desses caracteres pelas formas da lista, na qual Schmeller traz seus dados de pesquisa, tem-se um mapa linguístico.

O novo, portanto, já foi pensado e também possível na fase de origem da geolinguística. Apenas ainda não se realizou.

Nesse período, os mapas de língua se desenvolveram mais do que os mapas linguísticos. Mapas de língua específicos e precisos como um tipo novo de mapa temático, nos quais se verifica a igualdade “cada povo = uma língua” e onde a distribuição da língua no espaço é o principal objetivo, não parecem ter surgido antes de 1820.¹⁵ É quando a

pelas correspondências em outras línguas (cf. 1785, p. 43s.), pode-se visualizar uma forma embrionária dos questionários semasiológicos.

¹⁵ É notável como as primeiras perspectivas gerais da România se originaram sem a menor consideração por mapas. Carl Ludwig Fernow, autor da primeira dialetologia da área de línguas românicas, depois de Dante, não faz nenhuma menção à representação cartográfica nem em seu eminente trabalho *Über die Mundarten der italienischen Sprache* (1808, p. 211-245), nem em seus outros numerosos escritos sobre estudos linguísticos. O mesmo vale, até onde sei, para seu contemporâneo e colega, extremamente produtivo, Carlo Denina, cf. H. Thun (2000).

situação muda. Em 1821, o Barão Charles-Etienne Coquebert de Montbreton, da Academia Celta em Paris, apresenta um mapa,

dont il est l'auteur, délimitant les jargons ou patois qui sont parlés en France [...] et] pour connaître les limites des langues étrangères qui sont parlées dans quelques départements. (COQUEBERT DE MONTBRETON, 1821 apud POP, 1950, p. 18).¹⁶

Pouco depois, foi impresso também em Paris o primeiro mapa especializado de línguas: J. Klaproth (1823), *Asia Polyglotta*. O *Atlas ethnographique du globe et classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues*, de A. Balbi (1826), não apresenta nenhum mapa, contrariando a expectativa que o nome “atlas” desperta. Contudo, Balbi dissocia as antigas igualdades implícitas nos mapas de populações e de línguas e reúne, então, o conjunto de dados de ambos novamente. Com isso, desenvolve-se uma relação entre etnografia e estudo de línguas. Porém, são considerados apenas povos e línguas em relação a si mesmos e não fatos etnográficos ou fenômenos linguísticos individuais. Isso vai acontecer somente na segunda fase do desenvolvimento da geolinguística.

Na Alemanha, o geógrafo Heinrich Berghaus, com um material melhor do que o do muito criticado Balbi, dá sequência a essa tradição no volume 8 (“*Ethnographie*”) de seu *Physikalischen Atlas*, Gotha (1845-48, 1. ed.). Um autêntico mapa de línguas encontra-se como anexo em *Die Romanische Sprachen in ihrem Verhältnisse zum Lateinischen. Nebst einer Karte des romanischen Sprachgebiets in Europa*, de A. Fuchs (1849). Esse mapa em cores¹⁷, que também sinaliza as fronteiras dos dialetos (inclusive dos não românicos como “alto-alemão (*Oberdeutsch*)” e “baixo-alemão (*Niederdeutsch*)”, é precursor direto dos mapas publicados em *Grundriß der Romanischen Philologie*, de G. Gröbers (Straßburg, 1888, 1. ed.), e dos mapas em *Lexikon der Romanistischen Linguistik*.

No que diz respeito à obtenção de dados linguísticos, é difícil identificar quem usou qual método primeiro. O certo é que, no primeiro período, o caminho ideal adotado nas fases seguintes – o registro oral direto feito com informantes sem conhecimentos científicos prévios – era a exceção. Schmeller parece ter ido por esse caminho, menos metódico quando comparado talvez a outros, como Denina, em sua terra natal, Piemonte.¹⁸

O fluxo de dados normalmente passava por intermediários, como colegas de sua respectiva área linguística (por exemplo, por intermédio de missionários jesuítas,

¹⁶ Reprodução parcial em Brunot (1967, p. 528-599).

¹⁷ Desenhado por “A. Fischer”. Em uma coleção de mapas de línguas, produzidos a partir de 1848, destacam-se as línguas e os conflitos de fronteira, na Europa Central, como os observados na fronteira alemã-dinamarquesa.

¹⁸ Cf. Thun (2000).

entrevistados por Hervás) ou outros “conhecedores da língua”.¹⁹ Além das versões do Pai Nosso, que cobriam geralmente áreas extensas²⁰, e da versão da parábola do filho pródigo (ou outros textos curtos, de conhecimento geral), inquiridas em áreas menores, tenta-se, desde cedo, aumentar a comparabilidade através de listas de palavras sistemáticas. Leibniz (1786c) cria, a partir de sua consulta ao intérprete Podesta, uma lista de palavras em latim organizada em diferentes domínios, como por exemplo “*Partes corporis. Corpus, caro, cutis*, e assim por diante”, que ele desejava ver traduzidas na língua do Reino Osmânico, adicionalmente às versões do Pai Nosso. Tanto o texto como a lista de palavras seguem o método semasiológico. Encontramos o procedimento onomasiológico na compilação de textos populares²¹ e, já bastante desenvolvido, nos livros folclóricos. Uma amostra disso é dada pelos questionários da *Académie celtique*, que estimulam a resposta desejada através da paráfrase, como mostram as seguintes perguntas:

Quelles sont les fêtes, les cérémonies, les pratiques superstitieuses qui ont lieu aux quatre principales époques de l’année, au solstice d’hiver, à l’équinoxe du printemps, au solstice de l’été, et à l’équinoxe d’automne.

Mas também se mostram semasiologicamente, em perguntas de escolha:

[...] observe-t-on l’usage du *jeudi des garçons* et du *jeudi des filles*?²²

Esse método estabelece as bases para as modernas perguntas de sugerência e de escolha múltipla (v. seção 4).

Se os métodos mais importantes dessa fase foram desenvolvidos, falta ainda pensar sobre qual área de aplicação seria mais adequada para cada método e, ainda, quando um método específico, devido à evidência de suas fraquezas, deveria ser substituído por outro. Tudo com o objetivo único de reunir o máximo possível de informações. Então, Klaproth cria, a partir de textos escritos e registros diretos, mas também a partir de sua própria pesquisa de campo²³ para o desenvolvimento de suas listas simplificadas, as “palavras para necessidades básicas” (ou seja, o vocabulário básico), como ele mesmo diz a Adelung. Klaproth confere grande importância à unificação da representação do material, quando não da modalidade de registro. Para isso, ele desenvolve seu próprio alfabeto fonético.

¹⁹ “*Deinde optarem [...] ab hominibus linguarum peritis dictionariola edi [...]*” (Leibniz para Jobus Ludolfus; Leibniz, 1786b, p. 89).

²⁰ E que se transformaram em coleções imensas, cf. Adelung (1806).

²¹ Que, como a coleção de Firminich (1846-54), são de difícil comparação.

²² *Mémoires de l’Académie celtique*, Paris (1808, p. 72 s.). Reimpressão em Van Gennepe (1998, p. 13).

²³ “Tive a oportunidade de elaborar a seguinte lista de palavras (curdas) na primavera de 1808 em Tiflis [...]. Eu as anotei a partir da fala de um homem chamado *Oannes ben Dawud*, nascido em *Musch*” (KLAPROTH, 1823, p. 76).

Assim como Schmeller, ele também quase não usa o recurso cartográfico; seu atlas linguístico anexado consiste de tabelas de palavras e apenas um único mapa de populações e de língua (não linguístico).²⁴

3. Segunda fase: os atlas linguísticos monodimensionais

Com os atlas linguísticos de Georg Wenker, Jules Gilliéron e Gustav Weigand tem início algo realmente novo. Para concretizar o objetivo explícito de um detalhado *atlas linguístico* e não um *atlas de línguas*, utilizou-se um catálogo de perguntas, aplicado numa rede de pontos de levantamento, seguindo sempre a mesma metodologia. Ao que tudo indica, partia-se sempre de meios semasiológicos ao se propor traduções a partir da língua *standard*, seja com frases inteiras, como as famosas ‘frases de Wenker’, seja com palavras isoladas, como, presumidamente, fez Weigand.²⁵ Wenker permanece adepto do Método por Correspondência. Weigand e Gilliéron passam a fazer anotações diretas através de um entrevistador que vai a campo. Apenas poucos se arriscam a desviar dessa nova metodologia²⁶, e geralmente não por convicção, mas devido às dificuldades materiais que se colocam frente aos registros diretos *in loco*. Até certo ponto, Weigand esboça textos etnográficos em seu programa auxiliar, mas ainda não os cartografa. Nesse sentido, ele mantém a antiga tradição de compilar, mas sem fundar um atlas baseado na via de mão dupla, linguística e etnográfica.²⁷ Wenker e Gilliéron, ao contrário, marcam o início dos atlas que tratam exclusivamente da língua falada, cuja tradição se estende até os dias de hoje. Já para a outra corrente principal, do atlas linguístico-etnográfico, o *Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*, de K. Jaberg e J. Jud (1928/40), oferece-nos um modelo válido até hoje.

Jules Gilliéron, com seu *Petit Atlas phonétique du Valais roman (sud du Rhône)*, Paris, 1880, é não apenas o primeiro²⁸ a publicar um verdadeiro atlas linguístico, mas, juntamente com o ALF (GILLIÉRON; EDMONT, 1902-10), é também o fundador dos atlas micro- e macroespaciais. Nos anos seguintes, vários atlas dedicam-se a esses dois campos de observação. Surgem macroatlas como o ALPI (NAVARRO TOMÁS, 1962) ou o ALE (ALINEI, 1983).

Com Gilliéron, começa a era da consciência metodológica aguçada, que caracteriza, até hoje, as pesquisas mais inovadoras na geolinguística. Ao mesmo tempo, Gilliéron abre

²⁴ A obra de Schmeller *Die Mundarten Bayerns grammatisch dargestellt* (1821) também conta com um único "pequeno mapa para visão geográfica geral deste dialeto", como já aparece no próprio título.

²⁵ Weigand oculta seus métodos. Pop (1950, p. 700) afirma com razão: "D'après mon expérience, je crois qu'il n'a pu travailler si rapidement qu'en faisant traduire *en patois* les mots de son questionnaire".

²⁶ Como, por exemplo, Rona (1959/1965).

²⁷ N.T. e Rev.: No sentido das práticas e tradições populares (al. *volkskundlich*).

²⁸ Somente um ano mais tarde, em 1881, são publicados seis mapas do *Sprachatlas von Nord- und Mitteleuropa*, de G. Wenker.

caminho para a geolinguística exclusivamente diatópica, de mão única. Com a superação dessa condição, inicia-se a terceira fase da geolinguística (v. seção 4).

É sabido que Gilliéron esclarecia seus métodos com termos da fotografia. Sua monumental obra geolinguística segue imediatamente à descoberta do rolo de filme e da câmera Kodak, feitas por Georg Eastman (1888). O filme e a câmera de Eastman tornaram possíveis, pela primeira vez, curtos tempos de exposição. Se, por um lado, a fotografia se torna universalmente acessível nesse momento, por outro, oferece à ciência novas possibilidades de imagens que, além de fiéis e populares, são facilmente reproduzíveis. Ainda que os mapas linguísticos tenham despontado com atraso no círculo dos mapas temáticos no fim do séc. XIX, através de sua relação com a fotografia, eles se tornaram representantes do que havia de mais moderno. A geolinguística desejava compartilhar do prestígio que a fotografia tinha junto às ciências naturais, contudo, Gilliéron sabe que a fotografia permite a manipulação desde o início do processo.²⁹ Por conseguinte, ele faz a associação metafórica entre geolinguística e fotografia com certa cautela. Mario Roques sintetizou o método do ALF e a dupla relação com a fotografia da seguinte maneira:

“enquête synchronique, sur des points multiples permettant d'établir des aires, témoignages fixés comme par une **photographie instantanée** de la pensée et de son expression **sans retouches.**”
(ROQUES, 1930 apud SEBEOK, 1966, p. 66 – grifo meu).

É em *Notice servant à l'intelligence des cartes. [de l'] Atlas Linguistique de la France* (1902), que Gilliéron amplia a metáfora da fotografia a nível de uma alegoria que descreve todos os passos do trabalho, desde o registro oral até a cartografia. É possível acompanhar a alegoria passo a passo.

Não é o próprio Gilliéron quem fotografa, pois ele teme, em virtude de sua experiência e seus interesses linguísticos, influenciar os registros de fala como um filtro.³⁰ Ele encarregou Edmond Edmont como o único entrevistador da pesquisa, para assim poder registrar “*la vérité de l'aspect normal des patois*” uniformemente e sem ser influenciado pelos enfoques já definidos pela linguística. Edmont trabalha como vendedor, mas já havia escrito um dicionário de dialeto e tem experiência com fotografia. Ele possui um sentido auditivo apurado, uma boa visão e será treinado em transcrição fonética – ele terá em mãos um bom rolo de filme para imprimir os reflexos de luz, aliás, de som, que forem percebidos. Para impedir que Edmont desenvolvesse qualquer interesse através da habituação a regras regionais e com isso filtrasse suas impressões, ele deveria correr pela

²⁹ A fotografia digital moderna convida formalmente a isso.

³⁰ Ele é assolado por escrúpulos ainda mais firmes do que William Labov, que relaciona o paradoxo do observador apenas ao momento da coleta de dados; Gilliéron, por outro lado, relaciona-o também às fases anteriores e posteriores de seleção das perguntas e avaliação das respostas respectivamente. Essa preocupação com a correta seleção de dados perdura na geolinguística atual, quando tenciona deixar a representação dos mapas aos cuidados do usuário (v. seção 4).

França em zigue-zague. Em apenas quatro anos, ele visita 639 pontos. Em cada localidade, a objetividade é mantida através da aplicação das mesmas perguntas em francês. Os informantes têm de traduzi-las o mais rápido possível, enquanto o entrevistador transcreve celeremente. Sobre os aspectos materiais dos símbolos da transcrição, Gilliéron exige: “[les] sons que nous voulions saisis en »instantanés«” (1902, p. 7). Para o conteúdo e as relações sintáticas, o que vale é: “Les réponses [...] représentent toujours l’inspiration, l’expression première de l’interrogé, une traduction de premier jet” (1902, p. 7). Autocorreções não são desejadas e perguntas por parte dos informantes não foram previstas. Quando, no entanto, ocorreram, foram devidamente sinalizados no mapa.

Tanto para a comunidade francófona quanto para Gilliéron “*instantané*” tem dois sentidos: de um lado, o *snapshot*, um registro muito rápido, e o contrário, de “*pose*” ‘posar’. Ao informante é garantida “*la plus grande liberté*”, sua “*franc parler*”, ou seja, deve ficar à vontade para falar de forma livre e sincera. Contudo, ele não deve ter tempo para, servindo-se das formas supostamente mais dignas da língua comum, representada pela “*langage de Paris*”, ‘posar’ para a entrevista. Tampouco o entrevistador deve forçar o informante, por meio de “*formes extorquées*” (formas de extorsão), a assumir uma determinada pose.

Além da foto momentânea, é preciso considerar uma outra preocupação principal de Gilliéron, que é o perigo do “*retouche*” (retoque).³¹

Il fallait [...] briser avec l’errement [...] consistant à soumettre, plus ou moins sciemment, à des retouches le cliché phonétique de la perception première (GILLIÉRON, 1902, p. 8).

A proibição dos “*retouche*” perpassa todas as etapas do trabalho. Gilliéron define, assim, que o informante não deve repetir sua primeira resposta a fim de corrigi-la. A proibição vale, sobretudo, para o entrevistador. Esse não deve, através da sugestão, induzir a retoques. Ele deve imediatamente transcrever suas impressões e, logo depois de fechar o questionário da localidade, enviá-lo para a central. Lá, o filme chega, de certa maneira, já revelado, e o próprio Gilliéron recusa-se a fazer qualquer *retouche*, “*alors que cent formes eussent pu nous guider dans la correction*” (1902, p. 9).

Nos cartes peuvent contenir des fautes, nombreuses peut-être, mais elles ne contiennent aucune faute qui soit imputable à une révision critique des matériaux: et c’est là une garantie que nous voulions, et devions donner [...] (GILLIÉRON, 1902, p. 9.)

Ainda se valendo da metáfora: Gilliéron cola os registros momentâneos já revelados sobre grandes páginas de um álbum de fotografias no lugar dos respectivos pontos de

³¹ A advertência contra os perigos do *retouche* é de tal forma importante para Gilliéron, que ele a repete três vezes em sua breve *Notice* (uma vez na p. 7, duas vezes na p. 8).

coleta. Os mapas do ALF voltam-se para a análise de pontos. Cada entrada se coloca a exigência de ser um “*instantané sans retouches*”.

Os procedimentos de Gilliéron, ao menos sua pretensão ao rigor metodológico, vão muito além da primeira fase da geolinguística, chegando até o momento presente. Se analisamos o “*instantané sans retouches*” e o tipo de mapas do ALF com mais atenção, tiramos daí uma sucessão de consequências sérias. Mesmo quando, nos dias de hoje, imaginamos o mapa como uma foto de satélite e, com isso, reduzimos os quatro anos de levantamento de dados do ALF a um só momento, os mapas de Gilliéron representam ainda uma combinação de tantas figuras quantos são os pontos de coleta. A esse mapa falta qualquer equivalente de estrutura que corresponda aos rios, às montanhas, às zonas industriais, etc., como estamos acostumados a ver nas imagens de mapas tradicionais da superfície terrestre feitos por satélite. Nesse sentido, de maneira geral, não se trata de uma foto momentânea, se é compreendida, no todo, como **um** documento fotográfico legível. As estruturas desse conjunto são reveladas numa segunda etapa de trabalho, monográfica, em que são produzidos mapas de área ou mapas ponto-símbolo.³² A seguinte questão divide até hoje as opiniões: se os mapas devem oferecer um número considerável de tomadas reais detalhadas (considerando que o mapa não passa de um equivalente de páginas de um dicionário, dispostas lado a lado), ou se deve, como no caso dos mapas geofísicos, permitir reconhecer configurações para além de cada ponto ou localidade. O atlas linguístico do México, de J. M. Lope Blanchs (1991ss.) leva ao extremo o princípio da série de fotos/imagens, de Gilliéron. A decodificação das letras e das sequências numéricas, que em cada ponto é detalhada sob a forma de camadas de blocos de informações, torna impossível a comparação entre os pontos. O caminho contrário é aquele tomado pelo nosso atlas uruguaio, que coloca o reconhecimento da configuração local, supralocal, regional e nacional em primeiro lugar.

Do mesmo modo como a metáfora do “*instantané*” não se aplica a áreas grandes, pois os mapas do ALF não constituem uma foto legível em seu todo, assim também não funciona, a rigor, para um campo menor, que englobe o registro de uma forma linguística em particular. É sabido que a palavra, e até mesmo o som, é produzido em um movimento, constituído de uma série de momentos, que um único “*instantané*” não consegue captar. Ao que parece, Gilliéron não percebeu esse problema. Com “*instantané*” ele se refere apenas à rapidez do registro, não à perda de outros elementos através do registro (rápido). Seu método de registro momentâneo fixa fatos individuais e os isola. Tudo que é processual é excluído, mesmo que seu interesse de estudo – a saber, a apreensão de processos de mudança linguística –, implique descobrir e registrar o percurso do movimento (v. seção 4).

Em relação ao registro momentâneo de palavras isoladas, também a geolinguística moderna ainda está bem longe de ter resolvido, no levantamento de dados, o problema da representação do caráter processual de cada forma, valendo-se de um procedimento de

³² Esse trabalho de interpretação, para alguns exemplos conhecidos, foi realizado pelo próprio Gilliéron, como no caso de sua *Généalogie des mots désignant l'abeille d'après l'Atlas linguistique de la France* (1918).

transcrição seguro e elegante. Qualquer um que transcreve tem de admitir, em regra, que só é possível prestar atenção a um único segmento e somente para este se pode levar em conta as garantias citadas por Gilliéron, já que ele próprio proibiu a repetição da palavra. Essa proibição é hoje, até onde vejo, implícita ou explicitamente revogada.

A introdução de aparelhos de gravação e sonógrafos atenuou, de certo modo, o problema. Agora é possível ouvir as asserções dos falantes mais de uma vez³³, sem que o falante tenha que participar do processo. Em caso de dúvida, pode-se mostrar ao crítico o arquivo com o áudio ou o sonograma. Mas nós sabemos que, nos dois casos, a interpretação não cessa, apenas muda de foco. Como a interpretação sempre pede por “funções” e essas só podem ser reconhecidas através dos “processos de compreensão” (“Essa variante tem um significado?”), nenhum computador poderá nos substituir nessa tarefa.

A exigência de Gilliéron de que um mapa linguístico deveria conter registros simultâneos fidedignos foi propriamente cumprida no “atlas linguístico falante”, que Hans Goebel elaborou para o ladino-dolomita³⁴, e Giovanni Ruffino, para o siciliano.³⁵ No “atlas linguístico falante”, colocam-se, em um CD, amostras de fala como recortes icônicos de uma gravação em um ponto de pesquisa, acessáveis com o uso de um programa de computador. Mesmo com todo respeito por essa realização de um antigo desejo, não podemos esquecer o seguinte: esses documentos de áudio não podem substituir os mapas, e sim apenas complementá-los. É humanamente impossível identificar, a partir de uma série de impressões auditivas em sequência, configurações da variação – mesmo repetindo um a um cada áudio da variante. Isso se consegue apenas por meio da visualização. Nesse sentido, os atlas sonoros (*Tonatlas*) reforçam ainda mais o princípio gilliéroniano do isolamento ou particularização dos dados. Inclusive são até mesmo as gravações de fala autênticas e reproduzíveis verdadeiros “*instantanés*”, porém não estão livres de *retouches*. Através do recorte, com o qual uma única palavra é separada de seu contexto, ela sofre um *retouche* involuntário que refreia processos coarticulatórios e torna o restante incompreensível.

Por esse motivo, o ADDU privilegia amostras de áudio mais longas, o que, aliás, também reduz o tempo que se leva para fazer esses recortes.

Constitui uma tendência não propriamente nova, e sim simplesmente um reflexo da proposta de Gilliéron de oferecer materiais linguísticos autênticos, “*sans retouches*”, o pensamento corrente, observado na geolinguística contemporânea, de não oferecer mapas, mas sim um banco de dados com o qual cada usuário pode, ele próprio, elaborar seus mapas.³⁶ Com isso, o risco de fazer *retouches* na análise e tratamento dos dados se transfere

³³ Enquanto for possível manter a gravação – um problema ainda subestimado.

³⁴ Eu incluo o *Atlante linguistico della Ladinia Dolomitica* (ALD, GOEBL, 1998b) na primeira fase da geolinguística, devido a sua abordagem conservadora e sua ampliação apenas parcial da diatopia.

³⁵ *Atlante linguistico della Sicilia* (em elaboração). Uma amostra em CD foi apresentada em um colóquio em Palermo, em 1998.

³⁶ Cf. Sobrero (1985).

para o usuário. O perigo de não ter mais um atlas uniforme, sobre o qual se possa discutir a pesquisa, é grande. Sobretudo, perde-se a oportunidade de selecionar e reunir os dados linguísticos com base na maior experiência possível. Essa experiência é própria dos coletores e organizadores do projeto de atlas. É deles a responsabilidade pela transmissão desse conhecimento. O assim chamado atlas virtual deveria, portanto, ser apenas uma possibilidade adicional, mas não deter o monopólio.³⁷

Já o segundo grande atlas linguístico nacional, o AIS, reduz o rigor próprio de Gilliéron no que diz respeito aos registros momentâneos e aos *retouches*. É dada ao falante a oportunidade de se corrigir e de comentar o que disse. Também essas informações entram nos mapas como dados colocados à margem. Os entrevistadores geralmente trabalham em dupla, sendo, em parte, controlados pelo coordenador do projeto. O material é cuidadosamente selecionado e as formas faltantes complementadas a partir do contexto. No lugar do registro momentâneo, onde a objetividade, em casos extremos, é representada pelo acaso, surge a visão filológica e de conhecimento do mundo, que engloba também o motivo registrado. O objeto de estudo já não é mais o dialeto mais arcaico ou mais “puro”, mas sim o registro do que realmente é falado, no momento da pesquisa, naquele lugar, inclusive o que é influenciado pela língua comum (JABERG & JUD, 1928, p. 238-241). Aqui reside o ponto de partida para a ampliação do espectro de variedades que caracteriza a terceira fase da geolinguística.

4. Terceira Fase: Os atlas linguísticos pluridimensionais

No *Prólogo a la segunda edición* de seu atlas linguístico comentado sobre *El español en Puerto Rico* (Universidade de Porto Rico, 1966), Tomás Navarro Tomás distingue três áreas, nas quais se desenvolvem diversas tarefas que a geolinguística precisa resolver uma após a outra. Com isso, ele delimita a história da geolinguística, identificando o que já ocorreu e o que está prestes a se realizar. Ele próprio considera seu atlas como sendo da primeira fase, que corresponde, na nossa cronologia, à segunda fase, chamada por nós de geolinguística monodimensional, apenas diatópica. Outras duas fases sucedem essa primeira:

Sigue siendo [el presente estudio] en sustancia una mera representación geográfica de las diferencias observadas en el habla popular de Puerto Rico, como contribución, según indica su subtítulo, a la geografía lingüística hispanoamericana.

Está por realizar [em uma segunda fase, que corresponde à nossa terceira] el plan ideal que abarque el estudio del español de toda la

³⁷ Outra questão bem diferente é se o atlas deve ser impresso em papel ou salvo eletronicamente, sendo disponibilizado, por exemplo, em formato de CD.

isla en sus centros urbanos y en sus barrios campesinos y que señale sus distintos niveles entre ancianos, adultos y jóvenes, entre personas instruidas, semicultas e iletradas, y entre hombres y mujeres. [como fase/tarefa seguinte:] La fisionomía, las tendencias, la vitalidad o decadencia y la firmeza o inseguridad de la lengua hay que buscarlas en la entrelazada comunicación y convivencia de esos grupos sociales.

Na fase de complementação da dimensão de variação diatópica, conforme sugere Navarro Tomás, inseriu-se por ora uma parte da geolinguística atual, enquanto uma outra parte deu continuidade à tradição monodimensional, não tomando parte do impulso inovador.³⁸

Como acontece com muitas coisas na geolinguística, a ideia de um atlas pluridimensional já nasceu bem cedo e, em certa medida, foi implementada já na fase dos atlas monodimensionais.³⁹

Em concomitância com o programa intensivo dos atlas linguísticos monodimensionais, formulado por Gaston Paris⁴⁰ e concretizado parcialmente por Gilliéron, foi apresentado por Abbé Rousselot um programa contrastivo que pode ser denominado como pluridimensional-pontual.⁴¹ Os entrevistadores do futuro atlas linguístico francês deveriam ter, pelo menos em certos pontos de coleta, aprofundado a pesquisa:

Ils devraient non seulement étudier la surface, mais encore pousser, dans des endroits choisis, leurs sondage aussi profondément que possible.⁴²

Essa análise aprofundada certamente não se restringiu apenas à investigação do estrato de fala historicamente mais antigo que um dialeto encerra em si e que se costuma

³⁸ Como praticamente todos os atlas regionais franceses e quase todos os espanhóis. Em meu artigo *La géolinguistique romane à la fin du XX^e siècle* (no prelo), procurei apresentar uma visão geral da tipologia dos atlas pluridimensionais. Nesse artigo, é dada ênfase especialmente à participação dos atlas brasileiros e do Atlas Linguístico da Renânia Central (*Mittelrheinischer Sprachatlas*), de G. Bellmann, na modernização da geolinguística.

³⁹ Como no renomado “*relevés doublés*” do AIS que, em algumas cidades do norte da Itália, entrevista também falantes da classe média, adicionalmente aos informantes da classe baixa, inserindo os resultados em mapas específicos.

⁴⁰ “Il faudrait que chaque commune, d’un côté, chaque son, chaque forme, chaque mot de l’autre, eût as monographie purement descriptive, faite de première main, et tracée avec tout ela rigueur d’observation qu’exigent les sciences naturelles” (PARIS, 1888, p. 168).

⁴¹ Rousselot apenas insinua isso, embora com bastante clareza, mas não chega a formulá-lo.

⁴² Discussão de Wenker (1881), na *Revue des patois gallo-romans* (ROUSSELOT, 1888, p. 152 *apud* POP, 1950, p. 115).

chamar de *Dialekttiefe* (com grau de dialetalidade máximo).⁴³ Desde 1879, Roussetot pesquisou o dialeto (*patois*) de sua terra natal, comprovando que, nem mesmo no interior de uma família (no caso, a sua própria), os membros de gerações e sexo distintos falavam do mesmo modo (ROUSSELOT, 1891).

“Fazer análises aprofundadas” significa também: através das gerações e da fala de homens e mulheres. Em sua *Introdução aos estudos dos dialetos* (1887, p. 20, sem tradução para o português), Roussetot alerta que várias vezes há duas variedades de dialetos em um mesmo ponto, “*celui du peuple et celui des messieurs*”. Essas variedades (diatráticas) não devem ser confundidas umas com as outras, mas igualmente investigadas.

Uma década antes de Gilliéron iniciar os levantamentos para o ALF, não apenas se reconhece o que hoje chamamos de “variável” ou “dimensões da variação” e que, ao lado da diatopia, denominamos como *diatrática*, *diageracional*, *diassexual*, ou algo próximo, como também isso se torna o objeto de estudo da dialetologia. Na geolinguística, essa alternativa pluridimensional, que Gilliéron certamente conhecia, permaneceu intocada por gerações. Desconsiderando a própria tradição, foi necessário o impulso da sociolinguística para que a geolinguística monodimensional se tornasse pluridimensional.

Atualmente, já há diversos projetos de atlas pluridimensionais, que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Entre os mais ambiciosos, modéstia à parte, está nosso atlas uruguaio.⁴⁴ O *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU) considera, ao lado da dimensão diatópica, que é dividida em “topostática” (comportamento linguístico dos grupos com relativa estabilidade no local de residência) e “topodinâmica” (informantes com recente troca de local de residência), ainda as seguintes variáveis ou dimensões: a diatrática (dois grupos sócio-culturais distintos), a diageracional (dois grupos etários), a diassexual (os dois sexos biológico-sociais), a diafásica (os três estilos – de leitura, resposta às perguntas do questionário, conversa livre e semidirigida), a diarreferencial (contraste entre respostas e comentários dos informantes) e também a dimensão dialingual (contraste e influência entre o espanhol e o português). As contribuições desse programa podem ser conferidas pelo leitor nos dois primeiros fascículos já publicados (THUN et al., 2000a & b).

O objetivo do ADDU é, em todo caso, ampliar o espaço de variedades, levando expressamente em consideração as consequências dos contatos intra- e interlingüísticos. A língua *standard* é incluída, até onde for de conhecimento do falante.

No interior do espaço de variedades, há um interesse especial pelos processos de movimento da difusão de inovações linguísticas (e em parte também etnográficas), ou seja, a mudança linguística. Assim, o ADDU tenta corrigir uma inconsequência metodológica que surge quando se compara as intenções de Gilliéron com as suas realizações.

⁴³ N.T. e Rev.: Trata-se de um termo recorrente na dialetologia alemã, que remete à noção do dialeto-base, com maior grau de dialetalidade. Literalmente, significa “profundidade dialetal”.

⁴⁴ Seguindo as pegadas de um atlas paraguaio, o *Atlas Lingüístico Guaraní-Románico*, sob a coordenação de W. Dietrich (Münster), A. Aquino (Assunção) e minha própria. THUN & AQUINO (1999, p. 53-66) discutem os objetivos desse atlas.

Gilliéron instituiu, além de três tarefas documentárias – quais sejam: 1) por meio de seu registro, preservar, para as gerações futuras, dialetos ou formas dialetais ameaçados de desaparecer; 2) oferecer à linguística material de pesquisa realmente comparável; 3) oferecer material autêntico – outros três objetivos para a geolinguística, já de ordem interpretativa, que englobam processos de movimento: 4) apresentar uma base sólida para a história linguística da França; 5) tornar o “fermento da matéria da língua” visível não apenas *on soi* ‘em si mesmo’ (substância), mas também *on fonction* ‘em função’ (portanto, dinamicamente); 6) indicar a extensão da zona de difusão de fenômenos linguísticos (“*le procès-verbal des conditions où ces aires meurent ou naissent, se dilatent ou se contractent*” (GILLIÉRON, 1902, p. 4-6).

O ALF, por colocar os fatos de maneira isolada nos mapas, não representa ali o movimento. Isso só aparece – limitando-se à diatopia – nos mapas complementares que envolvem áreas e nas interpretações monográficas.⁴⁵

O ADDU, ao contrário, procura deixar a trajetória da difusão de fatos linguísticos visível no atlas. Ele mostra, por exemplo, como o assim chamado *leísmo* se propaga na superfície nos respectivos grupos e em estilos. A isso soma-se a compilação de mapas específicos em séries temáticas organizadas hierarquicamente⁴⁶ e brevemente comentadas. As “formas reais” transcritas aparecem reunidas em mostruários (*muestrarios*) que acompanham a publicação dos mapas e especialmente em volumes suplementares, que contêm listas de formas.

O ADDU se inspira em uma metáfora da fotografia que também estava à disposição de Gilliéron, mas que ele não utilizou. Em jogo está uma fotografia do movimento, possível através de sequências de registros momentâneos. Ela foi desenvolvida em Paris por um contemporâneo de Gilliéron, Etienne-Jules Marey (1830-1904). Sua “*chronophotographie*” tinha por objetivo:

Réunir sur une même photographie une série d’images successives représentant les différentes positions qu’un être vivant occupe pendant un mouvement de locomotion (MAREY, 1984 – edição esgotada).

Assim como ao seu colega Eadward Muybridge⁴⁷, na Inglaterra, e ao físico Ernst Mach, na Áustria, os diferentes modos de andar dos cavalos fascinavam a este fotógrafo do movimento. O ADDU procede de maneira bem análoga. Especialmente à descrição da variação diafásica, a metáfora cronofotográfica se presta bem. Através do estímulo da leitura, das respostas e das conversas, o ADDU registra os informantes em três modos de falar (“caminhar”) distintos.

⁴⁵ Cf. observação na nota 40.

⁴⁶ Ou seja, organizado de acordo com sua comprovada relevância.

⁴⁷ De Muybridge, o ADDU adota o princípio da apresentação dos diferentes momentos de movimento em imagens (ou melhor, mapas) **distintos**.

Através da geolinguística pluridimensional, a sociolinguística, como a de William Labov, não é simplesmente integrada, mas também ampliada. Pois, enquanto a sociolinguística procura diferentes variáveis em um ponto (ou em apenas alguns poucos pontos)⁴⁸ e não vai além disso, a geolinguística pluridimensional vai ainda um passo adiante, na medida em que projeta no espaço, isto é, **rerealiza** o comportamento linguístico expresso por cada variável sociolinguística e, então, compara os mapas isoladamente. Com isso, leva-se em conta a suposição de que todo fenômeno linguístico, em cada grupo de falantes e em cada estilo, pode ter uma difusão própria no espaço. Uma segunda diferença é quantitativa. Enquanto estudos sociolinguísticos se restringem normalmente a poucos fatos, especialmente fônicos, cuja variação é relacionada a variáveis de regras de variação condicionadas pelo falante ou pela situação, a geolinguística pluridimensional busca preservar a tradicional riqueza de dados. Nesse contexto, a geolinguística pluridimensional, que evidentemente coleta dados massivos numa área relativamente grande, reconhece a supremacia do trabalho de precisão da sociolinguística nas análises monográficas pontuais. A geolinguística, no entanto, está em condições de oferecer à sociolinguística hipóteses que precisam ser comprovadas através de análises aprofundadas. Em função desse serviço de assistência, o título do volume que acompanha o AIS recebeu um novo significado: *Der Sprachatlas als Forschungsinstrument* ('o atlas linguístico como instrumento de pesquisa').

A partir da sociolinguística, a geolinguística moderna – e, em princípio, também a monodimensional – pôde aguçar a consciência da representatividade de seus dados, que pode ser ampliada por meio de entrevistas de grupo. A experiência nos levantamentos de dados para o ADDU tem mostrado que, através da pluralidade simultânea de informantes, é possível obter dados consideravelmente mais seguros.

5. Quarta fase: O Atlas Linguístico das Redes de Comunicação

Enquanto a geolinguística, ao menos em parte, decidiu entrar de forma decisiva na fase da pluridimensionalidade, falta para a quarta fase ainda um método aplicável. O trabalho mais fácil é determinar a “*firmeza o inseguridad*” dos fatos linguísticos. Nessa tarefa, podem auxiliar, no caso de grandes *corpora*, cálculos quantitativos ou ainda o método de sugestão adotado pelo *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*, que tem sua origem, como já vimos, nos questionários etnográficos. Esse método foi sistematizado, na geolinguística, por X. Ravier (1965, p. 262-274) sob o termo “*données négatives*”. Depois de estimular pacientemente a resposta espontânea, são sugeridas formas não mencionadas, porém conhecidas em localidades vizinhas ou por determinados grupos, sendo as respostas afirmativas ou negativas registradas juntamente com os comentários. Essa forma de “perguntar por algo mais” corresponde melhor à estrutura de rede da

⁴⁸ Sem considerar os espaços intermediários, ou seja, não abrangendo a área total.

memória humana do que evocar exclusivamente a primeira resposta espontânea. As respostas, espontâneas ou repetidas, informam sobre formas linguísticas disponíveis de maneira ativa ou passiva, sendo que as últimas podem ser precursoras de uma inovação ou lembrança de uma forma conservadora em desaparecimento.

Bem mais difícil é abranger a “*entrelazada comunicación y convivencia*” de cada grupo. A sociolinguística oferece pouca orientação nesse sentido. W. Labov fundamentalmente isola os diversos falantes e os reúne em novos grupos, conforme suas características sociais e preferências linguísticas. Nesse processo, escapam-lhe os reais grupos de interação. L. Milroy (1987) pesquisa, como participante integrante da comunicação e como observadora participante, exatamente esses aspectos. Sua tipologia rigorosa das posições na rede de relações sociais foi desenvolvida apenas para as relações dentro de um grupo relativamente pequeno, que além disso é bem fechado. Por sua vez, Navarro Tomás não quis se referir a sua “*entrelazada comunicación*” como sendo de relações comunicativas intra- e sim intergrupais. Por exemplo, como se comunica um membro da classe alta com alguém da classe baixa? Assim são suas perguntas. Seu programa futurista orienta-se, em última análise, para a identificação de registros estilísticos que ocorrem no contato entre representantes de diferentes grupos presentes no espaço de uso das variedades. Trata-se, com certeza, de um método bastante significativo para determinar a linha de difusão vertical ou diagonal-horizontal das mudanças linguísticas. Faz parte das futuras tarefas da geolinguística, desenvolver métodos de análise que sejam suficientemente precisos, sem que sejam complicados demais para o levantamento de grandes massas de dados com escolha de itens.

No projeto ADDU, busca-se, em âmbito bem mais modesto, identificar **possíveis** redes de comunicação. Procurá-las faz-se necessário sempre que o atlas linguístico apresenta uma distribuição clara de determinados fenômenos, como, por exemplo, formas específicas de um grupo em um ponto de coleta ou de um ponto em uma área homogênea de outro tipo. O ADDU é composto ainda por um atlas demográfico, para o qual já existem mapas, que permite a comparação de dados linguísticos com indicações da mobilidade horizontal dos falantes. Pressupõe-se, nesse caso, que o movimento das pessoas no espaço geofísico, de suas redes de comunicação habituais em direção a outros grupos, leva a relações comunicativas que originam novas redes de comunicação. Em comparação com outros atlas linguísticos, é feita a tentativa de sistematizar e sintetizar a informação demográfica que, na melhor das hipóteses, é dada como resultado parcial na descrição dos informantes. A comparação de dados linguísticos com não-linguísticos, para explicar determinadas arealidades, não é, de forma alguma, uma novidade. Vale mencionar as tentativas feitas no passado de correlacionar áreas linguísticas com rotas migratórias e vias de comunicação, ou ainda limites que coincidissem com a ocupação de populações originais ou domínios de administração da igreja (como por exemplo, as dioceses). Mais recentemente, o grupo de trabalho em torno de Luca Cavalli Sforza tem relacionado dados genéticos e culturais para fundamentar, numa perspectiva macroscópica, a origem e

difusão de grupos humanos e de técnicas culturais.⁴⁹ Contudo, os dados linguísticos utilizados pelos geneticistas nem sempre são os mais seguros. Além disso, ainda não foi comprovado se é possível reduzir a perspectiva de longo prazo, exigida pela genética, a períodos de tempo mais curtos – que é o que nos interessa – sem perder em força explanatória. Recentemente, H. Goebel aplicou o método no nordeste da Itália e constatou uma surpreendente estabilidade dos grupos dialetais, genéticos em comparação com os grupos originais desde os tempos pré-romanos até os dias de hoje (GOEBL, 1998a). Contudo, o próprio Goebel relaciona dados bastante incoerentes, que não foram levantados nem ao mesmo tempo nem nos mesmos grupos. O ADDU, pelo contrário, emprega dados homogêneos. A informação demográfica provém dos mesmos falantes que oferecem os dados linguísticos. Os mapas elaborados traçam uma estrutura surpreendentemente uniforme da mobilidade dos falantes conforme seu local de origem, mudança por questões de trabalho ou de turismo, assim como a origem do cônjuge. O atlas demográfico serve para auxiliar na interpretação do mapa. Se a rede de comunicação por ele sugerida realmente existe, precisaria ser confirmado por amostras de controle – como isso deveria ser feito, ainda permanece em aberto.

6. Conclusão

O que com certeza permanece do velho, na história da geolinguística, é o mapa. Para que seja legível, precisa ser o resultado de uma escolha a partir dos dados coletados e possíveis. Quanto mais completo ele for, mais rápido corre o risco de se tornar inútil. Poderia acontecer, neste caso, como ao mapa mencionado por Borges em *El Hacedor*, que ele retrate todo um reino em escala 1:1 e seja abandonado à degradação pelas gerações seguintes por ser inútil. O novo na geolinguística move-se no contexto de uma escolha bem fundamentada. Essa é sempre um *retouche* ‘retoque’. Contudo, essa escolha precisa deixar reconhecível o original, para que outros *retouches* sejam possíveis.

Bibliografia

ADELUNG, Johann Christoph. *Mithridates oder allgemeine Sprachenkunde mit dem Vater Unser als Sprachprobe in bey nahe fünfhundert Sprachen und Mundarten*. Erster Theil. Berlin: Vossische Buchhandlung, 1806.

ALINEI, Mario. *Atlas Linguarum Europae*. Assen, Maastricht: Van Gorcum, 1983.

BENFEY, Theodor. *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts mit einem Rückblick auf die früheren*

⁴⁹ Cavalli-Sforza; Menozzi; Piazza (1994); Cavalli-Sforza (1996).

Zeiten. München: Cotta. (Geschichte der Wissenschaften in Deutschland. Neuere Zeit. 8.), 1869.

BIELLENSTEIN, Johann Gottfried August. Atlas der ethnologischen Geographie des heutigen und des prähistorischen Lettenlandes. Sankt Petersburg, 1892.

BRUNET, Ferdinand. *Histoire de la langue française*. T. 9,1. Paris: Colin, 1967.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Gênes. Peuples, Langues*. Paris: Jacob, 1996.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca; MENOZZI, Paolo; PIAZZA, Alberto. *The History and Geography of Human Genes*. Princeton/NJ: University Press, 1994.

COSERIU, Eugenio. "La geografía lingüística". *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977, p. 103-158.

FERNOW, Carl Ludwig. "Über die Mundarten der italienischen Sprache". *Ders., Römische Studien. Dritter Theil*. Zürich: Gessner, 1808, p. 211-245.

FIRMENICH, Johannes Matthias. *Germaniens Völkerstimmen, Sammlung der deutschen Mundane Märchen, Volksliedern usw*, v. 2. Berlin: Schlesinger, 1846-54.

FURLONG CARDIFF, P. Guillermo S. J. *Cartografía Jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Penser, 1936.

GECKELER, Horst. "Britannien zwischen 'Romania perdata' und 'Romania nuova'" *An den Rändern der Romania*. Wolf Dietrich, Harald Thun (eds.). Kiel: Westensee-Verlag.

VANGENNEP, Arnold. *Manuel de folklore français contemporain. Tome III: Questionnaires – Provinces et pays. Bibliographie méthodique*. Paris: Laffont. [Reimpressão da edição de 1937], 1998.

GILLIÉRON, Jules. *Petit Atlas phonétique du Valais roman* (sud du Rhône). Paris: Champion, 1880.

_____. *Notice servant à l'intelligence des cartes. [de l'] Atlas Linguistique de la France*. Paris: Champion, 1902.

_____. *Généalogie des mots désignant l'abeille d'après l'Atlas linguistique de la France*. Paris: Champion, 1918.

GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. *Atlas Linguistique de la France*. Paris: Champion, 1902-10.

GOEBL, Hans. “La structuration spatiale de l’Italie du Nord du point de vue de la géolinguistique et de la géo-génétique. Essai de rapproche interdisciplinaire”. *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Giovanni Ruffino (ed.), v. 5. Tübingen: Niemeyer, 1998a, p. 367-387.

_____. *Atlante linguistico della ladino dolomitico e die dialetti limitrofi* (ALD), v. 4. Wiesbaden: Reichert, 1998b.

HERVAS Y PANDURO, Lorenzo. *Idea dell’Universo che contiene la storia della vita dell’uomo, elementi cosmografici. Viaggio estatico al mondo planetario e storia della terra, e delle lingue*. Cesena: per Gregorio Biasini all’Insegna di Pallade. (Opera dell’Abbate Don Lorenzo Hervas. 17.), 1784.

_____. “Trattato dell’Origine, formazione, meccanismo ed armonia degli idiomi”. *Idea dell’Universo che contiene la storia della vita dell’uomo, elementi cosmografici. Viaggio estatico al mondo planetario e storia della terra, e delle lingue*. Cesena: per Gregorio Biasini all’Insegna di Pallade. (Opera dell’Abbate Don Lorenzo Hervas. 18.), 1785, p. 9-180.

JABERG, Karl; JUD, Jacob. *Der Sprachatlas als Forschungsinstrument. Kritische Grundlegung und Einführung in den Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. Halle a. d. Saale: Niemeyer, 1928.

_____. *Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. 8 volumes em 12 partes. Zofingen: Ringier, 1928/40.

KLAPROTH, Heinrich Julius von. *Asia Polyglotta*. Paris: Schubart, 1823.

KÖRBER, Hans-Günther. *Vom Wetteraberglauben zur Wetterforschung*. Innsbruck, Frankfurt a. M.: Pinguin, 1987.

LABOV, William. *The study of language in its social context*. The Hague, Paris: Mouton, 1971.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Opera Omnia, Nunc primum collecta, in Classes distributa, praefationibus & indicibus exornata*, studio Ludovici Dutens. Tomus sextus, in duas Partes distributus, quarum Continet Philologicorum continuationem. Genevae, apud Fratres de Tournes, 1786a.

_____. “[Leibniz an Ludolf; s.d.]”. *Leibniz* (1768a, p. 87-91), 1786b.

_____. “Leibnitia sive Meditationes, Observationes et Crises variae Leibnitianae. Gallico Latino sermone expressae”. *Leibniz* (1768a, p. 294-334), 1768c.

LOPES BLANCH, Juan Manuel. *Atlas lingüístico de México*. Ciudad de México: Colegio de Mexico; Fondo de Cultura Económica, 1991.

MAREY, Étienne-Jules. *Chronophotographie. Introduction, documentation et notices par M. Frizot*. Paris, 1984.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell. [1980], 1987.

MONNIER, Désiré. “Vocabulaire rustique et populaire du Jura”. *Mémoires de l'Académie celte*. 5, 1823.

NAVARRO TOMÁS, Tomás. *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*. Madrid: C.S.I.C. Paris, Gaston, 1962.

_____. “Les parlers de France”. *Revue des patois gallo-romans*. 2, 1888, p. 161-175.

POP, Sever. *La Dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. Louvain, Gembloux: Publications Universitaires de Louvain, 1950.

RAVIER, Xavier. “Le traitement des données négatives dans l'Atlas linguistique et ethnographique de la Gascogne”. *RLiR*. 29, 1965, p. 262-274.

RICHARDSON, Lewis Fry. *Weather Prediction by Numerical Process*. Cambridge: University Press, 1822.

RONA, Jose Pedro. *El Dialecto “Fronterizo” del Norte del Uruguay*. Montevideo: Adolfo Linardi, 1959/65.

ROQUES, Mario Louis. *Bibliographie des travaux de Jules Gilliéron*. Paris: Droz, 1930, p. 3-13. [apud SEBEOK, 1966].

ROUSSELOT, Jean. “Introduction à l'étude des patois”. *Revue des patois gallo-romans*. 1, 1887, p. 1-22.

_____. [Resenha de Wenker (1881)]. *Revue des patois gallo-romans*. 2, 1888, p. 152-155. [apud POP, 1950].

_____. *Les modifications phonétiques du langage étudiées dans le palais d'une famille de Cellesrouin (Charente)*. Paris: Welter, 1891.

SCHMELLER, Johann Andreas. *Die Mundarten Bayerns grammatisch dargestellt*. München: Thienemann, 1821.

SCHWYZER, Eduard. *Griechische Grammatik*, v. 1. München: Beck, 1939.

SEBEOK, Thomas Albert. *Portraits of Linguists. A Biographical Source Book for the History of Western Linguistics 1746-1963*, v. 2. Bloomington, London: Indiana University Press, 1966.

SEGUY, Jean. *Atlas linguistique de la Gascogne. Complément du volume VI*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1973.

SOBRERO, Alberto A. "Per una prima raccolta sistematica di dati sull'italiano parlato in Salento", *Gesprochenes Italienisch in Geschichte und Gegenwart*. Günter Holtus, Edgar Radtke (eds.). Tübingen: Narr, 1985, p. 77-85.

THUN, Harald. "Die Entstehung einer wissenschaftlichen Gattung. Die monographische Dialektübersicht bei Dante, Denina und Fernow". *Von Rom nach Weimar – Carl Ludwig Fernow*. M. Knoche, H. Tausch (eds.). Tübingen: Narr, 2000, p. 87-113.

_____. "La géolinguistique romane à la fin du XXe siècle". [*Akten des*] XXI/a *Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, no prelo.

THUN, Harald; AQUINO, Almidio. "El Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR). Un trabajo necesario para actualizar informaciones lingüísticas sobre el Guaraní y Español del Paraguay". *Cadernos de Tradução*, n. 5, 1999, p. 53-66.

THUN, Harald et al. *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. T. I: "Consonantismo y vocalismo del español. Fasc. A.I. /k/, <ll> y /j/, <y>". Kiel: Westensee-Verlag, 2000a.

_____. *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – Norte (ADDU-Norte)*. T. I: "Consonantismo y vocalismo del portugués. Fasc. A.I. Laterales y palatales del portugués uruguayo". Kiel: Westensee-Verlag, 2000b.

WENKER, Georg. *Sprachatlas von Nord- und Mitteldeutschland*. Strassburg: Trübner, 1881.

WILHELMY, Herbert. *Kartographie in Stichworten*. 4 Fasc. Kiel: Hirt, 1966.

WOLFF, Herbert. *Vierhundert Jahre MERCATOR. Vierhundert Jahre ATLAS. »Die ganze Welt zwischen zwei Buchdeckeln. Eine Geschichte der Atlanten*. H. Wolff (ed.). München: Konrad, 1995.

VARIAÇÃO NA INTERAÇÃO ENTRE INFORMANTE E ENTREVISTADOR¹

Harald Thun²

Tradução: Cléo Vilson Altenhofen³; Filipe Neckel⁴

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan⁵

Visão geral

1. O paradoxo do observador e seu papel na sociolinguística e na geolinguística
 - 1.1 Dois problemas básicos da linguística
 - 1.2 O paradoxo do observador na sociolinguística de William Labov
 - 1.3 O paradoxo do observador na geolinguística (Jules Gilliéron, Karl Jaberg e Jakob Jud)
 - 1.4 Observações sobre o conceito de “variedade”, sobre o paradoxo do observador e sobre o *status* atribuído às respostas dos informantes
2. Variação no ADDU e no ALGR
 - 2.1 Hipótese básica
 - 2.2 Justificativa principal para a abordagem pluridimensional
 - 2.3 Exigência de homogeneidade
 - 2.4 Aproximação ao estilo espontâneo
3. Os tipos de variação em particular
 - 3.1 Variação intra- e interindividual, variação associada ao signo linguístico
 - 3.2 Lista aberta da variação
 - 3.3 Variação diafásica e graus de espontaneidade
 - 3.4 Variação no interior de uma variedade
 - 3.5 Variação (distribucional) associada ao signolinguístico
4. Relação entre variação intra- e interindividual
 - 4.1 Análise do quadro
 - 4.2 Perguntas de sugerência
 - 4.3 Entrevistas em grupo
5. Conclusão

¹ Traduzido com a permissão do autor para a publicação nos Cadernos de Tradução do IL, a partir do texto em alemão THUN, Harald. „Variation im Gespräch zwischen Informant und Explorator“. In: LENZ, Alexandra N. & MATTHEIER, Klaus J. (orgs.). *Varietäten – Theorie und Empirie*. Frankfurt a. Main et al.: Lang (2005, p. 97-127).

² Professor Doutor da Universidade de Kiel, na Alemanha.

³ Professor do Instituto de Letras, UFRGS.

⁴ Aluno egresso do curso de Bacharelado em Letras Alemão, UFRGS. Atualmente, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, UFSC.

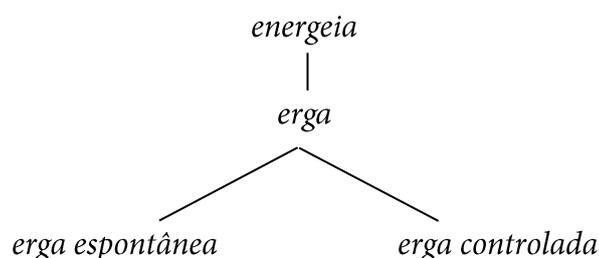
⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

1. O paradoxo do observador e seu papel na sociolinguística e na geolinguística

1.1 Dois problemas básicos da linguística

Não podemos tratar do nosso tema, os modos de variação que se apresentam no diálogo entre informante e entrevistador de um atlas linguístico ou que podem resultar das condições de gravação de fala, sem aludir imediatamente a duas dificuldades. De um lado, temos que lembrar o problema básico insolucionável, de base platônico-humboldtiana, de que captamos e observamos imediatamente somente as obras da língua, as *erga*, a partir das quais podemos apenas inferir, como numa imagem, a atividade viva resultante, a *energeia*, que constitui a verdadeira língua.⁶ Por meio do estudo da variação, observamos sem dúvida um constituinte essencial da competência linguística do falante. Contudo, não captamos esse elemento imediatamente, mas sim apenas por intermédio da conclusão.

Por outro lado, precisamos considerar o chamado paradoxo do observador. Este se apresenta como consequência fatal, que resulta diretamente da participação inevitável do entrevistador na ocorrência de fala. O esforço empenhado pelo linguista na pesquisa de campo é, portanto, mal recompensado. Pois, além de a nossa observação direta estar aberta apenas ao *ergon*⁷, ainda há a suspeita de que deturpamos o *ergon* justamente devido a essa observação. Pois o falante seria, por esse viés, impedido por nós, como observadores, de se expressar de forma espontânea, sendo levado a produzir apenas falas controladas. Com isso, também desaparece a secreta esperança criada após a transição de Wenker para Gilliéron, ou seja, com a substituição da coleta de dados por correspondência pelo método de investigação direta (e de sua possibilidade de ser repetida e controlada com a ajuda de gravações), pareceu ter se tornado mais fácil participar da fala efetivamente viva e, desse modo, aproximar-se apesar disso da *energeia*, como se isso fosse possível por intermédio da língua escrita. Esta surge a Humboldt como um caso exemplar da obra da língua já concretizada, da “conservação incompleta e mumificada” da língua. Pois bem, é também essa vantagem abolida pelo paradoxo do observador? Restam ao linguista observador somente *erga* controladas, conforme sugere o seguinte esquema?



⁶ Humboldt (1830-1835, III, p. 418).

⁷ *Ergon* – ‘trabalho’, em grego. (N. do T.)

Há que concordar, seguramente, que ninguém que se ocupa da língua falada escapa ao paradoxo do observador.⁸ Contudo, mencionar ritualisticamente esse fato como um problema e em seguida afirmar, sem indicação de estratégias precisas, que se amenizou seus efeitos através da observação participante, não constitui uma solução. Para nós, pelo contrário, permanece a suspeita de que, por conta do paradoxo do observador, deixamos de apreender uma parte considerável do espectro de variação. Afinal, não devemos temer que se nos escapem justamente os estilos espontâneos? E mais: o que conseguimos registrar da língua, seja com ou sem intervenções de controle, torna-se ao final inútil?

A questão sobre as condições restritas de levantamento dos dados não é novidade, nem na sociolinguística nem na dialetologia. Uma breve comparação das respostas de ambas as disciplinas irmãs contribui não pouco para que se faça justiça à história dessas ciências. Essa comparação nos mostra que a sociolinguística e a dialetologia conferiram um peso diferente aos aspectos da produção de fala pelo falante e da percepção pelo pesquisador da língua, no que diz respeito à variação. O paradoxo do observador exige que ambos os pontos de vista sejam considerados. Parece claro que as discussões entre a tradição sociolinguística e a dialetológica precisam partir exatamente do ponto no qual seus métodos e suas técnicas se interligam. Esse é o caso na “Dialetologia Pluridimensional”, que estamos testando em dois projetos de atlas linguísticos em andamento.⁹ A experiência adquirida nesses projetos vem permitindo avaliar, com realismo e alguma desilusão, o significado que o paradoxo do observador assume na prática.

1.2. O paradoxo do observador na sociolinguística de William Labov

Retornemos, inicialmente, 30 anos no tempo, para lançar um olhar sobre o programa que William Labov delineou para a sociolinguística. O paradoxo do observador se encontra no centro dessa disciplina, que se ocupa com “*The Study of Language in its*

⁸ E se quando o autor de uma obra, que se baseia em expressões orais, não se manifesta sobre o problema da restrição da espontaneidade através do fato do levantamento, então, seu leitor levanta esta questão. Na consideração das circunstâncias de levantamento na longa série de atlas linguísticos publicada por Manuel Alvar, entre os últimos, por exemplo, *El español e Paraguay. Estudios, encuestas, textos*. Alcalá de Henares (2001).

⁹ Sobre a metodologia da dialetologia pluridimensional, cf. Thun (1998) e Thun (2001). Os dois projetos correntes são brevemente descritos em Thun (2001 – 2002a) e Thun (2001 – 2002b). No ALGR, foi publicada a parte sociolinguística: Thun [et al.] (eds.), 2002; no ADDU, as partes seguintes: Thun [et al.] (eds.) (2000a, e Thun [et al.] (eds.) (2000b). O ADDU trata do contato linguístico entre o espanhol e o português, no Uruguai, assim como uma fronteira do sul do Brasil e da Argentina como um dos pontos centrais de pesquisa. No ALGR, coloca-se no centro da pesquisa o efeito do contato entre espanhol, português e guarani, que se estende sobre o Paraguai e regiões limítrofes argentinas e brasileiras. Um terceiro projeto de atlas, que está sendo preparado por meu colega Cléo Altenhofen, de Porto Alegre, e por mim, sob o nome de *Atlas Linguístico Contatual das Minorias Alemãs*, pretende pesquisar o contato linguístico entre a minoria de falantes de alemão e o português, assim como o espanhol na região do Prata.

Social Context".¹⁰ O programa se resume nas seguintes palavras, que se tornaram conhecidas:

“We are then left with the OBSERVER’S PARADOX: the aim of the linguistic research in the community must be to find out how people talk when they are not being systematically observed; yet we can only obtain these data by systematic observation” (p. 171).

Não podemos prescindir do entrevistador em nossos levantamentos de dados linguísticos. De sua presença incômoda, porém necessária, depreendemos, a partir de Labov, duas conclusões. Em primeiro lugar, que existe um tipo principal de variação, que ocorre entre duas classes de variedades, das quais uma delas nos é completamente ou quase inacessível, devido à presença do pesquisador. Portanto, existe o perigo de não realizarmos a pesquisa dessa variação principal, uma vez que nossas entrevistas condicionadas não nos permitem reconhecê-la. Em segundo lugar, que essa variação surge entre variedades que não se equivalem em valor. Somos obrigados a concluir, a partir do que expõe Labov, que a fala produzida pelos informantes na ausência do observador—que ele denomina “vernacular” e que busca registrar através de uma série de técnicas refinadas de obtenção de dados – é considerada por ele mais valiosa do que a fala produzida na presença de um observador. Segundo seu ponto de vista, o “vernáculo” pode ser registrado, sendo portanto possível anular o paradoxo do observador. Labov apresenta uma série completa de técnicas refinadas de levantamento de dados, frequentemente imitadas, que têm todas como objetivo “[to] divert attention away from speech, and allow the vernacular to emerge” (p. 171). Para distrair os falantes, usam-se temas de conversa interessantes (por exemplo, relatos sobre situações de risco de vida) ou entrevistas extremamente curtas, que não deixam tempo ao informante para fazer um autocontrole de sua fala. Contudo, o caminho mais eficaz para a fala espontânea passa aparentemente pelo registro de conversas dentro de “peer-groups” (também conhecidos como “natural-groups”) e através de “long-term participant observation” (p. 172). No primeiro leque de entrevistas, o entrevistador não está presente, a coleta dos dados é supostamente encoberta, ou seja, ele se disfarça como um “peer” ou, na melhor das hipóteses, assume de forma problemática a dupla função de membro da interação e observador. No segundo caso, espera-se que o autocontrole se reduza com o tempo, tendo em vista que os informantes ficam mais cansados ou o entrevistador vai cada vez mais ganhando a confiança dos entrevistados.

William Labov exorcizou o fantasma do paradoxo do observador. Será que ele também o banuiu completamente? Resta uma última dúvida, que ele mesmo alimenta com esta declaração:

¹⁰ Labov ([1970], 21971).

“No matter how casual or friendly the speaker may appear to us, we can always assume that he has a more casual speech, another style in which he jokes with his friends and argues with his wife” (p. 170 ss.).

Não deve ser fácil para o entrevistador tornar-se amigo de todos os informantes ou mesmo de seus cônjuges.

Mesmo que raramente funcione ou mesmo que não seja possível avançar por esse terreno mais espontâneo da “most casual speech”, ainda nos restam domínios acessíveis, nos quais se pode reconhecer uma gradação da influência do observador na inibição da espontaneidade. Entre as inovações metodológicas mais eficientes, está a técnica de Labov de conduzir, através de estímulos apropriados, a variação estilística na fala do indivíduo por um eixo de atenção crescente que vai do “casual speech” (o mais informal possível) até a reprodução de pares mínimos. Esse procedimento baseia-se no conceito: “*as far as we can see, there are no single-styled speakers*” (p. 170). Ele se ajusta principalmente ao lado fonético do signo linguístico, é ideal para fenômenos da fonética segmental que, não por acaso, são privilegiados na sociolinguística laboviana. A estimulação da produção de expressões nesses diferentes estilos é, assim, repetida com o maior número possível de representantes de um mesmo grupo social e, em seguida, contrastada com a fala de outros grupos sociais. Desse modo, resulta a possibilidade – passando da obtenção dos dados para o campo da interpretação – de detectar a variação já no interior do estilo de um informante, de estudá-la em comparação com os diferentes estilos do mesmo informante e de tornar seus resultados representativos através do aumento do número de informantes e da variação das características de cada grupo. Por esse caminho, Labov chegou à descoberta e confirmação de suas famosas “variable rules” (p. 183). Essas regras têm valor dentro da mesma variedade (do mesmo estilo) e são distribucionalmente condicionadas; elas apresentam, portanto, uma variação, motivada intralinguisticamente, de regras diversas, mas coexistentes, que se relacionam entre si e que são, frequentemente, pré-requisito para a mudança linguística.

1.3 O paradoxo do observador na geolinguística (Jules Gilliéron, Karl Jaberg e Jakob Jud)

O método de redução de J. Gilliéron

Embora Labov tenha nomeado o paradoxo do observador, bem antes dele, Jules Gilliéron já tinha consciência desse fato e já havia percebido, até em um espectro mais amplo, os riscos de se influenciar, na pesquisa, a fala espontânea do informante. Enquanto Labov busca, no levantamento de dados, refúgio na técnica da distração sutil, Gilliéron força seu entrevistador ao emprego de um procedimento bastante brutal, que poderíamos chamar de “método de redução”. Este consiste em condicionar o informante, sempre da mesma forma, através de perguntas rápidas, permitindo somente a primeira resposta

dialetal, sem possibilitar complementos, correções e comentários. Com isso, o entrevistador descarta todo tipo de variação intraindividual dentro do mesmo estilo e, assim, toda informação metalinguística. O estímulo, ao qual o informante devia reagir, era sempre uma palavra ou frase em francês padrão que o informante era solicitado a traduzir para o dialeto local. Isso exclui a mudança de estilo por parte do informante ou pelo menos torna mais difícil reconhecer a diversidade de variedades intraindividuais. Visto que foi considerado suficiente um único informante por localidade, não há evidentemente tampouco variação interindividual, muito menos variação entre falantes de diferentes grupos sociais.

Problemas de percepção e de representação

Com Gilliéron, tem início também a reflexão dolorosa, mas necessária, sobre a participação que o entrevistador e o autor de atlas podem ter sobre a possível influência para além do informante na deturpação, pensável, do material recolhido. Tal reflexão tem seu ponto alto no relatório de Karl Jaberg e Jakob Jud sobre o ALF¹¹, “O Atlas Linguístico como instrumento de pesquisa” (v. abaixo). Em W. Labov, essa parte do espectro, até onde tenho conhecimento, está excluída. Para ele, parece não existirem problemas de percepção por parte do entrevistador nem necessidade de discussão sobre a precisão da transcrição fonética. À criteriosa distinção sociolinguística dos grupos de informantes e de seus estilos de fala, contrapõe-se um uso linguístico mais desprezioso de classes de variantes. É como se a análise estatística rebata a coleta de materiais. Não se fala mais em um “paradoxo do organizador”.

Já em Gilliéron, isso é diferente. Ele impõe ao entrevistador e a si mesmo, por ser quem reúne o material no atlas, um ascetismo tão rigoroso quanto aquele que impõe aos informantes. Fiel ao seu modelo da fotografia instantânea, ele busca evitar que o informante tenha qualquer possibilidade de “posar” e que o entrevistador e o autor do atlas igualmente não tenham oportunidade de “retoque (*retouche*)”. O fato linguístico deve aparecer no mapa como um “instantané sans retouches”. Por isso, o entrevistador é instruído a não corrigir o questionário, em hipótese alguma, mas enviá-lo imediatamente após a conclusão do levantamento ao autor do atlas. Este segue rigorosamente, e às vezes contra a própria convicção, o princípio de transferir toda a transcrição *tel quel* para o mapa. O momento do registro de dados é, portanto, complementado pelo processamento dos dados. O paradoxo do observador não representa, portanto, uma ameaça apenas durante o levantamento linguístico; ele se estende também à fase de transferência das transcrições manuais para o modelo de impressão. Por trás de tudo isso, está a esperança de ter arrancado do informante, por meio de um procedimento de obtenção de dados que imita a fotografia instantânea, um material dialetal autêntico, que também na fase de desenvolvimento não é retocado.

¹¹ Jaberg & Jud (1928-1940).

Problemas de representação e recepção (K. Jaberg & J. Jud)

Uma geração mais tarde, Karl Jaberg e Jakob Jud, editores do segundo maior empreendimento de atlas linguístico da Romênia, retomam o horizonte de discussões. No volume auxiliar já mencionado, do ALF, “O atlas linguístico como instrumento de pesquisa” (HALLE A. D. SAALE, 1928), os autores não se preocupam somente com a influência do entrevistador sobre o informante ou com a influência do entrevistador e do autor de atlas sobre o material coletado que aparece no mapa. Eles também consideram a utilidade da obra concluída para o leitor e de seus possíveis interesses científicos. Assim, surge, após a dupla combinação gillieroniana entre informante e entrevistador de um lado e entrevistador e redator do atlas de outro, uma tripla combinação, de que fazem parte as duas instâncias mencionadas mais a perspectiva do usuário do atlas. Não se pode censurar Labov por não considerar um atlas linguístico como uma coleta organizada de materiais, amplamente aberta à interpretação, mas atribuir apenas sua própria interpretação aos dados. Porém, é de se lamentar que suas dúvidas autocríticas se limitem à fase inicial do processo trifásico. A dialetologia pluridimensional está, por seu lado, condicionada a seguir a segunda e terceira fases da linha tradicional da geolinguística.

Condições de levantamento dos dados

Jaberg e Jud defendem que a “fala viva”, na situação de entrevista, “mal poderia ser mobilizada apenas por meios artificiais”, já que os nativos “teriam uma timidez natural de comunicar-se com desconhecidos” (p. 180). A isso, somam-se outras pressões causadas pelo projeto de atlas em si. O objetivo de manter comparáveis os dados recolhidos em uma área tão grande e multiforme exigiu um ponto de partida idêntico. Este só podia ser a língua comum italiana, uma vez que nenhum entrevistador conseguiria ter familiaridade com todas as variedades italianas, não sendo capaz de perguntar em toda parte no respectivo dialeto. Considerando que o informante precisava pelo menos entender a língua comum, os falantes apenas de dialeto, que de seu “vernáculo” não conseguiriam recorrer ao uso da língua *standard*, foram lamentavelmente excluídos, elevando a pressão da língua comum sobre o dialeto na situação de entrevista. Do mesmo modo, por causa de seu conhecimento restrito da língua comum e também devido à sua posição social que as proibia de qualquer contato com estranhos, também as mulheres, mesmo sendo nessa época as melhores falantes de dialeto, na Itália, não foram escolhidas para entrevista, em todo caso não como informante principal na ausência do cônjuge. E naturalmente o ALF também conhece o informante que tem pouca consciência linguística e demais necessidade de adaptação e que responde, por isso, da forma que julga mais agradar o entrevistador (p. 190).

Qual saída pode haver nesse emaranhado de dificuldades? Pelo menos a experiência adquirida do contato com tantos informantes distintos diminuiu o receio de que, em toda

parte, a situação de entrevista inviabiliza a produção de fala espontânea. Como basicamente já feito por Gilliéron, também Labov atribui, com certo fatalismo, as consequências indesejadas do paradoxo do observador a toda e qualquer configuração na relação informante-entrevistador e vê uma saída unicamente através do último, que deve condicionar o primeiro. Jaberg e Jud, em contrapartida, acentuam a grande diversidade dos perfis dos informantes e de suas reações, que de um lado não permitem uma sólida tipificação e condução segura do comportamento, embora, por outro lado, também nem sempre a coloquem como necessária (cf. p. 191ss.). Ambos contam com o efeito benéfico da crescente confiança resultante das longas entrevistas (em média 18 horas de trabalho), do ambiente doméstico e da possibilidade concedida aos informantes de determinar pessoalmente a duração do trabalho (p. 195).

O acesso ao estilo espontâneo

Acima de tudo, Jaberg e Jud são menos pessimistas quanto à possibilidade de registrar o “vernáculo”:

O acervo de dados linguísticos incitado artificialmente por meio dos procedimentos de entrevista é complementado pela fala viva que ocorre de um lado a outro entre os membros da família. O entrevistador hábil é capaz de registrar rapidamente sons de fala e formas linguísticas que lhe permitem avaliar até que ponto as respostas do seu informante correspondem à língua coloquial dialetal livre de influências (p. 194).

Para Jaberg e Jud, coloca-se claramente, no centro das atenções, a possibilidade de controlar, ao menos esporadicamente, a formulação das perguntas a um nível que corresponda ao uso espontâneo. Precisaremos refletir ainda se, com a presença de muitas pessoas, o entrevistador tem também a chance de obter, de forma razoavelmente completa e sistemática, a variação entre a variante do diálogo de entrevista e a variante do diálogo entre informante e parceiros de fala de sua comunidade, da qual o entrevistador é apenas observador participante; ou se o estilo espontâneo aparece sempre de forma fragmentária. Um avanço fundamental do ALF é dado pela inovação de apresentar esses sons e formas “capturados” do diálogo, assim como as “interrupções” dos demais participantes presentes na situação de entrevista, em registros marginais, separados do mapa.

O controle é diário

Para tranquilidade daqueles que ficam assustados com o paradoxo do observador, vale destacar a reflexão que Jaberg e Jud fazem na sequência da condução da entrevista:

O entrevistado não se encontra apenas sob o controle do entrevistador, mas também sob o controle dos membros da família presentes e dos conhecidos e vizinhos que entram e saem atraídos pela visita incomum (p. 194).

Portanto, o controle não é só praticado e iniciado pelo entrevistador, mas faz parte da rotina da língua. Há controle também quando nenhum desconhecido atento está presente.

Priorização da percepção do entrevistador

Enfoquemos brevemente as intervenções que são feitas na fase de coleta e análise. Enquanto, para Gilliéron, o entrevistador deve funcionar como uma câmera fotográfica que coleta, mas não interpreta imediatamente, está claro para Jaberg e Jud que a fase de análise dos dados já se inicia com seu registro, em campo, pelo entrevistador. Este dispõe, com a conhecida “transcrição impressionista”, sem dúvida, de uma “*narrow transcription*” rica em detalhes, na qual são anotadas as respostas “correspondentes à reação imediata do sujeito”, portanto na ordem em que ocorrem, mas também expressões de sentimentos bem como comentários dos informantes são arrolados. Para a entrada do atlas, no entanto, os editores atribuem, ao menos quantitativamente, uma importância maior à apreciação do entrevistador. Suas afirmações são sempre reproduzidas completa e fielmente, enquanto aquelas dos informantes nem sempre o são, visto que muitas delas se perdem, “o que pode ser uma orientação valiosa para o futuro interpretador do mapa” (p. 211ss.)¹².

A impressionante abertura e autocrítica dos autores vão a ponto de admitir a possível produção de um tipo de variação artificial, que é conhecida atualmente como isoglossa do entrevistador. Para o AIS, trabalharam três entrevistadores em diferentes regiões. Os materiais de um representam, de certo modo, o estenograma não corrigido; os dos outros dois, uma ata corrigida (p. 204, obs. 2). Portanto, possivelmente o norte e o sul da Itália se diferenciam em grau menor e maior da normalização das falas dos informantes pelo entrevistador. Na terceira fase, que é perpassada pelos dados e que afeta a relação do editor e do usuário, os dois redatores do atlas também “regularizam” – respeitando a “comodidade do leitor” e marcando também, por exemplo, na parte gramatical, o infinitivo – onde foi respondido na terceira pessoa do singular ou em outra pessoa (p. 204).

1.4 Observações sobre o conceito de “variedade”, sobre o paradoxo do observador e sobre o status atribuído às respostas dos informantes

Observação preliminar

¹² Essa escolha é justificada, por um lado, pelo fato de que frequentemente diversos informantes não estão de acordo e dão declarações contraditórias, por exemplo, “irônico” e “rude” (p. 209), e por outro, através da limitação do atlas ao *status* de esboço, não ao de um quadro pronto.

Como vimos, a geolinguística está tão ciente quanto a sociolinguística do esforço que custa registrar a linguagem espontânea, sem influências, do informante. Podemos perfeitamente reconhecê-la como variedade e inclusive a própria observação já nos dá pistas de que existem tais variedades. Ainda permanece em aberto, no entanto, se seu emprego pode ser mantido pelo menos para o tempo necessário para, de certo modo, garantir uma descrição razoavelmente completa do “vernáculo”. Mais difícil ainda, com certeza, é conseguir registrar a linguagem espontânea de igual modo em todos os pontos de pesquisa, em um projeto que envolve uma grande área. Também em nossos próprios projetos de atlas, não faltam lembranças amargas de momentos em que o estilo da fala se tornou mais livre, mas as circunstâncias tornavam difícil a sua “captura”. Pois a entrevista já havia terminado, o gravador já estava desligado e eram agora os informantes que faziam perguntas aos entrevistadores ou os falantes conversavam entre si coisas que não estavam relacionadas à entrevista.

“Variedade”

As observações relativas ao difícil acesso à linguagem espontânea nos mostram que é necessária uma definição mais ampla do termo “variedade”. Esse conceito já se justifica, porque encontramos nele um termo geral e neutro para “dialeto”, “socioleto”, “língua regional”, “língua especial”, “linguagem técnica”, mas também para “língua *standard*”, “língua padrão” e mesmo “estilo” ou “registro”, recuperando com isso a amplitude conceitual que o termo do grego *dialéktos* mais tarde perdeu, ao se restringir a “variedades” ligadas a determinado espaço de ocupação.

“Variedade”, embora ela mesma seja uma “língua”, distingue-se desta pelo ponto de vista relacional. “Língua” pode-se imaginar como uma única, por exemplo como língua humana. “Variedade” pressupõe uma pluralidade de línguas. Enquanto há línguas que coexistem inteiramente sem ter nada a ver umas com as outras, a “variedade” sempre compreende uma relação com outras variedades. Essa relação em si pode ser de ordem diferente:¹³ subordinação, superioridade, igualdade.¹⁴ O estudo da língua em seu contexto

¹³ N.T.: No original (*Unterordnung, Überordnung, Gleichordnung*), o autor utiliza termos similares que enfatizam respectivamente o “subordenamento, supraordenamento e coordenamento”.

¹⁴ Além disso, o tipo da relação pode se alterar, tornando difícil a análise de domínio em casos isolados e podendo inverter as relações de “poder” e “solidariedade” como “sentido” do uso de uma língua em uma determinada configuração. Se considerarmos a clássica relação sociolinguística do espanhol e do guarani no Paraguai, então reconhecemos, de fato, que a primeira língua é frequentemente superior à segunda. Mas isso nem sempre é assim. Em primeiro lugar, no domínio “contato entre executivos e cidadãos”, as duas línguas ocorrem. Em segundo lugar, o sentido do uso pode ser extremamente diferente no caso de cada uma das duas línguas. Por exemplo, quando um policial fala com um compatriota preso em espanhol (“*high variety*”), então, ele quer dar a entender ao outro, com isso, que ele pode contar com um tratamento, correspondente às leis – formuladas em espanhol. Mas também pode sugerir que, como policial, ele anula a solidariedade, representada entre os paraguaios, em geral, pelo uso do guarani, visto que o outro é um prisioneiro. Mas ao

social nos ensina que nenhum desses tipos de relação é neutro – não raro, a relação é tensa. “El saber no ocupa espacio” (o saber não ocupa espaço), diz um ditado espanhol. Mas isso vale somente para o estado de repouso, não para a prática do conhecimento. Como toda atividade cultural, a variedade existe no tempo e no espaço e exige, por meio de seus falantes, uma porção das duas dimensões exclusivamente para si. No esforço por uma descrição tanto quanto possível completa das variedades,¹⁵ isso é facilmente esquecido, provavelmente sob a pressão de uma “*political correctness*” – que determina que tudo seja acessível a todos ou, pelo menos, que tudo seja dividido equitativamente entre todos, sendo às vezes também omitido o fato de que os próprios falantes ocupam espaços com suas variedades. Também não querem admitir dentro delas outras variedades. Afirmo, com isso, que faz parte do conceito de variedade não apenas a relação abstrata com outras variedades, mas também a delimitação concreta e a exclusão de variedades concorrentes por parte dos falantes. É, portanto, bem normal que os informantes mantenham sua linguagem espontânea, reservada à interação com pessoas de sua confiança, de certo modo distante do entrevistador desconhecido.

Acesso aos estilos mais espontâneos e valoração dos menos espontâneos

Não se trata de uma distância inexpugnável, mas vencê-la custa muito tempo e requer habilidade. Porém, se comparado com o tempo de coleta do ALF, a duração relativamente longa dos levantamentos de dados para o ADDU (até 16 horas, passando, portanto, de uma semana) e para o ALGR (de 8 a 10 horas, frequentemente três dias ou mais), favorece comumente, embora nem sempre, a confiança crescente dos informantes em relação ao entrevistador.

Por outro lado, não existe motivo para menosprezar as demais variedades não espontâneas. O controle através do parceiro de diálogo, que conduz ao autocontrole, faz parte da prática de conversação dos informantes entre si, conforme acentuam Jaberg e Jud. Entretanto, o paradoxo do observador também funciona ao contrário. Em um levantamento do nosso *Atlas Lingüístico Guarani-Românico*, um dos nossos informantes paraguaios disse a outro a respeito do entrevistador: “Este nos está mirando” (Ele está nos observando). Nisso, seu parceiro de conversa o tranquilizou: “Tranquilo, lo miramos también” (Não se preocupe, nós o observamos também).

Enquanto não houver confiança, facilitando a transição às variedades mais espontâneas, o estilo linguístico que os informantes escolhem nas entrevistas com os entrevistadores responde à questão: como se fala com desconhecidos? Seguramente, criar

contrário, dirige-se ao prisioneiro em guarani, não deve representar sempre expressão de amabilidade solidária nem de abertura a um contato mais próximo, mas sim pode indicar a mensagem contrária: “eu te tratarei como as autoridades fazem com as pessoas comuns, ou seja, de forma rigorosa e sem levar em conta as leis”.

¹⁵ Como, por exemplo, no modelo da arquitetura, que E. Coseriu traçou para a “língua histórica”. Cf. seu artigo no congresso, Coseriu (1966, § 3.5).

esse contato também faz parte da competência do falante que, diante das circunstâncias, pode recorrer a uma variedade culta.

Com a pesquisa dessa prática antecipa-se, ainda que involuntariamente, a terceira fase da escala hierárquica de tarefas, que, segundo Navarro Tomás, são atribuídas à geolinguística.¹⁶ Na terminologia atual, a geolinguística do período de Navarro Tomás pesquisa a língua de uma camada social em diferentes pontos de pesquisa (monodimensional, diatópico). Em um segundo nível, a pesquisa linguística precisa investigar diferentes camadas sociais em diferentes pontos (pluridimensional, diatópico, diastrático). Por fim, no terceiro nível, segue-se a pesquisa completa das relações de comunicação, a qual também inclui a comunicação entre membros de diferentes grupos (pluridimensional, relativo a redes de comunicação).¹⁷

Apesar de todas as diferenças que podem ocorrer entre os estilos mais espontâneos e mais controlados, a ideia que nos consola é que, em primeiro lugar, como enfatizam Jaberg e Jud, conseguimos registrar, volta e meia, resquícios do estilo espontâneo. E, em segundo lugar, que todos os estilos, como todas as variedades, na medida em que façam parte de uma língua histórica, devem ser parcialmente idênticos. Muito do que conseguimos registrar nos estilos controlados, também se repete nos espontâneos. Portanto, nossa tarefa consiste em demonstrar essa identidade parcial nos seus pormenores e identificar o que é mais específico do estilo espontâneo. Até agora, essa tarefa, até onde se sabe, não foi concluída.

Língua-objeto, metalíngua e “língua apresentante”

Qual, então, o *status* lógico-linguístico ou referencial que os enunciados dos falantes assumem no centro da entrevista, na aplicação do questionário? Apesar de todas as conhecidas objeções, não se pode renunciar ao questionário, porque é o que garante a homogeneidade dos dados em uma análise maior.¹⁸

Mas o que realmente registramos a partir das respostas dos informantes às perguntas do questionário? Naturalmente *erga*, da qual podemos inferir a *energeia*, portanto, a competência. Através da repetição sistemática das entrevistas com outros informantes, obtemos também um quadro do que é usual no coletivo, da norma, no sentido de E. Coseriu. No programa de nossos atlas latino-americanos, solicitamos explicitamente aos informantes comentários sobre as formas perguntadas. Registramos, assim, a metalíngua.¹⁹ Essas afirmações têm a forma de um julgamento (A é B). Mas o que são em si as formas comentadas? Certamente não equivalem a unidades da língua-objeto, pois não se relacionam diretamente com objetos do mundo extralinguístico que sejam

¹⁶ No “prólogo” de sua monografia geolinguística *El español em Puerto Rico*, Río Piedras (1948).

¹⁷ Mais pormenorizado em Thun (2002).

¹⁸ E com isso segue admitidamente uma ampla distância do diálogo espontâneo e, além disso, extrai artificialmente as palavras ou sintagmas do conjunto de frases ou mesmo do texto.

¹⁹ Cujas expressões também são representadas, com grande densidade, no mapa.

mostrados, discutidos ou narrados. A mim parece que, na situação de entrevista, há um modo à parte, no interior da fala metalinguística. Os falantes apresentam as formas perguntadas, eles as citam e as pronunciam lenta e claramente e, com frequência, inserem-nas em comentários. Aqui um exemplo típico:

Pergunta: ¿Cómo se llama el animal doméstico que nos da el jamón?

(Como se chama o animal doméstico que nos fornece o presunto?).

Resposta: Me parece que es *el chancho*, ¿no es?

Ou: Algunos dicen *chancho*, yo digocerdo

(Resposta aproximada: Parece-me que é porco, não é?! Alguns dizem *porco*, eu digo *cerdo*).

Porco e *cerdo* são mostrados, apresentados. O resto é comentário metalinguístico. Com as duas formas, o falante permanece na ilusão que o entrevistador construiu por meio da explanação de sua pergunta. Ele explicita isso metalinguisticamente.

Para esse modo, gostaria de propor o termo “língua apresentante” (*präsentierende Sprache*).²⁰ Também se poderia cogitar a designação *fake-language*, (aqui a nota mencionada acima!), aludindo à oposição entre *folklore*, como ação no contexto primário de ação, e *fakelore* como uma ação retirada desse contexto primário, que é apresentada a um público, como, por exemplo, a apresentação de um costume referente ao casamento a um grupo de turistas. É importante desvincular o termo *fake* da parte negativa de seu sentido (engano), reduzindo-o a seu – suposto – significado etimológico de “varrer para fora”, ou seja, “embelezar”.²¹

Corresponde à fala apresentante (*präsentierendes Sprechen*), no nível metalinguístico, apresentar objetos no nível da língua-objeto, tais como também fotos e desenhos. De acordo com nossa experiência, o informante recorre, sempre que tem a oportunidade, a esse método de concretização – não somente nas partes etnográficas da enquête, mas também pelo lado linguístico. Se, mais tarde, escuta-se a gravação e se quer compreender a que as palavras demonstrativas, em frases do tipo “*Das hier ist...* (isto aqui é...) e *das da ist...* (isso aí é...)”, se referem, é necessário, durante a entrevista, nomear pessoalmente os objetos apontados, como no estilo repórter de rádio (“nosso informante nos mostra um objeto em forma de ferradura”), ou induzir os informantes a nomeá-los. Já que na apresentação metalinguística já está tudo nomeado, tal tarefa torna-se desnecessária.

Para efeitos de completude, vale apontar mais um subtipo de fala voltada à língua-objeto que também ocorre na entrevista e que oferece a oportunidade de “capturar” formas

²⁰ Cf. Thun (2004).

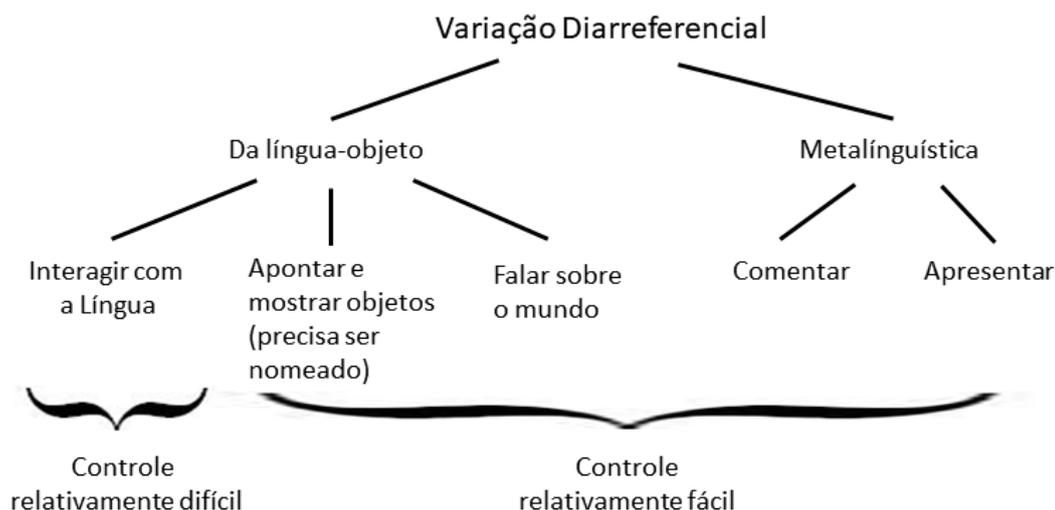
²¹ O folclore linguístico alemão ou a etnologia efetuou uma limpeza análoga na expressão “folklorismus”. Um ato folclórico ganha, frente ao elemento folclórico, novas funções, que podem ser inteiramente positivas, por exemplo, se o folclorismo contribui para a manutenção do folclore (cf. BAUSINGER, ³1993, p. 233ss.). Contudo, “Língua Folclórica” não seria um termo transparente.

de fala espontânea. Em nossas entrevistas, fomos, mais de uma vez, interrompidos por terceiros, que queriam alguma coisa dos informantes, de forma que estes se viam instigados ao uso linguisticamente objetivo da língua. Pertence a esse tipo um alerta como: “Cuidado, você empurrou o microfone da mesa”, que lamentavelmente, no entanto, para fins de um registro sistemático em uma área grande, é difícil de ser controlado.

A variação no diálogo entre informante e entrevistador inicia, portanto, pelo fato de que, já no cerne da entrevista, nas respostas às perguntas do questionário, é possível distinguir uma diferença entre comentar metalinguisticamente e apresentar a língua.

A variação “diarreferencial” da língua-objeto e da metalíngua é uma variação básica que se encontra, em princípio, em todas as variedades. A nossa experiência corrobora, no entanto, a opinião de Labov, de que os comentários metalinguísticos são, na maioria das vezes, formulados na variedade *standard*, ou ao menos em uma variedade mais próxima possível desta.²² Os comentários são escassos quando não são estimulados sistematicamente.²³ As unidades da “língua apresentante”, ao contrário, utilizam variantes mais distantes do *standard*, o que já é por si só um motivo para diferenciar, no âmbito metalinguístico, entre comentar e apresentar.

Resumidamente, tem-se o seguinte quadro da variação diarreferencial, com seus subtipos e indicações para controle nas situações de entrevista:



²² Labov ([¹1970], ²1971, p. 200).

²³ V. citação nota 10.

2. Variação no ADDU e no ALGR

2.1 *Hipótese básica*

Ambos os projetos de atlas partem da convicção de que o estudo da variação linguística em grandes áreas é mais bem-sucedido quando se vale de um método que se baseia tanto na geolinguística quanto na sociolinguística. A dimensão diatópica é, com isso, um forte trunfo na mão da dialetologia areal. Somente através da arealidade, através do estudo da difusão dos fatos comprovados por uma detalhada análise sociolinguística, para além da localidade de entrevista, chega-se a um espaço tridimensional. Esse espaço tridimensional pode reproduzir melhor a estratificação da variedade, a arquitetura de uma língua histórica, bem como também as variedades resultantes de contatos entre diferentes línguas históricas, do que o fazem para si o estudo bidimensional de base areal, da geolinguística, e a análise monodimensional centrada em um único ponto, da sociolinguística.

2.2 *Justificativa principal para a abordagem pluridimensional*

Em nossa área de pesquisa rio-platense, soma-se ainda um caso especial. O espanhol e o português, as duas línguas introduzidas em amplas áreas da região através de dominação e colonização, são consideradas pobres em variação. O mesmo parece ocorrer com o guarani, uma das línguas de intercurso amplamente difundida no período colonial, e que o ALGR vem pesquisando no contato com o espanhol e o português. Certamente, não se formaram dialetos no português e no espanhol rio-platense que se diferenciasssem tanto da língua comum quanto o leonês, o andaluz ou o açoriano. É, no entanto, de se suspeitar que a impressão de uma grande unidade das línguas rio-platenses parte daqueles que pensam somente na variação diatópica e que a registram no círculo ao qual pertencem – na maioria dos casos, a classe média urbana. Para examinar essa suposição de homogeneidade bastante disseminada, recomendou-se incluir na agenda de pesquisa o maior número possível de tipos de variação, estender, por assim dizer, na área de pesquisa, antenas em todas as direções, para não deixar de registrar nenhum sinal de variação importante.

2.3 *Exigência de homogeneidade*

Fatores que, na antiga geolinguística, não foram exatamente controlados ou foram vistos como influências indesejadas, como, por exemplo, as intervenções de membros da família mais velhos ou mais jovens nas respostas dos informantes, precisam sem dúvida ser sistematicamente isolados na dialetologia pluridimensional, seguindo o modelo da sociolinguística e, depois de transformados em marcas características de grupos homogêneos, pesquisados separadamente uns dos outros.

2.4 Aproximação ao estilo espontâneo

Já mencionamos que não podemos afirmar que, em toda parte, conseguimos registrar o estilo mais espontâneo. Contudo, de acordo com nossa experiência, três decisões metodológicas contribuíram para fomentar a espontaneidade.

Formação de grupos por parte dos informantes

Em primeiro lugar, podemos mencionar a entrevista em grupo, que, em geral, deu bons resultados. Estimulados pelo *Atlas Linguístico da Renânia Central*²⁴, também nós buscamos entrevistar simultaneamente, quando possível, dois representantes do mesmo perfil de informante. Na maioria das vezes, formaram-se pequenos grupos de casais, vizinhos ou bons conhecidos. A inibição comumente observada na entrevista individual foi sensivelmente reduzida. Contudo, nem sempre se pôde efetivamente aplicar esse procedimento. Em algumas áreas rurais do Uruguai ou do Paraguai, já tivemos que nos dar por satisfeitos, se encontrássemos ao menos um representante para o grupo da geração velha da classe socioculturalmente mais alta (medido pela escolaridade formal). Nas cidades, especialmente os informantes jovens tinham muito que fazer e pouco tempo para nós. Um número excessivo de informantes pode prejudicar um levantamento de dados meticoloso. Especialmente no Paraguai, é preciso muito tato e desenvoltura para apartar os informantes das grandes famílias extremamente solidárias, pelo menos durante a entrevista. Com exceção dos grupos indígenas, nos quais todos se calam quando o cacique está presente, em nenhum outro lugar foi possível prever a dinâmica de grupo, através da qual um informante – não raro uma informante – se tornava o condutor da conversa, dificultando aos demais, e ao entrevistador, impor o direito geral de fala. Às vezes, a única saída foi substituir a pluralidade simultânea, que se buscava, por uma pluralidade sucessiva menos eficaz.

Rotina por parte dos informantes

O segundo elemento fomentador da espontaneidade foi a rotina por parte dos informantes. Assim que eles se habituavam ao jogo de perguntas e respostas e passavam a considerar o interrogador como inofensivo, a confiança crescia e aumentava a satisfação em prestar informações. Essa situação é favorecida pelas entrevistas longas. Nossas entrevistas para o atlas linguístico uruguaio, envolvendo mais de 3.000 perguntas, prolongaram-se muitas vezes por mais de uma semana. Mesmo o questionário do *Atlas Linguístico Guarani-Românico*, fortemente reduzido a aproximadamente mil perguntas, raramente pôde ser aplicado em apenas um dia. Com isso, na maioria das vezes, tivemos que retornar à localidade. No segundo dia, o grau de confiabilidade já era totalmente outro.

²⁴ Cf. fundamentação metodológica em G. Bellmann (1994, § 7); assim como em Bellmann; Herrgen; Schmidt (1994 – 2002).

Para muitos, nossa visita representou uma mudança bem-vinda em sua solidão e o fim do levantamento, um motivo de tristeza. Mas também ocorreram situações, em que os informantes, no segundo dia, tinham subitamente desaparecido.

Formação de grupos por parte dos entrevistadores

Um terceiro auxílio na prática de pesquisa geolinguística e sociolinguística, embora mais raro, constituiu a formação de pequenos grupos por parte dos entrevistadores. Na verdade, previu-se em cada localidade de pesquisa um entrevistador local e um estrangeiro, para formar a equipe de entrevistadores. Devido à falta de tempo, dinheiro e candidatos treinados, nem sempre foi possível esse modelo. Contudo, onde conseguimos organizar essas duplas, as consequências psicológicas, sem contar as vantagens práticas da divisão do trabalho, foram bastante positivas. Como ocorre frequentemente nas relações triangulares, forma-se uma relação mais estreita entre duas das partes integrantes. Pudemos constatar mais de uma vez que o entrevistador falante nativo e os informantes se tornavam mais próximos e que agradava aos informantes, por sua vez, a função de instruir o estrangeiro sobre sua língua.

Congruência parcial

Quando atingimos a linguagem espontânea apenas de forma pontual ou quando apenas nos aproximamos dela, então é preciso supor, a partir dessa sondagem, que o “vernáculo”, em muitos fatos, associa-se aos estilos mais controlados, equivalendo, por conseguinte, ao menos parcialmente a estes. Graças a esse tratamento da variação na dialetologia pluridimensional, que se orienta pelos procedimentos de Labov, pode-se estabelecer uma escala de graus de espontaneidade crescente, assim como de autocontrole decrescente, cujas regularidades internas se estendem para campos de estilos ainda mais espontâneos ou mais controlados. Isso se aplica possivelmente sempre que nos movimentarmos no interior das variedades que pertencem às mesmas línguas históricas.

3. Os tipos de variação em particular

3.1 Variação intraindividual e interindividual, variação associada ao signo linguístico

Agora, nos ocupamos com a pergunta sobre quais tipos de variação podemos levar em conta no levantamento linguístico. Sistemáticamente, buscamos aumentar seu número e tipos, em nossos projetos de atlas.

Em primeiro lugar, na entrevista isolada, o entrevistador depara-se naturalmente com fatos da variação intraindividual. Na maioria dos projetos de atlas, desiste-se dessas variedades que se vislumbram aqui.²⁵ Os motivos se devem provavelmente à economia de trabalho. Assim, o *Atlas Linguístico da Renânia Central*, ao qual devemos muitas sugestões, restringe-se à estimulação de um único estilo. São apresentadas frases rigorosamente pré-estruturadas na língua *standard*, que os informantes devem traduzir para seu dialeto. Tal ocorre no modo do “apresentar”, que é o único analisado no atlas. A distinção inovadora entre dois tipos de informantes, falantes velhos fixos à localidade e jovens com mobilidade, orienta-se para a variação interindividual.

O ADDU e o ALGR ousaram introduzir uma série inteira de variáveis – denominadas por nós como *dimensões* – que aqui podem ser apresentadas apenas de forma sumária, tomando por base o ADDU.

Dimensão	Parâmetro
1. dialingual	espanhol vs. português
2. diatópica	topostático (relativamente fixos à localidade nos pontos A vs. N)
3. diatópico-cinética	topodinâmico (falantes móveis vs. fixos)
4. diastrática	classe socioculturalmente baixa vs. classe alta
5. diageracional	geração I (18 – 36) vs. geração II (60 ou mais)
6. diassexual	homens vs. mulheres
7. diafásica	respostas ao questionário vs. leituras vs. conversa livre
8. diarreferencial	língua-objeto vs. metalíngua, incluindo língua apresentante

Nesse quadro, as dimensões diatópica (isto é, topoestática e topodinâmica), diastrática, diageracional e diassexual equivalem a dimensões interindividuais. Por meio dos três parâmetros diafásicos, da dimensão dialingual e diarreferencial, por outro lado, chega-se à variação intraindividual. Como se pode constatar a partir da análise de dados até agora, nenhuma dessas dimensões é irrelevante, porém cada uma delas – segundo o material linguístico – revela diferentes graus de variação.

²⁵ Alguns atlas novos, como o *Atlas linguístico do Brasil (ALiB)*, coordenado por Suzana Cardozo et al., inspiraram-se, em relação à pluridimensionalidade, no ADDU.

3.2 *Lista aberta da variação*

A lista de variáveis ou dimensões não se esgota com as nossas oito diferenciações. Em princípio, é uma lista aberta. Faz-se muito bem em aplicar a regra de ouro do estruturalismo, segundo a qual tudo pode ser estruturado, à arquitetura da língua: tudo pode variar. Se existe, por exemplo, alguma evidência de que diferentes afiliações religiosas resultam em diferentes comportamentos de fala, é razoável incluir no programa de pesquisa a dimensão “religião” (com os parâmetros “católico” vs. “evangélico”, que têm se mostrado relevantes na América Latina).²⁶ Uma outra questão bem diferente é se essas dimensões, por razões heurísticas mantidas separadas, no fim não se resumem, por sua natureza, a apenas três tipos, como afirmou com veemência, até suas últimas publicações, Eugênio Coseriu.²⁷

3.3 *Variação diafásica e graus de espontaneidade*

A variação diafásica, como na sociolinguística, é empregada principalmente para questões fonéticas. Sobre sua utilidade fornecem informações os dois fascículos publicados do ADDU.²⁸ Há duas dificuldades, porém, que não devem ser ocultadas. Ao contrário do que se supunha originalmente, a leitura (de uma versão facilitada da parábola do filho pródigo) nem sempre se mostrou como o estilo, no qual o falante mais se controla, como havíamos imaginado em função do estímulo oferecido, da lembrança da alfabetização escolar e do exercício pouco habitual da leitura em voz alta. Nos falantes uruguaios, que ainda oscilam entre a variante conservadora palatal sonora [ʒ] e a variante mais inovadora surda [ʃ], em palavras como *ellos*, *suyo*, apresenta-se, com frequência, um uso comum na leitura e na conversa, enquanto o estilo de resposta se diferiu de forma conservadora ou inovadora nas formas apresentadas (cf. os mapas plurifásicos 36-43 no ADDU I, A.1). Portanto, não se deve pressupor uma sequência diafásica fixa baseada na espontaneidade (relativa).

3.4 *Variação no interior de uma variedade*

Outra dificuldade que se coloca é a que resulta do fato de que, em muitos informantes, a variação segue dentro das variedades isoladas delimitadas por nós. Isso ficou evidente, sobretudo, na leitura, na qual, nas primeiras linhas, o autocontrole conduzia a realizações conservadoras (até mesmo à lateral palatal [ʎ], que não ocorre mais de forma espontânea no Uruguai), que então quanto mais o informante se envolvia na leitura, tanto mais se aproximava de sua pronúncia habitual nos outros estilos. É mais provável que se

²⁶ Essa era inicialmente a intenção das minhas colegas, que trabalham no *Atlas Linguístico do Brasil*. Posteriormente, contudo, desistiram da ideia. Cf. a ampliação do catálogo de variação como na seção 4.2.

²⁷ Coseriu (1998a).

²⁸ V. nota 9.

trate de uma substituição de variedade do que da existência de regras variáveis dentro do mesmo estilo. Visto que esse fenômeno, de uma cadeia de variação inesperadamente prolongada, não se manifesta igualmente em todos os informantes, torna-se difícil uma subdivisão do *corpus* de leitura, independente do fato de que qualquer divisão reduz a quantidade de evidências dos fatos individuais. Essa variação em excesso não conseguimos processar na cartografia e análise estatística. Ela reduz significativamente a exatidão das nossas diferenciações diafásicas. Em virtude do número relativamente grande de informantes (no ADDU mais de 1.300), atenua-se aparentemente essa problemática. Em todo caso, na superfície pode-se reconhecer regularidades específicas dos três estilos.

3.5 Variação (distribucional) associada ao signo linguístico

Enquanto na variação diafásica não é fácil decidir se esta é inerente à natureza linguística ou conduzida por fatores externos, o *status* da variação distribucional, bem conhecida de todos, que aflora no diálogo entre indivíduo-informante e entrevistador, está condicionado à estrutura interna da língua, exceto talvez em enunciados linguísticos fortemente emotivos. Faz parte da variação distribucional, por exemplo, a ocorrência crescente, no espanhol de muitos falantes uruguaios, da africada [tʃ] em posição inicial de palavra, como em *yo* [tʃo] ou *llamo* [ˈtʃamo], em oposição ao alofone não-africado [ʃ] em posição intervocálica (*calle* [ˈkaʃe]).

4. Relação entre variação intra- e interindividual

No diálogo entre informante e entrevistador, pode-se apreender somente a variação intraindividual ou também a interindividual? As duas classes de variação estão relacionadas entre si ou aparecem apenas separadas? A mim parece que há, pelo menos, três possibilidades de ambas as classes se combinarem e, com isso, aumentar a representatividade dos atlas linguísticos como documento do uso linguístico coletivo.

4.1 Análise em painel

A variação interindividual é apreendida, normalmente, através de entrevistas sucessivas de diferentes informantes e comprovada, posteriormente, na análise dos dados. Há, contudo, uma ligação entre variação inter- e intraindividual que se reconhece quando, depois de um período suficientemente longo, repete-se determinada entrevista com o mesmo informante, que porém – como se diz na sociologia²⁹ – movimentou-se horizontal ou verticalmente. O informante pode ter mudado de residência, quer dizer, se tornado topodinâmico. Ele pode ter, na direção vertical, socialmente ascendido ou decrescido.

²⁹ Sorokin ([¹1927], ³1959).

Forçosamente, altera-se também seu *status* diageracional. Quem acredita que nosso sexo não representa nada além de um construto social, que igualmente pode ser alterado, poderá considerar razoável admitir mudança individual dentro da dimensão diassexual. Em nossos projetos de atlas, essas “análises de painel” não são possíveis. Mas, seletivamente, podem ser desenvolvidos estudos monográficos ligados ao atlas linguístico, como no caso do Uruguai, nos quais alguns falantes são novamente entrevistados, após um período superior a dez anos. Um estudo desse tipo está sendo desenvolvido em relação às formas de tratamento.³⁰

Na fase de entrevistas, realizamos gravações de controle em uma série de casos. No entanto, o intervalo máximo entre a entrevista inicial e a de controle foi de três anos, o que certamente é pouco tempo para viabilizar uma “análise em painel”.

4.2 Perguntas de sugestão

Nos [três] projetos de atlas [da trilogia rio-platense, da qual fazem parte o ADDU, ALGR e ALMA-H³¹], complementamos as perguntas indiretas da parte lexical, através das quais buscamos estimular respostas o mais espontâneas possíveis, com sugestões. Tais sugestões servem geralmente para captar a dimensão dialingual; elas se relacionam, portanto, com as outras línguas respectivamente (por exemplo, em falantes de espanhol no Uruguai com conhecimento de português, e vice-versa). Em parte, no entanto, são também mencionadas formas que são marcadas pelo falante como sendo de ordem diastrática ou diageracional (por exemplo, *maula* “covarde, embusteiro” é assinalada como sendo, no espanhol do Uruguai, uma palavra da geração mais velha). Além disso, são sugeridas, com grande regularidade, formas que o falante entrevistado não mencionou, mas que tomamos conhecimento por meio de outros falantes (pertencentes ao mesmo grupo de falantes ou a outro). Com isso, não apenas combinamos a classe de variação interindividual com a intraindividual, mas também ampliamos o catálogo dos tipos de variação em torno da dimensão referente à disponibilidade ativa ou passiva das formas. No âmbito do léxico, tem-se conseguido registrar essa variação de forma mais ou menos completa. Ao mesmo tempo, ampliamos, nos mapas, o campo de visão do caminho traçado por uma mudança linguística. No exemplo em anexo da variável *caçula* (mapa 1: “filho mais novo”; afro-lusismo proveniente do Brasil), temos uma inovação lexical. Também poderíamos ter o caminho da regressão, como é o caso de muitos italianismos no vocabulário dos falantes hispanófonos no Uruguai.

³⁰ Como projeto de dissertação da minha aluna St. Mauermann, que se baseia no trabalho de doutorado concluído de R. Mendoza (no prelo), que documentou, através do ADDU, a valorização do nível linguístico.

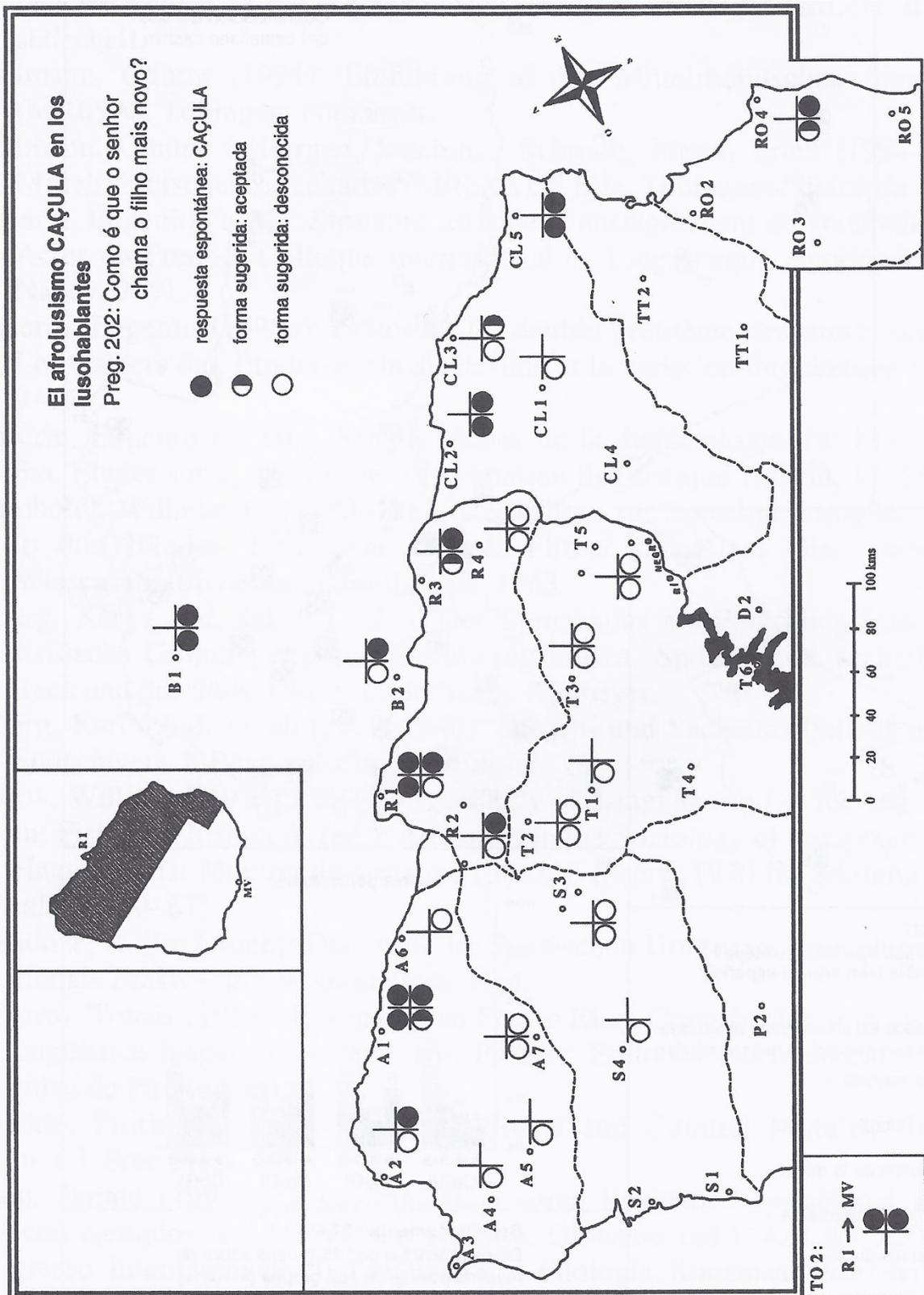
³¹ N.T.: *Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch*, desenvolvido por H. Thun e C. V. Altenhofen, posterior a este artigo, mas já anunciado pelo autor.

4.3 Entrevistas em grupo

A ligação entre variação intra- e interindividual é estabelecida, de forma mais evidente, através das entrevistas em grupo. Assim como no projeto germanístico do *Atlas Linguístico da Renânia Central*, esperamos que a copresença de mais de um informante nos ajude a ampliar a quantidade de dados. Mas, enquanto o MRhSA, ao que parece, procura acima de tudo conduzir os informantes a um acordo sobre a forma local mais autêntica, nós nos voltamos, por outro lado, ao registro mais completo possível da fatura de variantes (polimorfismo). Tais variantes buscamos documentar, ao menos seletivamente, na cartografia. Reduzir variantes vai, na verdade, contra o objetivo principal do atlas linguístico. Heterogeneidade e homogeneidade do comportamento linguístico do grupo de informantes formam um nível próprio de descrição nos nossos atlas. Pelo menos no ALGR-Sociologia, recém publicado, esses aspectos foram permanentemente considerados e apresentados em intervalos (cf. mapa 2 em anexo). Nas partes linguísticas dos volumes do atlas, é preciso estabelecer um compromisso entre necessidades metodológicas e o espaço disponível.

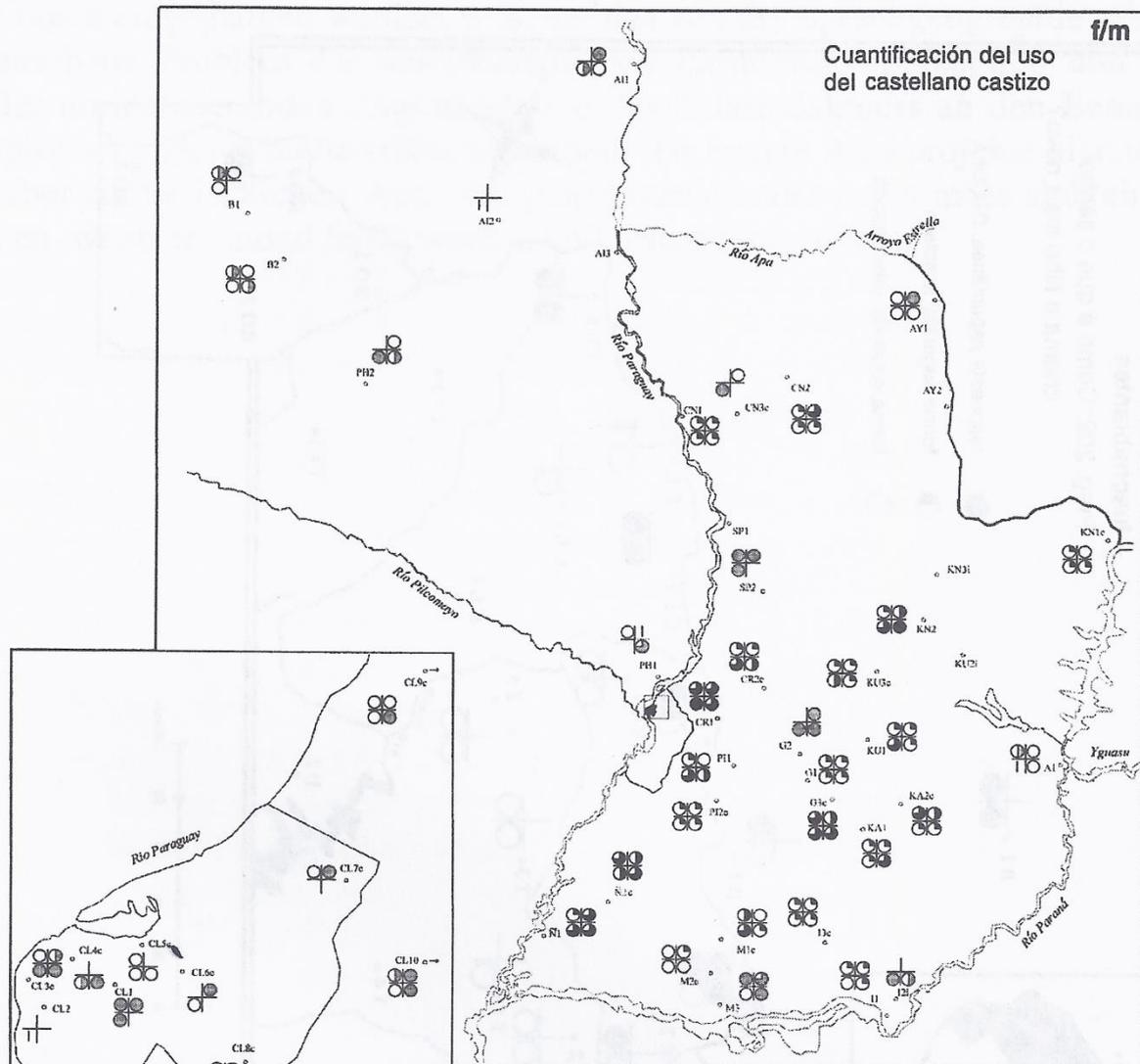
5. Conclusão

Vimos que, por um lado, com o chamado paradoxo do observador, uma antiga prática da geolinguística ganhou um novo nome e que, por outro lado, os estilos linguísticos controlados fazem parte da competência do falante. A dialetologia pluridimensional busca comprovar que, também em um projeto envolvendo uma grande área e já no contato entre um informante e um entrevistador, podem ser registradas variedades que se distinguem por diferentes graus de autocontrole. Se também o “vernáculo”, como uma variedade que não se oferece a um estranho, escapa ao observador, então, segundo o modelo de Labov, deve ser possível uma gradação no terreno mais ou menos controlado. Na interpretação de mapas linguísticos pluridimensionais, deve-se fazer possível apreender os traços do estilo pouco controlado, ou ainda, mais espontâneo, que, em uma análise massiva de dados, pode ser menos registrado de forma equitativa e que também não pode ser devidamente cartografado. Nesse sentido, o olhar para as *erga* com fala espontânea também no atlas linguístico não aparece completamente regulado. Somente em termos de uma história da ciência se pôde aqui abordar outras perguntas não menos relevantes, como, por exemplo, o problema, atentamente acompanhado pela geolinguística, sobre as percepções distintas dos entrevistadores, bem como as concessões normalizadoras feitas pelo redator de atlas ao usuário. Precisa ficar para outro momento, como nossos projetos de atlas se posicionam a esse respeito. Uma coisa, contudo, é certa: também um atlas pluridimensional precisa ter um recorte, se ele um dia quer ficar pronto ou ser legível para outros.



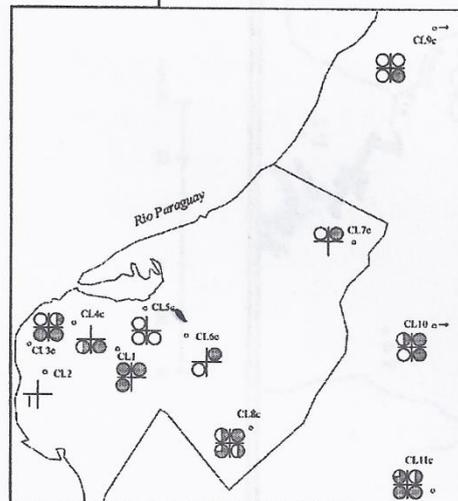
Atlas Lingüístico Guaraní-Románico. Sociología

Karte 2



Cuantificación del uso del castellano castizo

f/m

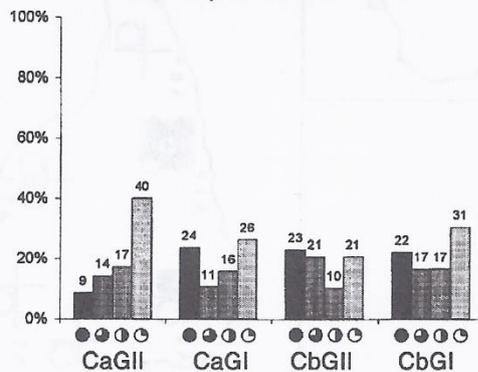


Preg. 67:
Oñeñe'ẽpa ápe karaiñe'ẽtẽpe?
¿Se habla bien aquí el español?

- Todos los informantes dicen que se usa poco el castellano castizo
- La mayoría ~
- La mitad ~
- Menos de la mitad ~
- Ningún informante ~
- ! Sin resultado

SEM

Valores porcentuales



Base documental: 97,4%
 Datos obtenidos de 148 grupos sobre un máximo posible de 152 grupos (≅ 100%)

© Harald Thun 2001

Bibliografia

BAUSINGER, Hermann. "Identität". In: BAUSINGER, Hermann et al. (eds.). *Grundzüge der Volkskunde*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, [1978] (31993).

BELLMANN, Günter. *Einführung in den Mittelrheinischen Sprachatlas (MRhSA)*. Tübingen: Niemeyer, 1994.

BELLMANN, Günter; HERRGEN, Joachim; SCHMIDT, Jürgen Erich. *Mittelrheinischer Sprachatlas (MRhSA)*. 5 Bde. Tübingen: Niemeyer, 1994-2002.

COSERIU, Eugenio. "Structure lexicale et enseignement du vocabulaire". In: *Actes du Premier Colloque International de Linguistique Appliquée*, Nancy, 1966, p. 9-51.

_____. Éditorial. "Le double problème des unités dia-s". In: *Les Cahiers διά. Études sur la diachronie et la variation linguistique* 1. Gent, 1998a, p. 9-16.

_____. "Sens et tâches de la dialectologie". In: *Les Cahiers διά. Études sur la diachronie et la variation linguistique* 1. Gent, 1998b, p.17-56.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Schriften zur Sprachphilosophie*. Werke in fünf Bänden. Andreas Flitner e Klaus Giel (eds.). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963.

JABERG, Karl; JUD, Jakob. *Der Sprachatlas als Forschungsinstrument. Kritische Grundlegung und Einführung in den Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. Halle/Saale: Niemeyer, 1928.

_____. *Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. 8 Bände. Zofingen: Ringier, 1928-1940.

LABOV, William. "The Study of Language in its Social Context". In: FISHMAN, Joshua A. (ed.): *Advances in the Sociology of Language*. I. The Hague, Paris: Mouton de Gruyter, [1970], 1971, p. 152-216 [zuerst 1970 in: *Studium Generale* 23, 30-87].

MENDOZA, R. [no prelo]: *Der voseo im Spanischen Uruguays. Eine pluridimensionale Makro- und Mikroanalyse*. Kiel.

NAVARRO, Tomás. *El español en Puerto Rico. Contribución a la geografía lingüística hispanoamericana*. Rio Piedras: Editorial Universitaria, Universidad de Puerto Rico, 1948.

SOROKIN, Pitirim A. *Social and Cultural Mobility*. London et al.: Free Press, [1927], 1959.

THUN, Harald. “La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del ADDU)”. In: RUFFINO, Giovanni (ed.): *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Palermo 1995. Sezione V: Dialettologia, geolingüística, sociolingüística. Tübingen: Niemeyer, 1998.

_____. “Altes und Neues in der Sprachgeographie”. In: WOLFF, Dietrich; ULRICH, Hoinkes (eds.): *Romanistica se movet*. Festgabe für Horst Geckeler zu seinem 65. Geburtstag, Münster: Nodus Publikationen, 2000, p. 69-89.

_____. “La pluridimensionalidad en el Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)”. In: PERDIGUERO, Hermógenes; ÁLVAREZ, Antonio (eds.): *Estudios sobre el Español de América. Actas del V Congreso Internacional de „El Español de América”*. Burgos, 1995. Burgos, 2001, p. 1279-1311 [edição eletrônica].

_____. “L' Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay”. In: *Géolinguistique* 9, 2001-2002a, p. 169-185.

_____. “L'Atlas lingüístico Guaraní-Románico”. In: *Géolinguistique* 9, 2001-2002b, p. 115-126.

_____. “Geografia linguistica e reti di comunicazione”. In: KREFELD, Thomas (ed.). *Spazio vissuto e dinamica linguistica*. Frankfurt/Main et al.: Peter Lang, 2002, p. 25-46.

_____. “Metasprache, “fake-language” und Objektsprache. Die diareferentielle Dimension im Atlas lingüístico Guaraní-Románico. Sociología (ALGR-S)”. In: LENZ, Alexandra N.; RADTKE, Edgar; ZWICKEL, Simone (eds.). *Variation im Raum. Variation and Space*. Frankfurt/Main et al.: Peter Lang (VarioLingua, 20), 2004, p.133-161.

THUN, Harald et al. (eds.). *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. Tomo I: Consonantismo y voalismo del español. Fasc. A.1: Lateral-palatal (/ʎ/, <ll>) y fricativa mediopalatal (/j/, <y>: Lleísmo, yeísmo, Zeísmo y Jeísmo en el español uruguayo. Tomo II: Léxico. Fasc. B.3. Italianismos. Kiel: Westensee-Verlag, 2000a.

_____. *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay - Norte (ADDU-Norte)*. Tomo I: Consonantismo y vocalismo del portugués. Fasc. A.1: Laterales y palatales. A.1/1: Palatalización de las oclusivas apicodentales (/t/ + [i], /d/ + [i]). B. La lateral palatal /ʎ/. Fasc. B.1: Yeísmo en el portugués uruguayo (/ʎ/ > [j]). Kiel: Westensee-Verlag, 2000b.

_____. *Atlas Lingüístico Guaraní-Románico. Sociología (ALGR-S)*. Tomo I: Comentarios. Tomo II: Mapas. Kiel: Westensee-Verlag, 2002.